



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



DENISE SILVA DOS SANTOS

**PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O QUE HÁ POR  
TRÁS DO SILENCIAMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA?**

MANAUS/AM  
2022

DENISE SILVA DOS SANTOS

**PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O QUE HÁ POR TRÁS DO SILENCIAMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?**

Dissertação elaborada pela mestrande Denise Silva dos Santos, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lidiany de Lima Cavalcante, para fins de apresentação ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

**Linha de pesquisa:** Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lidiany de Lima Cavalcante

MANAUS/AM  
2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237p Santos, Denise Silva dos  
Periódicos do Serviço Social brasileiro: o que há por trás do  
silenciamento sobre a temática da pessoa com deficiência? /  
Denise Silva dos Santos . 2022  
124 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Lidiany de Lima Cavalcante  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e  
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Pessoa com deficiência. 2. Periódicos. 3. Produção científica.  
4. Políticas públicas. 5. Projeto ético-político. I. Cavalcante,  
Lidiany de Lima. II. Universidade Federal do Amazonas III.  
Título

DENISE SILVA DOS SANTOS

**PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O QUE HÁ POR TRÁS DO SILENCIAMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?**

Dissertação elaborada pela mestranda Denise Silva dos Santos, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidianny de Lima Cavalcante, para fins de apresentação ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado em 12 de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidianny de Lima Cavalcante – Presidente**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Helena da Silva – Membro Interno**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Irene Andrade Mavignier – Membro Externo**  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

*"Os filhos são herança do Senhor, uma recompensa que ele dá" - Salmos 127:3*

*Dedico este trabalho a minha amada filha, Sophia. Permanecemos juntas e resilientes durante essa caminhada desafiadora.*

## AGRADECIMENTOS

A produção de conhecimento, por vezes, pode parecer solitária, incompreendida e traz consequências para o cotidiano. Mas, é somente em meio à coletividade que encontramos subsídios para construir reflexões e traçar caminhos para ir mais longe. Menciono isso porque para conceber este trabalho, ora apresentado, várias pessoas colaboraram de forma crítica, propositiva, contribuindo em cada apontamento, além do incentivo prestado através de palavras de afirmação, gestos, mensagens e ligações. Escrever essa dissertação significou sacrifícios pessoais, financeiros, renúncias, dias e madrugadas intermináveis até que se chegasse o “fim”. Por isso, reservo a minha gratidão, neste espaço, aos que estiveram ao meu lado no decorrer do processo.

Primeiramente, eu agradeço a Deus por ter me concedido saúde e força durante a elaboração desta dissertação. Acredito que sem a minha fé eu não teria chegado até aqui.

A minha família. Aos meus pais, Ione e Antonio, que me apoiaram, infundavelmente, durante todo o percurso do mestrado em Serviço Social, optando por me incentivar a estudar. Agradeço principalmente por prestarem cuidados a Sophia, no que diz respeito à saúde, educação e amor. Vocês são os meus maiores exemplos. À minha filha, Sophia, por ter sido resiliente, compreensiva, por ter cuidado de mim em todos os momentos. As minhas irmãs, Mirna e Débora, pela parceria.

A minha orientadora, Professora Dra. Lidiany de Lima Cavalcante, por ter me conduzido durante todo caminho da pesquisa até esse momento. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos, por ter aceitado o desafio de orientar-me em meio a um processo cheio de adversidades e totalmente novo para mim e para ela. Obrigada, principalmente, pela confiança.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS-UFAM), por ter me estimulado durante a pandemia, por ter me apoiado nos momentos mais delicados, em que eu não tinha mais forças para continuar. Em especial, à Coordenadora do PPGSS, Professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, a quem eu estimo muito por todo cuidado despendido a mim.

A todos os meus colegas próximos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo apoio. Aos meus chefes, Riter Garcia e Paulo Sarmiento por terem compreendido a minha ausência e serem altamente flexíveis nos dias em que me distanciei para elaborar a dissertação. Singularmente ao meu namorado, José Ilcleson Mendes Coelho, pelos cuidados, conselhos e suporte desde o Examede Qualificação

Agradeço aos colegas da Turma de Mestrado 2020, por terem sido firmes na condução de suas pesquisas em meio a pandemia da Covid-19. Compartilhamos as mesmas angústias e desafios. Comemoramos cada Exame de Qualificação e cada Defesa de Dissertação, refletidas em mensagens de incentivo e força pelo WhatsApp.

Meus agradecimentos aos meus amigos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Terei que citá-los separadamente pois a cada um devo um reconhecimento particular, o esteio dessas pessoas foi vital para fortalecer a minha caminhada. Então, agradeço a Escarlete Raíssa pelo apoio absurdo desde o Exame de Qualificação até a entrega da Dissertação. Mais do que uma colega de turma, ela se tornou uma amiga, conselheira, mentora. Guardo uma profunda admiração por mulheres fortes e potentes, obrigada de coração.

Ao Lucas Lins, meu amigo desde a Graduação em Serviço Social, na UFAM. Lembro-me que ele compartilhou os textos da seleção de Mestrado e me instigou a encarar a seleção, sem medo. Foi o que eu fiz e o Lucas tem uma enorme participação nisso. Jamais esquecerei de toda troca que realizamos, dos choros e das vitórias compartilhadas. Ainda iremos sorrir muito.

A Sarah Thaís, menina doce e esperta. A primeira pessoa da turma a juntar-se a mim nas duplas de trabalho e nos seminários. Ela sempre estava inteirada de todos os acontecimentos do curso de Mestrado e permutava seu conhecimento, com muita humildade.

A Shirley Menezes, uma grata surpresa que o Mestrado me deu. Nossa interação deu-se já no último ano do curso e foi surpreendente. Obrigada por tudo, mesmo.

Agradeço às Professoras Doutoradas Sandra Helena da Silva e Márcia Irene Andrade Mavignier, que compuseram a minha Banca do Exame de Qualificação. As contribuições foram substanciais para alçar novas estratégias e visualizar a minha temática por outro prisma.

Agradeço também à Professora Dra. Maria Nilvane, do Estágio Docente, pelas nossas trocas, pelo ensino e pelas oportunidades que a mim foram concedidas. Ao Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Políticas, Educação, Violência e Instituições (GEPPEvi), o qual fazemos parte, pela acolhida, alegria e incentivo. Estar perto desse coletivo me fortaleceu.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para elaboração deste trabalho. Gratidão!

## RESUMO

Esse estudo teve como objetivo geral analisar as produções científicas dos últimos dez anos (2011-2021), em periódicos da área de Serviço Social, acerca da pessoa com deficiência no âmbito das políticas públicas na realidade brasileira. Seus objetivos específicos foram: 1) Verificar o quantitativo de produções científicas em periódicos da área de Serviço Social que retratam a PCD; 2) Caracterizar o conteúdo das produções científicas e sua relação com as diretrizes do projeto Ético-Político Profissional; 3) Ponderar acerca da visibilidade da temática no âmbito do Serviço Social brasileiro e seus rebatimentos nas políticas públicas. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, com enfoque misto e utilização de dados quantitativos. A sua realização envolveu pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados ocorreu através do levantamento de produções científicas vinculadas aos periódicos da área de conhecimento em Serviço Social cuja avaliação no Qualis-Periódicos foram A1 e A2 e que seu escopo versava sobre a Pessoa com Deficiência. Por meio da investigação foram identificadas 34 produções que dialogaram sobre a temática e se correlacionavam com as às políticas públicas e sociais nas suas múltiplas dimensões. Além disso, foi verificado nas produções os tipos de método de pesquisa e análise empregados, com destaque na perspectiva crítica. Também foram apuradas outras perspectivas de análise e umas das explicações para esse dado se refere a uma variedade de autores que não são Assistentes Sociais, o que nos sinaliza que a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência não está vinculada somente ao Serviço Social. Ademais, foi realizada uma discussão sobre o Projeto Ético-Político e sua interlocução com temática da pessoa com deficiência. Sendo assim, espera-se que essa pesquisa estimule novos estudos que busquem desvelar a realidade da PCD.

**Palavras-chaves:** Pessoa com Deficiência; Periódicos; Produção Científica; Políticas Públicas; Projeto Ético-Político.



## ABSTRACTS

This study had the general objective of Analyzing the scientific productions of the last ten years (2011-2021), in journals in the area of Social Services, about the disabled in the ambit of public policies in the Brazilian reality. Its specific objectives were: 1) To verify the quantitative of scientific productions in journals in the Social Service area that portray the PCD; 2) To characterize the content of scientific productions and their relationship with the directives of the Professional Ethical-Political project; 3) To ponder about the visibility of the theme in the Brazilian Social Service and its repercussions in public policies. The method used was dialectical historical materialism, with mixed focus and use of qualitative data. Its realization involved bibliographic and documentary research. The data collection took place through the survey of scientific productions linked to the journals in the area of knowledge in Social Work whose evaluation in Qualis-Periodicals were A1 and A2 and whose scope was related to the Person with Disabilities. Through research, 34 productions were identified that discussed the theme and correlated with public and social policies in their multiple dimensions. Furthermore, the types of research and analysis methods employed were verified in the productions, with emphasis on the critical perspective. Other perspectives of analysis were also found, and one of the explanations for this data refers to a variety of authors who are not Social Workers, which signals that the production of knowledge about the person with disabilities is not only linked to the Social Service. In addition, a discussion was held on the Ethical-Political Project and its interlocution with the theme of the person with disabilities. Therefore, it is hoped that this research will stimulate new studies that seek to unveil the reality of PCD.

**Keywords:** People with Disabilities; Periodicals; Scientific Production; Public Policies; Ethical-Political Project.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> O método de análise apontado nas pesquisas .....	94
<b>Gráfico 2:</b> Abordagem adotada nos artigos analisados .....	96
<b>Gráfico 3:</b> Resultados e reflexões dos delineamentos adotados.....	97

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Palavras-chaves dos 34 artigos analisados.....	83
<b>Tabela 2:</b> Área de maior titulação acadêmica dos autores dos 34 artigos.....	100
<b>Tabela 3:</b> Graduação dos autores e coautores não vinculados ao Serviço Social.....	101
<b>Tabela 4:</b> Princípios do Código Ética do Serviço Social explicitados de forma indireta e direta nos artigos.....	102

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Categorias Conceituais da Pesquisa .....	18
<b>Quadro 2:</b> Locus da Pesquisa.....	19
<b>Quadro 3:</b> Trajetória das políticas públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil.....	38
<b>Quadro 4:</b> Revistas vinculadas a área de Serviço Social.....	54
<b>Quadro 5:</b> Panorama Geral do Periódicos analisados entre os anos 2011-2021.....	61
<b>Quadro 6:</b> Quantitativo de periódicos da área de Serviço Social avaliados como Qualis A1 e Qualis A2 por ano .....	65
<b>Quadro 7:</b> Levantamento de artigos e resumos da Revista Serviço Social & Sociedade e Revista Katálysis que abordam a temática Pessoa com Deficiência .....	67
<b>Quadro 8:</b> Levantamento de artigos e resumos da Revistas Argumentum sobre a temática Pessoa com Deficiência .....	73
<b>Quadro 9:</b> Levantamento de artigos e resumos da Revistas Textos e Contextos sobre a temática Pessoa com Deficiência.....	77
<b>Quadro 10:</b> Levantamento de artigos e resumos da Revistas Ser Social sobre a temática Pessoa com Deficiência.....	79
<b>Quadro 11:</b> Levantamento de artigos e resumos da Revistas Políticas Públicas sobre a temática Pessoa com Deficiência.....	81
<b>Quadro 12:</b> Análise das temáticas por título e escopo do artigo .....	86
<b>Quadro 13:</b> Lei de regulamentação profissional nº 8.662.....	99
<b>Quadro 14:</b> Títulos dos artigos que foram escritos por autores formados em Serviço Social.....	101

## LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação continuada
CEDEPSS	Centro de Documentação em Pesquisa, Políticas Sociais e Serviço Social
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoas com Deficiência
CTC-ES	Conselho Técnico Científico da Educação Superior
CF	Constituição Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IES	Ensino Superior
FBE	Federação Brasileira de Excepcionais
FNSP	Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PUCSP	Pontifícia Católica de São Paulo
PUCRJ	Pontifícia Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
SEPED	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SEJUSC	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUS	Sistema Único de Saúde
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Vitoria
UNB	Universidade Federal de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho
UNESCO	United Nations Educational, Scientific Cultural Organization
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I - ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO</b> .....	22
1.1 Os invisíveis: uma breve abordagem sobre a deficiência no contexto histórico-social e brasileiro.....	22
1.2 (Des)Caminhos da inclusão por meio das políticas públicas para pessoas com deficiência ....	32
1.3 Os periódicos da área de Serviço Social: avanços e contrapontos.....	44
<b>CAPÍTULO II - AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O (NÃO) LUGAR NO DEBATE SOBRE DEFICIÊNCIA</b> .....	59
2.1 Os Periódicos que retratam a Pessoa com Deficiência.....	60
2.2 As principais temáticas nos periódicos Qualis A1 e Qualis A2 entre os anos de 2011 e 2021	66
<b>CAPÍTULO III - A (IN) VISIBILIDADE DA TEMÁTICA SOBRE DEFICIÊNCIA NOS PERIÓDICOS DE SERVIÇO SOCIAL: RECONHECIMENTOS E PROPOSIÇÕES</b>	88
3.1 Produção de conhecimento em Serviço Social sob o fundamento crítico: os caminhos que levaram a teoria social crítica .....	88
3.2 Os caminhos metodológicos nas produções sobre a pessoa com deficiência nos periódicos de Serviço Social.....	93
3.3 Interloquções do Projeto Ético-Político Profissional e a pessoa com deficiência: algumas contribuições.....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109
<b>APÊNDICES</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

A pesquisa nos leva a caminhos surpreendentes e inimagináveis. Percebemos que este trajeto é altamente dinâmico e que possui fontes inesgotáveis de se fazer conhecimento. Sempre haverá algo a ser pesquisado e sempre haverá pesquisador disposto a conhecer a realidade. É nesse sentido, que introduzimos este estudo relatando sobre as diversas transformações pelas quais está investigação passou.

É necessário esclarecer que a pesquisa, inicialmente pensada e defendida no Exame de Qualificação foi redirecionada e vários aspectos foram remodelados. Foi preciso esforço e, além de tudo, coragem para prosseguir com a elaboração desse estudo em meio a problemas de saúde. Este capítulo não poderia, jamais, ficar de fora da dissertação, porque também constitui esse trabalho. De toda forma, pensar estrategicamente em conjunto com a Orientadoravislumbrou novas possibilidades em meio aos percursos tortuosos.

Por isso, temos de situar, de maneira breve, como era a pesquisa anteriormente. A proposta inicial tinha o objeto de estudo centralizado no acesso da Pessoa com Deficiência às ações destinadas pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), órgão integrante da Prefeitura de Manaus, no contexto de pandemia da Covid-19. A pesquisa seria de campo no referido *lócus* com os objetivos pertinentes a ela.

Todavia, na atualidade, decidimos continuar com a temática central nesta pesquisa que são os estudos que envolvem à Pessoa com Deficiência (PCD). Optamos por prosseguir com está temática porque foi estudada desde o curso de Especialização e por motivos de preferência, afinidade, gosto pessoal e inquietações da pesquisadora. Entendemos também, que essa temática necessita de estudos mais profundos dentro da Pós-Graduação *stricto sensu*.

Então, o novo objeto de estudo está centralizado na produção de conhecimento materializada nos periódicos avaliados em Qualis A1 e A2, que são vinculados ao Serviço Social. É certo que, as discussões que circundam a PCD são bastante desafiadoras por envolver questões complexas que vão desde a segregação e exclusão, vivenciadas historicamente por essas pessoas, até a própria determinação da terminologia mais correta para designar esse segmento populacional.

Considerando o movimento da história, a temática PCD é relativamente recente em se tratando sobre a compreensão que a envolve. Verifica-se que as discussões eram pautadas no modelo médico, passando por modificações até se chegar na concepção atual pautada no



modelo social. Ou seja, a deficiência ganha novos significados e a pessoa com deficiência passa a ser compreendida para além de sua condição biológica.

A Pessoa com Deficiência (PCD) esteve socialmente desprotegida e sem garantias de direitos (FREIRE, 2015). Apenas a partir do reconhecimento dos Direitos Humanos em 1948, diversos direitos foram forjados para a sociedade como um todo, através dos movimentos de órgãos internacionais, principalmente da Organização das Nações Unidas e de mobilizações específicas de cada estado-nação (MAIA, 2013). Nesse cerne, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pelo referido órgão, em 2007, foi um importante demarcador, subsidiando o estímulo de lutas em defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Isto posto, a partir da concepção da PCD para além de sua condição biológica, trouxe outros elementos para debates que podem ser inseridos na alçada do Serviço Social, no que diz respeito ao objeto de trabalho e estudo do assistente social que é a questão social. Por conseguinte, a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social têm o compromisso de fomentar debates, e dessa maneira a Pós-Graduação tem desenvolvido diversas pesquisas que contribuem nas reflexões, nas produções científicas e na socialização desses estudos através dos periódicos. Contudo, com base no levantamento exploratório realizado para situar a temática, percebeu-se uma escassez nas produções científicas envolvendo a PCD, o que gerou algumas reflexões e indagações sobre esse indicador.

Sendo assim, surgiram os seguintes questionamentos que subsidiaram esta dissertação, tendo como questão central: Quais são as produções científicas dos últimos dez anos em periódicos, da área de Serviço Social, relacionada a PCD no âmbito das políticas públicas brasileiras? Outras questões secundárias surgiram para auxiliar na resposta do problema: Qual é o número de produções científicas em periódicos da área de Serviço Social que retratam e relacionam a PCD com as políticas públicas? Qual é o conteúdo das produções e sua relação com as diretrizes do projeto Ético-Político Profissional? Qual é a visibilidade da temática no âmbito do Serviço Social brasileiro e seus reatamentos nas políticas públicas?

No intuito de responder as questões que foram elaboradas, os objetivos dessa pesquisa se desdobraram em Objetivo Geral: Analisar as produções científicas dos últimos dez anos (2011-2021), em periódicos da área de Serviço Social, acerca da pessoa com deficiência no âmbito das políticas públicas na realidade brasileira. E os específicos: 1) Verificar o quantitativo de produções científicas em periódicos da área de Serviço Social que retratam a PCD; 2) Caracterizar o conteúdo das produções científicas e sua relação com as diretrizes do projeto

Ético-Político Profissional; 3) Ponderar acerca da visibilidade da temática no âmbito do Serviço Social brasileiro e seus rebatimentos nas políticas públicas.

Em relação ao percurso metodológico adotado nessa pesquisa, para alcançar os objetivos propostos foi necessário pensar em um método e técnicas. Os estudos de Minayo (2009) apontam que, esse processo deve envolver também a criatividade do investigador para resolver ou trazer novos questionamentos ao problema proposto na pesquisa. Para Prates (2012, p. 117) nas pesquisas sociais, em especial no Serviço Social é importante “desocultar as múltiplas formas como a questão social se expressam no tempo presente”.

A presente pesquisa é de natureza explicativa, pois de acordo com Gil (2008, p.28) “é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Neste sentido, por se tratar de uma pesquisa social crítica que busca conhecer e analisar quais são as produções científicas dos últimos dez anos em periódicos da área de Serviço Social sobre a PCD no âmbito das políticas públicas brasileira, e ponderar acerca da visibilidade da temática no âmbito do Serviço Social, optou-se por trabalhar com método Materialismo Histórico e Dialético.

O método implica para Marx, em “determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2009, p.25). Essas múltiplas determinações envolvem uma realidade composta por contradições. Para Guerra (2009, p.7) o método realiza uma aproximação do “que o objeto é, e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro”.

De acordo com Netto (2011) o materialismo histórico e dialético pode propiciar uma análise que encontre a essência de um objeto, que realize sua apreensão além da imediata aparência desse objeto. Dessa forma, o método propiciou uma compreensão explicativa de quais são e sobre o que abordam os periódicos QUALIS A1 e QUALIS A2, nos últimos 10 anos, e principalmente possibilitou na compreensão dos rebatimentos e possíveis condicionantes da invisibilidade da temática PCD em solo brasileiro.

A abordagem adotada foi com combinação de dados qualitativos e quantitativos. Conforme Triviños (1987), todo objeto possui qualidade, mas também quantidade e o conhecimento sobre a quantidade de um objeto tem o sentido de aprofundar o conhecimento sobre o mesmo. Nesse sentido, os dados quantitativos possibilitaram uma verificação dos percentuais de periódicos e número total de produções nos últimos 10 anos. De forma

complementar, a análise qualitativa possibilitou encontrar quais foram as temáticas centrais trabalhadas e o percurso metodológico adotado pelos autores.

Em relação aos procedimentos técnicos na coleta de dados, a pesquisa foi estruturada em três fases interdependentes:

A pesquisa bibliográfica consistiu na utilização de recursos produzidos cientificamente que proporcione o embasamento teórico e subsídios para a análise dos dados. Aborda todas as fontes relacionadas ao objeto de estudo (MYNAIO, 2011). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica esteve presente do início ao final da dissertação. No primeiro momento, buscamos realizar uma aproximação da temática através das categorias conceituais apontadas no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Categorias Conceituais da Pesquisa

<b>CATEGORIAS CONCEITUAIS</b>	<b>AUTORES</b>
<b>Políticas Públicas</b>	Behring e Boschetti (2009; 2011); Pereira (2002; 2006); Sposati (2011); Souza (2006)
<b>PCD</b>	Sasaki (2017); Silva (1986); Aranha (1995); Wecheleski (2018); Fávero (2004); Diniz (2007)
<b>Produção de conhecimento</b>	Sposati (2007); Prates (2013); Cantalice (2013); Iamamoto (2014); Galdino (2016)

Fonte: Sistematizado pela autora com base nos dados da Pesquisa Bibliográfica, 2022.

Foram utilizados livros, teses, dissertações, artigos, revistas impressas e em plataformas digitais, relatórios de pesquisa, periódicos, entre outros.

A segunda fase envolveu a pesquisa documental possui a finalidade de obter dados que estão restritos a documentos, sejam eles escritos ou digitalizados. Para Gil a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Os documentos que ainda não foram analisados são mais restritos e conservados em órgãos públicos, instituições privadas, associações, etc. São considerados como fontes primárias: fotografias, gravações de entrevistas, desenhos e outros (CHIZZOTTI, 2006; MINAYO; LAKATOS, 2010; GIL, 2002).

Nesse sentido foram analisados documentos de fonte secundária, os chamados documentos de segunda mão por Gil (2002), estavam os documentos de arquivos públicos inseridos na Plataforma Sucupira e site dos Periódicos. Em conformidade com Segundo Cellard (2008), a pesquisa documental faz uso do documento e este é definido como prova, o que atesta,

registra fatos ou acontecimentos. Para o autor, o documento escrito “[...] constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante [...]” (CELLARD, 2008, p. 295).

Em relação ao **lócus** e **universo** da pesquisa, todos os documentos estavam sistematizados de forma *on-line* em arquivos públicos. O universo determinado foi no período 2011 a 2021. O quadro a seguir apresenta as Plataformas On-Line:

**Quadro 2:** Locus da Pesquisa

PERIÓDICOS QUALIS A1	
REVISTA	LINK
Serviço Social & Sociedade	<a href="https://www.scielo.br/j/ssoc/">https://www.scielo.br/j/ssoc/</a>
Katálysis	<a href="https://www.scielo.br/j/rk/">https://www.scielo.br/j/rk/</a>
PERIÓDICOS QUALIS A2	
REVISTA	LINK
Argumentum	<a href="https://periodicos.ufes.br/argumentum">https://periodicos.ufes.br/argumentum</a>
Ser Social	<a href="https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social">https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social</a>
Textos e Contextos	<a href="https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass">https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass</a>
Revista em Pauta	<a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index">https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index</a>
Revista de Políticas Públicas	<a href="https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica">https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica</a>

Para analisar os documentos foi necessário estabelecer critérios de inclusão e exclusão. Em relação aos de inclusão: 1) Revista em âmbito nacional; 2) Revista vinculada à Plataforma Sucupira na área de conhecimento Serviço Social; 3) Revistas Qualis A1; 4) Revistas Qualis A2; 5) Revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação; 6) Revistas vinculadas em Editoras que trabalham a área de conhecimento Serviço Social; 7) Produções Científicas que retratam a temática PCD.

Enquanto critérios de exclusão: 1) Revistas internacionais vinculadas à Plataforma Sucupira na área de conhecimento Serviço Social; 2) Revistas que não trabalham à temática PCD;

Em relação à pesquisa documental, os dados foram coletados e arquivados ao Google Drive em pastas separada. Após a coleta de informações, foi iniciado o processo de interpretação e análise do conteúdo, que consistiu em três fases pré-análise do conteúdo (marcamos na cor amarela e azul as informações pertinentes), exploração do material (sistematização no Excel) e tratamento dos resultados obtidos (com base no banco de dados elaborado).

Conforme Cellard (2008), a investigação de documentos pertinentes ao estudo, o exame amplo de diversos materiais, os quais não foram analisados anteriormente, busca interpretações

ou mesmo informações complementares e propõe uma maturação do que está sendo estudado. A análise documental é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (CELLARD, 2008, p. 303).

Nesse processo, as 34 produções científicas selecionadas tiveram seu escopo analisado. Sobre a revisão de escopo, está possui o caráter metodológico de mapear pesquisas já realizadas sobre determinado tema ou campo de interesse, tendo a finalidade de reconhecer as evidências já produzidas (CORDEIRO; SOARES, 2019).

Após a finalização do processo analítico dos dados coletados, foi elaborado a redação da dissertação. A exposição dos dados brutos ocorreu através de tabelas, gráficos e quadros contendo de forma complementar a análise crítica do conteúdo.

O primeiro capítulo intitulado: ENTRE O IDEAL E O REAL: os direitos da pessoa com deficiência no cenário brasileiro, evidenciamos a trajetória história do reconhecimento da pessoa com deficiência nas antigas sociedades até a sociedade capitalista perpetuando uma lógica excludente e mistificadora e propagadora da imagem capacitista atribuída a PCD, posta como improdutiva e por isso relegada a margem da sociedade. Evidencia sobre a produção científica existente nas serviço social Qualis A1 e A2, vinculados a programas de Pós-graduação em Serviço Social, e que discutem e que contribuem para a produção de conhecimento a respeito da PCD em suas múltiplas dimensões.

No segundo capítulo, intitulado: AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: o (não) lugar no debate sobre deficiência, caracterizamos e destacamos os periódicos de serviço social que apresentam a temática, elencando 34 produções, distribuídos nas seguintes revistas: Serviço social e sociedade, Katálysis, Argumentum, Ser Social, Textos e Contextos, Em Pauta e Políticas Públicas. Além disso é realçado o diálogo de cada revista faz a respeito da pessoa com deficiência, podendo ser visualizado aproximações com as políticas públicas e sociais, sobre os Movimentos Sociais na luta pelos direitos e as concepções da pessoa com deficiência.

E por fim, o terceiro capítulo, intitulado: A (IN) VISIBILIDADE DA TEMÁTICA SOBRE DEFICIÊNCIA NOS PERIÓDICOS DE SERVIÇO SOCIAL: reconhecimentos e proposições, dissertando sobre a produção de conhecimento em serviço social sob a perspectiva crítica, buscando evidenciar a interlocução com a teoria marxiana buscando desvelar a realidade que envolve a PCD, expõe também os caminhos metodológicos encontradas nas produções

sobre a pessoa com deficiência, ressaltando variáveis áreas de conhecimento em meio ao serviço social e a correção do projeto ético-político do assistente social com a PCD.

Consideramos que a presente dissertação, por meio da pesquisa bibliográfica e documental conseguiu responder aos seus objetivos. Há que se destacar que as pesquisas sobre produção de conhecimento e PCD não acaba aqui, o caminho da pesquisa é infinito dado ao movimento da realidade que tende a apresentar diversos caminhos de debate.

A relevância acadêmica e profissional visa fomentar o interesse para a produção de conhecimento a respeito da pessoa com deficiência. Nesse mesmo caminho, se expressa a relevância social contribuindo para a visibilidade dessa temática, que ainda hoje se encontra sob cortinas, principalmente pelo adensamento do ideário neoliberal.

## CAPÍTULO I

### **ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO**

A produção de conhecimento em Serviço Social é uma voz de resistência, sendo um instrumento capaz de evidenciar uma realidade que está em constante transformação. Investigar, registrar e analisar o real é primordial para gerar uma reflexão da atual condição de uma realidade e o que seria o ideal. O Serviço Social é uma área de conhecimento vinculada às ciências sociais aplicadas e tem como principal objeto de trabalho e estudo as diversas expressões da questão social.

As discussões no âmbito acadêmico são diversas e amplas. Todavia, ainda existem discussões tímidas e que carecem de um aprofundamento. Nesse sentido, o presente capítulo apresenta uma breve abordagem do conceito de deficiência no contexto histórico-social e brasileiro, reflete sobre os caminhos de (des)caminhos da inclusão por meio das políticas públicas para pessoas com deficiência, e aborda os principais avanços e contrapontos dos periódicos da área Serviço Social.

#### **1.1 Os invisíveis: uma breve abordagem sobre a deficiência no contexto histórico-social e brasileiro**

Antes de aprofundar a discussão é imprescindível compreender que, o termo “invisibilidade” pode ser entendido como algo que é real, mas ao mesmo tempo em que é uma realidade pode assumir a característica de estar invisível. Nesse sentido, pode ser algo, um objeto, ou uma situação que existe e que está dentro de uma condição invisível que é pré-determinada por diversas influências sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas.

Analisar o processo histórico no que diz respeito à Pessoa com Deficiência (PCD) torna-se essencial na medida em que os diversos paradigmas, que caracterizaram essas pessoas, foram surgindo no decorrer da humanidade. Entender e fomentar discussões acerca das mudanças que ocorreram mediante a esses processos, possibilitam descortinar e trazer à luz os enredos políticos e sociais que perpassaram a pessoa com deficiência.

Os debates sobre a questão da deficiência foram se modificando ao longo do tempo, sendo condensados pela sociedade a partir de vários fatores: econômicos, filosóficos, culturais,

científicos, morais (SASSAKI, 1997). Os estudos de Ramos (2021) elencam que o conceito e entendimento do termo deficiência tem sido determinado em cada período histórico por meio de exclusão, segregação, mitos, nomenclaturas e terminologias que por muito tempo desconsideravam os desafios e ausência de humanização e real efetivação de direitos em relação a essa questão.

Para compreender as implicações que envolvem esse contexto na contemporaneidade requer uma reflexão sobre alguns momentos da História e da civilização para explicar as influências no contexto brasileiro. Primeiramente, é necessário salientar que a resistência e formação do pensamento sobre a PCD foram direcionados mais à sua patologia, do que à pessoa em si. Definir o significado remetido a esse segmento populacional em conformidade com a história mundial, e de forma cronológica, é uma tarefa complexa, mas que pode ser abordada brevemente na trajetória das diferentes civilizações a partir de informações históricas investigadas em outras pesquisas.

Ramos (2021) discorre que:

Em períodos rudimentares, nos quais o homem primitivo tinha o estilo de vida nômade e sequer possuía organização da escrita, antropólogos, arqueólogos e profissionais afins identificam como uma incógnita a existência e/ou sobrevivência de pessoas com deficiência, em razão de não acharem registros precisos acerca, ficando difícil inferir quais as concepções culturais de aceitação ou rejeição pairavam sobre indivíduos. (RAMOS, 2021, p. 20).

Ou seja, a vida da pessoa com deficiência no mundo primitivo<sup>1</sup> era composta por desafios de manutenção de vida. O homem procurava elaborar seus próprios instrumentos e utensílios para a sua sobrevivência, controlar o fogo, cuidar da terra e caçar, não foi registrada de maneira concreta, não há apontamentos em relação “[...] a vida de pessoas com deficiências físicas ou mentais, do velho e do doente nos primeiros nebulosos e muitas vezes enigmáticos milênios da vida do homem sobre a Terra, a não ser supostas situações que estão baseadas em indícios extremamente tênues” (1986, p. 35). O que se tem são inferências de que após o homem conseguir se organizar nesse período, tais habilidades necessitavam de pessoas com determinado preparo físico e coordenação motora. Por isso, os estudos de Silva (1986) inferem que, aqueles que destoavam desse tipo de dinâmica da coletividade eram tidas como estorvo à produção.

Na Grécia Antiga, especificamente em Atenas e Esparta, há registros de que após o nascimento do nascituro, se fosse averiguada alguma deformidade física, era de incumbência do

---

<sup>1</sup> O mundo primitivo pode ser subdividido em: Idade da Pedra Lascada, Idade da Pedra Polida, Idade do Bronze, Idade do Ferro (SILVA, 1986).



seu próprio genitor cometer o infanticídio sem prejuízo moral, social ou qualquer tipo de julgamento; assim como também era permitido a separação entre meninos e meninas saudáveis para exercerem determinadas atividades, enquanto os atestados como deficientes eram executadas ainda quando bebês (ARANHA, 1995; FONSECA; 1995). Nesse contexto, notamos que o infanticídio era utilizado como estratégia de controle pelas autoridades da época.

Ainda, segundo Fonseca (1995 apud RAMOS, 2021) em Esparta quando um bebê nascia, tinha que ser apresentado pelo seu pai as autoridades e, se a criança fosse reconhecida como “normal” iria permanecer com sua família até completar a idade de aprender a guerrear, já que naquela época era habitual os confrontos por dominação de territórios. Mas, caso fosse identificada alguma deficiência, a eliminação de sua vida era deliberada. Salvo as PCDs que em decorrência de acidentes ou de batalhas adquiriram algum tipo de deficiência. Este foi um dos processos de seleção mais bárbaro e desumano na história das civilizações antigas.

A resistência à existência e sobrevivência de PcD's naquela era, em várias regiões, pode ser mensurada ao averiguarem-se os escritos de filósofos memoráveis, tais como Platão e Aristóteles que, exercendo notável influência ao pensamento da época, indicavam a rejeição aos que nasciam com quaisquer tipos de “anormalidades”. Os que assim fossem, eram sujeitos a exterminações causadas por inanição e outras esferas de cunho violentador” (RAMOS, 2021, p. 21).

O que se via era uma completa arbitrariedade com a vida da pessoa com deficiência na Antiguidade. Nessa época, nos ares europeus, as ações de exclusão com os que nasciam em Roma se mostravam um pouco diferentes, os filhos de nobres tinham as suas vidas “respeitadas”, mas os que eram pobres eram comercializados e destinados aos conhecidos circo de “horrores”, onde seus corpos eram expostos pois era uma prática rentável, sendo vista até meados do século XIX (RAMOS, 2021). O que demonstra que existia uma desvalorização dessas pessoas. Tal contexto nos leva a refletir quais eram as condições de vida dessas pessoas, uma vez que eram “uteis” apenas como fonte de renda.

Na perspectiva histórica, Aranha (1995) ressalta que o período da economia feudal também ganha destaque quando todas as camadas sociais sofreram alterações em uma significativa mudança, em consequência do declínio da estrutura de império. Notou-se que o extermínio de pessoas com deficiência na Idade Média tinha menos incidência, mas esses sujeitos sobreviviam em meio as adversidades. Isso justifica-se pela manifestação do Cristianismo que pregava a aceitação aos diferentes por meio da piedade, todavia com ressalvas porque os indivíduos com deficiência eram tratados de forma discriminatória, vistos como obra do diabo, marcados pela ideia do pecado original, tidos como responsáveis por pandemias ou pragas.

Nesse sentido, a Igreja Católica passou a tratar da pessoa com deficiência de forma diferenciada, combatendo a eliminação dessas pessoas. Foi por meio da igreja que as pessoas com deficiência passaram a ser assistidas através de ações sociais, mas como pessoas que mereciam caridade e piedade. Os abrigos e asilos surgiram a partir da postura adotada pela Igreja Católica de forma meramente caritativa, conforme os meios disponíveis na época (SILVA, 2016; BARROS, 2014. De acordo com Sasaki (1997), os abrigos e asilos organizados para manter as pessoas com deficiência também forneciam alimentação e executavam algumas atividades no intuito de ocupar o tempo ocioso do público que estava atendendo. Aos poucos essas instituições foram se especializando em atender às pessoas com deficiência, porém de forma ainda muito segregada dando ênfase a questão biológica e de saúde para justificar suas limitações.

Dessa forma, Wacheleski (2018) define que:

Enquanto nas culturas Greco-romanas o sacrifício se realizava por razões místicas ou de manutenção de uma homogeneidade social que assegurasse um padrão de normalidade, no período da idade média os valores da igreja passam a ter presença fundamental e o sacrifício se justifica como resposta ao castigo divino, ou seja, a deficiência é a própria resposta dos deuses ao mau comportamento familiar ou do corpo social. (WACHELESKI, 2018, p. 37).

Para o referido autor, em todos os modelos da sociedade onde a pessoa com deficiência esteve presente existe uma relação íntima entre exclusão e violência, “[...] não havia o reconhecimento da diversidade corporal ou subjetiva, mas sempre a necessidade de eliminação do diferente” (WACHELESKI, p. 37, 2018). A pesquisa de Silva (1986) ainda salienta que, durante a Idade Média a Europa enfrentou diversas dificuldades para prestar serviços básicos de saúde e higiene para grande parte da população em razão do crescimento populacional exacerbado, essas localidades não tinham infraestrutura adequada o que gerava na população medo de contrair doenças, além disso o índice de epidemias e doenças graves era alto, e, conseqüentemente, geravam incapacidades físicas, problemas mentais, e malformações nas pessoas.

Conforme Silva (1986), Silva (2016) e Diniz (2007) elencam que, os grandes males causados durante vários séculos da Idade Média e que não foram controlados pelos médicos na época, deixaram muitos dos sobreviventes com sérias sequelas que os levariam a passar o resto de suas vidas com privações. É importante destacar que, com o avançar da civilização, o início da Revolução Burguesa marcou a Idade Moderna. A concepção em relação a pessoa com deficiência foi se modificando conforme as transformações ocorridas no modo de produção de cada época e no desenvolvimento da economia. De acordo com os estudos desenvolvidos por Aranha, uma mudança acontece na Idade Moderna, pois a mesma:

Traz em seu bojo a mudança no sistema de produção, com a derrubada das monarquias, a queda da hegemonia da Igreja Católica e uma nova Forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil. Inicia-se a formação dos Estados Modernos, caracterizados por uma nova divisão social do trabalho, iniciando o processo de estabelecimento de contratos de trabalho entre os donos dos meios de produção e os operários, que passaram a vender sua força de trabalho. No que se refere a concepção de Homem, constata-se a coexistência da visão abstrata de homem, com a visão de Concreticidade. Neste contexto, começam a ser vistos como deficientes os indivíduos não produtivos, que oneram a sociedade no que se refere ao seus sustento e manutenção (ARANHA, 1995, p. 65).

As mudanças nos modelos de produção, a crescente urbanização, comercialização e o emprego da manufatura, onde a força física era um instrumento de trabalho, propiciou a inserção de indivíduos em centros urbanos para exercerem atividades laborais de forma exploradora. É notório o trabalho e produção eram tomados como centralidade desde o período mais bárbaro até a Idade Moderna. Todavia, observa-se que as pessoas com deficiência sempre foram “vistas”. No primeiro momento, eram executadas. Num segundo momento, tornam-se rentáveis em circos de horrores. Mas em todos os cenários são vistas como um peso para sociedade. São vistas como pessoas que estavam onerando a sociedade. Nesse sentido, entravam na condição de invisíveis para o trabalho e produção.

A pesquisa de Ramos (2021) afirma que o capital visualizou os impedimentos da pessoa com deficiência fundamentado em dois prismas. O primeiro pode ser compreendido em relação ao cenário econômico que exigia que os homens fossem funcionais e, dependendo, do seu tipo de deficiência não era empregado “[...] haja vista que não só sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), como a coordenação motora da praxia fina e grossa e, ainda, a capacidade de raciocínio íntegra eram exigidos para a dura jornada de trabalho nas fábricas e seus desdobramentos” (p. 24-25). O segundo aspecto é relativo ao ambiente que necessitava de um padrão arquitetônico adaptado para acessibilidade e locomoção, as máquinas deveriam dispor de tecnologia assistiva o que provocaria um custo extra a indústria.

Corroborando com o pensamento da referida autora, Wacheleski (2018) afirma que com o desenvolvimento do capitalismo, a ciência também ascendeu e o olhar sob a pessoa com deficiência foi se moldando, imbuído com a finalidade de extrair o máximo possível de seu rendimento e diminuir a sua condição limitadora para a atender a produção do mercado. Um passo significativo para a visibilidade da pessoa com Deficiência foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com outras organizações da esfera internacional (BARROS, 2014). Em 1948, a Declaração

Universal de Direitos Humanos firmou um conjunto de direitos para todo e qualquer ser humano, tornando-o livre de discriminação pela raça, cor, sexo, religião, entre outras (ONU, 1948).

Partindo do documento citado que coloca em voga a dignidade humana, a emergência dos movimentos sociais na sociedade se fundamentam e ramificam-se para as pessoas com deficiência (FERREIRA; FILHO, 2013). Segundo Santos (2008), por volta da segunda metade do século XX, ativistas e teóricos que discutiam a deficiência começaram a interpelar a predominância do discurso biomédico sobre a deficiência. Os primeiros movimentos de aproximação das ciências sociais à deficiência e o afastamento do modelo biomédico foi realizado pelo sociólogo Talcott Parsosn, em 1951. Várias obras acerca da temática foram produzidas e durante as décadas de 1960 e 1970 ganharam mais força.

Os estudos de Wacheleski (2018) apontam que, as pesquisas de Talcott Parsosn, eram fundamentadas em cunho funcionalista, com foco no sujeito doente que desvia do padrão socialmente aceitável, este por sua vez deveria assumir seu papel dentro das condições da doença. O enfoque também era na reabilitação desse sujeito, ele deveria procurar métodos para sua própria adaptação e superação de sua condição de pessoa com deficiência. Outra teoria que ganhou visibilidade foi a interacionista, baseada nos estudos de Goffman, entende a deficiência como efeito das interações entre o normal e o anormal, conceituando as pessoas com deficiência como estigmatizados (WECHELESKI, 2018; SANTOS, 2008).

Para Wacheleski (2008) a Teoria Social, por ser base teórica da Sociologia, constituída nos anos de 1970, compreende a deficiência “como um estado social e cultural de impedimentos ao exercício de direitos por pessoas com diversidade funcional que não preenchem os requisitos de normalidade fixados pela ciência médica” (p. 20 e 21). As pesquisas sociológicas a partir de estudos da Sociologia da Deficiência, iniciadas no Reino Unido e na Espanha, entenderam a deficiência como produto de uma construção social. Nesse contexto, é importante salientar que para a construção dos direitos das pessoas com deficiência:

Os estudos sociológicos são, assim, importantes instrumentos para compreensão da condição da pessoa com deficiência e ganham força a partir dos Direitos Humanos, quando a visibilidade é reforçada com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no âmbito da Organização das Nações Unidas (WACHELESKI, 2018, p. 32).

Mediante o exposto sobre a evolução histórica da pessoa com deficiência, no contexto inclusivo surgiram vários marcos teóricos com vistas a descortinar o conceito de deficiência evidenciando as modificações que lhe aconteceram. Os principais documentos ou movimentos que fundamentaram como a pessoa com deficiência é entendida nos dias atuais, tem as suas

ideias delineadas e sustentam as modificações de normas internacionais e internacionais sobre o tema a partir dos Direitos Humanos (SASSAKI, 1997; WACHELESKI, 2018). Maior (2017) corrobora que, as conquistas dos Direitos Humanos pelas pessoas com deficiência são bastante recentes, percurso este que vai dar tutela a uma certa autonomia relativa.

A começar pelo principal documento de bastante relevância, a outorga da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), oriunda da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. A declaração tinha como diretriz principal, o reconhecimento à dignidade, à igualdade de oportunidades e os direitos inalienáveis de todos. Este marco foi introdutório para os posteriores que viriam a ocorrer, entendendo os Direitos Humanos como direitos básicos e fundamentais de qualquer ser humano. No entanto, há determinados grupos que estão mais sujeitos a fatores limitantes/excludentes e de vulnerabilidade, sejam estes de ordem física ou social. Então, a proteção destes grupos levou a Organização das Nações Unidas a criarem as Convenções Internacionais específicas para tratar dos direitos de grupos menos favorecidos (MAIA, 2013).

Em 1975, foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, onde foi afirmado que os direitos são garantidos a todas as pessoas com deficiência sem nenhuma exceção, sem discriminação ou distinção qualquer, tendo inerente o respeito pela sua dignidade humana, mantendo seus direitos civis e políticos, dentre outros. Porém com restrições, pois ainda não se considerava a deficiência como produto da interação da PCD com as barreiras que limitavam o seu pleno desenvolvimento, sua acessibilidade ao ambiente, condições econômicas e sociais, não havendo a perspectiva de igualdade de oportunidades. No referido documento não se dava atenção aos obstáculos enfrentados pela pessoa com deficiência tampouco considerava suas potencialidades (ONU, 1975; DINIZ, 2007).

No âmbito das políticas públicas, a inclusão veio à tona a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, onde ganha densidade e força em conjunto com os movimentos sociais das pessoas com deficiência (FREIRE, 2015). A Carta Magna, além de legitimar a luta dos movimentos organizados na sociedade garantiu constitucionalmente direitos, respeitando o estabelecimento do princípio da igualdade. Todavia, os estudos de Silva (2016) advertem que:

[...] para que a sociedade se torne mais livre e mais justa é necessária uma mudança de paradigma, de postura. É fundamental um novo *ethos* de sociedade, em que todas as pessoas tenham igual valor e as diferenças entre as pessoas constituam-se em um princípio básico em contraposição a toda forma de discriminação e a constatação da existência de pessoas com deficiência faça parte da diversidade humana. Acima de tudo, o respeito e a valorização das diferenças sejam elementos balizadores que definem a perspectiva de sociedade inclusiva na atualidade. (SILVA, 2016, p. 33)

A conquista de direitos previstos em leis e formulação de políticas foram verdadeiras evoluções, que levaram ao reconhecimento de um segmento que apesar de ser notado, era tratado como invisível ou pessoas que poderiam ser descartadas da sociedade. Isso explica-se também pelo fato da definição de PCD antes ser pautada pelo modelo biomédico, era associada apenas a questão da saúde. Posteriormente, passou a ser adotado o modelo social que explica que a deficiência está interligada a vários determinantes que resultam do ambiente físico, social e do convívio entre as pessoas (DINIZ, 2007).

Outro documento de relevância e de procedência internacional foi a Declaração de Salamanca (Espanha), de 1994, que resultou do Congresso “Educativo para Todos”, realizado pela *United Nations Educational, Scientific Cultural Organization* (UNESCO), a qual foi referência principal no âmbito da educação, e teve como objetivo dar as diretrizes básicas para reforma das políticas e dos sistemas educacionais com vistas a auxiliar no processo de inclusão social para as crianças, independentemente de suas condições intelectuais, físicas, sociais, financeiras, emocionais entre outras (UNESCO, 1994).

Um dos avanços de maior conquista para a PCD foi a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2007 pela ONU, que regulamentou os direitos sociais da pessoa com deficiência. A partir disso ficou definido que:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana (CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2006)

Ainda em termos históricos, as mudanças nos modelos deram suporte para outras modificações que viriam a intercorrer. De acordo com os estudos desenvolvidos por Maia (2013), a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela ONU, em 2007, foi um marco legal extremamente relevante para o movimento das pessoas com deficiência. Dessa vez a ONU deu importância a dimensão social e não apenas ao fator médico para definir o que é a pessoa com deficiência, ou seja, a mudança de paradigma retirou o enfoque limitativo em relação aos corpos dos indivíduos. Além disso contou com esse sujeito na elaboração do novo conceito:

A Convenção da ONU foi elaborada em processo que contou com a efetiva participação das pessoas com deficiência, com o mote “*nothing about us without us*” (“nada sobre

nós sem a nossa participação”). Trata-se de parte de um processo iniciado no final do Século XX e início do Século XXI, em que começou a haver a preocupação com a inclusão e a integração das pessoas com deficiência, buscando a equiparação de oportunidades de fruição das benesses da vida em sociedade para todas as pessoas, após um longo processo histórico de rejeição e segregação pelo qual passaram as pessoas com deficiência (MAIA, 2013, p. 2 - 3).

Um dos pontos tratados na Convenção foi a terminologia dada a esse segmento que antes era denominada “portador de deficiência”<sup>2</sup> e outros nomes, sendo modificada para “pessoa com deficiência”. A assinatura do seu Protocolo Facultativo ocorreu em 2007, na cidade de Nova York. No Brasil, essa Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 2008, através do Decreto Legislativo nº 186 e, posteriormente promulgada em 2009 através do Decreto nº 6.949 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). No seu texto, colocou-se em suspensão o conceito de deficiência baseado no diagnóstico médico e passou a entendê-la sob o ponto de vista do modelo social. A definição sobre o que é deficiência ocorre de acordo com a relação das pessoas com a própria deficiência. Assim, a Convenção:

reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 11)

A Convenção teve a intenção de firmar compromisso com a dignidade e os direitos já circunscritos nos direitos humanos no plano internacional, reforçando para a PCD a igualdade de condições com os demais partícipes da sociedade, livre de discriminação, ou alvo de benemerência, mas detentores de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais.

Faz-se necessário frisar que seria o modelo biomédico e o modelo social para maior entendimento dessas modificações citadas. Então, o modelo biomédico conferia ao corpo e ao seu funcionamento, sua capacidade para definir a deficiência, causando uma ligação entre lesão e inferioridade; a deficiência é vista como uma manifestação patológica que exige cuidados médicos, e a atenção é voltada exclusivamente para o corpo com definição de técnicas para reabilitá-lo; não há atenção ao processo de exclusão que essas pessoas estão passando e sim um desenvolvimento de tecnologias para superação dessa “desvantagem”. Esse modelo desconsidera os níveis de opressão assim como ignora a diversidade (DINIZ, 2007; WACHELESKI, 2018).

---

<sup>2</sup> No Brasil, entre os anos de 1986 e 1996, era comum usar o termo *portador (a) de deficiência*, porém a deficiência não é algo que se porta e deixa de portar por mera vontade das pessoas, não é uma coisa ou objeto. Por isso, o termo favorito passou a ser *pessoa com deficiência*, sendo escolhido pelo próprio segmento (SASSAKI, 2003).

Já o modelo social da deficiência, segundo os estudos de Diniz (2007; 2004) se consolidou em contraposição ao modelo biomédico, este modelo facultava que as desigualdades oriundas da deficiência não eram ocorriam apenas por lesões no corpo, mas era fruto de várias barreiras de caráter físico, econômico, político e social. A vida em sociedade para as pessoas com deficiência vai muito além de sua condição, mas remete-se a organização social e política. Santos (2008) então expõe que:

o modelo social da deficiência, ao resistir à redução da deficiência à lesão, oferece instrumentos analíticos e políticos mais poderosos para o ativismo social em torno da deficiência do que os biomédicos. A tese central do modelo social desloca para a organização da sociedade a necessidade de enfrentar a deficiência como uma questão pública, e não mais somente restrita à esfera privada e dos cuidados familiares (SANTOS, 2008, p. 506).

Apesar de o modelo social ter gerado uma mudança sobre o entendimento da deficiência, críticas recaíram sobre essa tese porque originalmente ela advém da opressão capitalista que é imposta a pessoa com deficiência. O corpo lesionado não seria apto o suficiente para se adaptar ao regime de exploração e aos padrões do capitalismo (DINIZ, 2007; SANTOS, 2008; RAMOS, 2021; ARANHA, 1995; WECHESLESKI, 2018).

Vale ressaltar que foram as contribuições feministas que tornaram essas discussões mais amplas e teceram críticas ao modelo social da deficiência, pois estas consideravam todas as formas de desigualdade uma forma de opressão. Entre os debates feministas estavam: a abordagem sobre o cuidado com as pessoas com deficiência, que não seriam independentes ou produtivos; além do corpo com deficiência, deveriam ser considerados outras variáveis com a desigualdade de gênero, raça, idade, orientação sexual; e a ausência das narrativas pessoais desses sujeitos. O feminismo também chama atenção para as barreiras sociais que impedem a participação da mulher no mercado e na vida social para cuidar da pessoa com deficiência (DINIZ, 2007).

A concepção oriunda de Direitos Humanos, tirou o enfoque do corpo da pessoa com deficiência a partir de uma revisão histórica, adotando o modelo social o que promoveu justiça e igualdade para o referido segmento. De posse de informações sobre a construção do conceito da deficiência, é necessário ressaltar que no cenário brasileiro, o tema sobre deficiência ficou sob silêncio político e sem aparatos legais por bastante tempo. A proteção aos direitos da pessoa com deficiência ficou respaldada por atos de assistencialismo, caridade e de cuidados familiares (DINIZ, 2004; ARANHA, 2001).

No cenário contemporâneo, o conceito de pessoa com deficiência está expressado na Lei nº 13.146 de 2015 em que:



Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A referida lei também destaca que quando for necessária, avaliação da deficiência será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que irão considerar os seguintes parâmetros: “I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; I - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação”. (BRASIL, 2015)

De acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010, do total da população pesquisada foram identificados 45.606.048 de pessoas, o que corresponde a 23,9% da população total com algum tipo de deficiência. Dentre essa população, cerca de 25.800.681 (26,5%) são mulheres, e 19.805.367 (21,2%) são homens. Em relação ao espaço geográfico em essas pessoas viviam, a Cartilha do Censo demonstrou que 38.473.702 estavam em áreas urbanas e 7.132.347 em áreas rurais (BRASÍLIA, 2012).

As estatísticas apontadas retratam a pessoa com deficiência em números e também revelam a necessidade de repensar as políticas públicas de inclusão destinada a essas pessoas. Com disso, o item posterior tratará das políticas públicas e como elas se configuraram como mecanismos de inclusão para a pessoa com deficiência no Brasil.

## **1.2 (Des)Caminhos da inclusão por meio das políticas públicas para pessoas com deficiência**

Discorrer sobre políticas públicas requer compreender a constituição do conceito enquanto área do conhecimento, em que este surgiu na primeira metade do século XX nos Estados Unidos e na Europa. Estes debates apresentam como objeto de estudo a identificação e a análise das ações dos governos e a dinâmica da sua formação. A sociedade capitalista é marcada pelas desigualdades que são produzidas e mantidas no seu interior, nesse sentido são encontradas nas políticas públicas e sociais a possibilidade de reparar essas desigualdades e injustiças. Para apreender como as políticas públicas foram essenciais para a Pessoa com Deficiência é necessário situar seus conceitos, a diferença entre política pública e política social, como se delineiam na sociedade capitalista.

Em relação as Políticas Públicas, os estudos desenvolvidos por Pereira (2009, p.94) explicam que na atualidade seguem duas linhas de abordagem teórica. A primeira privilegia o

papel do Estado “a ponto de conceber o termo público como sinônimo do termo estatal”. A segunda abordagem teórica, ressalta as relações de conflito e contradição entre Estado e sociedade, destacando o papel decisivo e ativo da sociedade no processo desta política. Para a autora, a principal característica da política pública é a conotação sobre o espaço público, em que a sociedade participa e intervêm de forma contínua e representativa no processo de decisão.

Nesta linha de raciocínio, Estado e sociedade participam ativamente no campo das políticas públicas, cabendo a sociedade civil, entre outros, o papel de atuar na elaboração e controle social, com o objetivo de consolidar o processo democrático e apresentar as demandas da sociedade para o campo político, entendendo por controle social a fiscalização, controle e intervenção da sociedade civil sobre as ações do Estado, de modo que os legítimos interesses públicos sejam alcançados e viabilizados (SOUZA, 2006). As políticas públicas são subdivididas em: a) econômicas: incluem as políticas cambial, financeira e tributária; b) territoriais: compreendem as políticas de meio ambiente, urbanização, regionalização, plano diretor participativo e de transportes; c) sociais: se estabelecem de forma setorial como educação, saúde, habitação, assistência social, entre outras (PEREIRA, 2009; TEIXEIRA, 2002).

Na perspectiva de Teixeira (2002), as políticas públicas envolvem, entre outras questões, as demandas sociais, a capacidade de mobilização e intervenção dos movimentos sociais em uma relação direta entre perspectivas-demandas-necessidades. As demandas podem se apresentar como reivindicações a bens e serviços, como saúde, educação, transporte, segurança pública, reconhecimento do direito aos votos dos analfabetos, direito de greve, preservação ambiental, dentre outros. Para serem consolidados enquanto políticas públicas, dependem da capacidade de organização, estabelecimentos e alianças e negociação dos diferentes atores sociais envolvidos, que apresentam características distintas e podem ser públicos ou privados.

Iniciando os debates sobre a Política Social, Behring e Boschetti (2011) afirmam que o surgimento das primeiras iniciativas das políticas sociais não pode ser tratado com precisão, pois:

Elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem, é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa do final do século XIX (Pierson, 1991), mas a sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após Segunda Guerra Mundial (pós-1945) (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Então, as chamadas protoformas das políticas sociais podem ser visualizadas nas sociedades pré-capitalistas através de iniciativas pontuais em ações caritativas privadas e

filantrópicas. Essas iniciativas não tinham o intuito de garantir o bem comum de todos, mas tinham como objetivo manter a ordem social e punir a vagabundagem (BEHRING; BOSCHETTI, 2017). São exemplos de legislações incipientes que se desenvolveram na Europa, no período anterior a Revolução Industrial, o Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos Artesãos (1563), a Leis dos pobres elizabetanas (1531 e 1601), a Lei de Domicílio (1662), *Speenhamland Act* (1795), a Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment Act*) (1834). Todas elas tinham caráter repressor, coercitivo, restritivo e não protetor. O princípio dessas leis era tornar o trabalho obrigatório a quem tinha condições de trabalhar (BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Sobre a conceituação de política social, está é uma forma de política pública ou uma dimensão da política pública, é uma ação do Estado para o atendimento das necessidades sociais e das demandas da classe trabalhadora. Elas não assumem um caráter redistributivo, mas um caráter compensatório das desigualdades sociais e econômicas germinadas do modo de produção capitalista (PEREIRA, 2008). Podem ser entendidas como uma espécie de gênero da política pública e apresenta como principal objetivo a concretização dos direitos sociais conquistados pela sociedade e amparados legalmente. Estes direitos se guiam pelo princípio da igualdade e visam atender as demandas (re) criadas pela desigualdade social (PEREIRA, 2009).

Faleiros (2018) elucida que as políticas sociais são contraditórias porque ao passo que são o resultado da luta da classe trabalhadora, também são instrumento de manipulação e acumulação do capital, o que justifica seu caráter contraditório. Tais mudanças ocorrem de acordo com a relação dinâmica, contraditória e antagônica entre Estado/capital/trabalho, tendo como questões centrais a pressão/luta da classe trabalhadora na garantia, ampliação e consolidação dos direitos sociais. Nessa mesma esteira de pensamento, Ferreira vai realçar que “[...] em alguns momentos a política social serve como estratégia de hegemonia política; em outros, representa a inclusão das diferenças, a institucionalização das necessidades da população [...]” (2013, p. 16)

Em comparação aos dois conceitos, as políticas públicas podem ser entendidas como responsabilidade do Estado em que são implementadas e mantidas através de um processo de tomada de decisões que abrange organismos públicos e agentes da sociedade a que a política se destina, por esses motivos não se pode reduzi-las a políticas estatais. Já as políticas sociais, que tiveram suas raízes no âmbito das primeiras revoluções industriais são voltadas, a princípio, a ações que visam a proteção social implementada pelo Estado, visando a diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001). O estudo desenvolvido pelo autor ainda destaca que, as ações:

[...] empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder. (HÖFLING, p. 35, 2001)

Acredita-se que o Estado, através das políticas governamentais, tem o compromisso de implementar ações que visem a melhora do quadro social e tem também a responsabilidade de formular políticas públicas em prol do bem-estar de todos. Na contemporaneidade, é preciso relacioná-las ao contexto neoliberal já que é necessário apreender como as políticas sociais são conformadas no sistema capitalista (FALEIROS, 2018). Nesse sentido, o neoliberalismo tem a pretensão de reestabelecer os níveis de lucratividade e permite criar condições para o desenvolvimento econômico, se refere a retomada da forma mais intensa de lucratividade do ideário liberal. O projeto neoliberal apregoa a autorregulação do mercado e defende a retração do Estado no campo social, com isso as políticas sociais ficam em segundo plano sendo submetidas a lógica das políticas econômicas e resumidas a ações paliativas, focalizadas, assistencialistas, seletivas (FALEIROS, 2018; PEREIRA, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2017).

Então, sem a presença do Estado a responsabilidade recai sobre a família e para a sociedade civil. Ocorre a ampliação das desigualdades sociais e econômicas e acentuação das expressões da questão social o que dificulta o acesso aos direitos provenientes das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2017). Ferreira (2013) afirma que na segunda metade dos anos de 1970, com o esboço das políticas públicas no Brasil a sociedade civil organizada através de sindicatos, partidos políticos, associações, voluntárias e corporativas, com objetivos diferenciados surgiram como formas de luta por espaço social, econômico e de inclusão.

Dessa forma, as políticas sociais/públicas só podem ser pensadas politicamente, como parte de respostas que o Estado oferece às expressões da questão social e situam-se no confronto de interesses das classes sociais (PEREIRA, 2008). Logo, as políticas estão situadas além de um conjunto de normas, regras, planos e leis. É consequência e parte da dinâmica social da interrelação entre diferentes sujeitos e envolve luta e conflito em prol da garantia dos direitos sociais que devem ser pautadas pela igualdade e universalidade, devendo atender a todos aqueles que apresentarem necessidades sociais. Além disto, por sofrer influências do meio interno (grupos políticos) e externos (sociedade civil, instituições privadas, dentre outros) e atender as necessidades de vários grupos e segmentos sociais, as políticas não são imutáveis, mas variam no tempo e no espaço de acordo com os determinantes históricos (PEREIRA, 2009).

Por isso, é imprescindível compreender as expressões da questão social que perpassam a vida cotidiana da pessoa com deficiência requer a apreensão do conceito de questão social e como vai ser expressa na realidade. É importante destacar que não existe uma visão unívoca do conceito de questão de social, ela possui diferentes e divergentes conceitos. Todavia, os autores críticos atrelam seu surgimento como resultado da contradição entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2000). De acordo com Netto (2001), o termo questão social ganha relevância a partir da terceira década do século XIX. O termo questão social é uma construção histórica. Isto significa que seus debates surgiram a partir da primeira metade do século XIX, cujas discussões ocorreram em diversos espaços, ao ser designado a pobreza absoluta da Inglaterra no período de industrialização iniciada no século XVIII. Para Iamamoto (2000, p,27), a questão social é:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Os autores concordam que questão social é expressão concreta das contradições entre capital e trabalho. Ainda no século XVIII, houve um aumento da oferta de serviços e bens, em concomitante crescia também as pessoas que não possuíam meios de acessá-lo (NETTO, 2011). O que reforça que, a medida que o capitalismo se desenvolvia, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). O enfrentamento da questão social vai ganhar força apenas em 1848, quando a classe trabalhadora ascende sua consciência de “classe em si” para “classe para si” (NETTO, 2001). Para Montañó (2012) ao decorrer dos séculos, o capitalismo, e a sociedade capitalista recebem distintas formas de serem enfrentadas, sendo desde o capitalismo concorrencial até o capitalismo monopolista que é marcado principalmente pela concepção neoliberalista:

Assim, atual estratégia neoliberal de “enfrentamento” da pobreza é diferente da concepção liberal clássica (até o século XVIII — onde se pensa a causa da miséria como um problema de carência, respondendo a ela com a organização da filantropia), é distinta da perspectiva pós-1835 (século XIX — que, a partir da constituição do proletariado como sujeito e de suas lutas desenvolvidas particularmente entre 1830-48, pensa o pauperismo como mendicância e como crime, tratando assim dela com repressão e reclusão), é diferente da orientação keynesiana (século XX até a crise de 1973 — que considera a “questão social” como um “mal necessário”, produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a “questão social” e tratando-a sistematicamente mediante as políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços (MONTAÑO, 2012, p. 277).

Em suma, é possível identificar as diversas formas de enfrentamento da questão social, no qual se diferencia as ações que serão executadas, contando com a participação do Estado e a sociedade civil. Pois, cabe ao Estado atender a população mais vulnerável, com as suas ações focalizadas e muitas vezes sujeitas ao clientelismo, e a sociedade civil possui as suas ações de forma filantrópica.

Dessa forma, ao se tratar sobre os esboços de políticas sociais voltadas para a pessoa com deficiência e a atuação (ou não) do Estado, é necessário situar os moldes de proteção que foram constituídos no cenário brasileiro. Segundo Ferreira e Filho (2013) na época do Brasil Império verificou-se as primeiras medidas relacionadas à PCD, sendo criados pelo Imperador D. Pedro II o Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional para Educação dos Surdos. As instituições citadas foram criadas com iniciativa do Estado, tinham caráter de asilo e o objetivo de abrigar crianças e adultos do sexo masculino, vindos de várias partes do país, em sua maioria por abandono familiar. Organizações como estas eram pautadas pela caridade, benemerência e ainda não apresentavam o caráter de uma política pública.

Ferreira e Filho (2013) afirmam que no Brasil, as instituições pioneiras foram criadas por familiares de pessoas com deficiência e profissionais da área. A primeira Sociedade Pestalozzi<sup>3</sup> foi fundada no ano de 1935, em Belo Horizonte, e depois ocorreu a expansão das Pestalozzis pelo país. Em 1954, surgiu a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro. Posteriormente, surgiram várias outras instituições com intuito de agregar apoio público para as demandas e com isso foram organizadas estruturas que abarcassem todo o território brasileiro, como por exemplo: Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (1954); Federação Nacional das APAEs (1962); Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (1970); Federação Brasileira de Excepcionais (1974). Nesse contexto, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão público e representante do Estado passou a responder pelo atendimento às pessoas com deficiência até 1995 (FERREIRA, 2013).

As instituições em sua maioria mantinham o enfoque na questão do cuidado, com medidas paliativas e não estruturais, sem a atribuição de política pública, como ressalta os autores supracitados:

As ações destinadas às pessoas com deficiência persistiam em um caráter assistencialista, filantrópico, caritativo; essas pessoas eram consideradas como passivas e objetos da benevolência alheia. O Estado, até esse momento, compactuava com semelhante perspectiva, viabilizando subsídios sem delimitar

---

<sup>3</sup> Sociedade Pestalozzi do Brasil, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que foi implementada no Brasil com o intuito de prestar auxílio, tratamento, assistência, educação para pessoas com deficiência.

parâmetros para uma política social voltada às demais demandas desse grupo (FERREIRA; FILHO, 2013, p. 102).

Apesar da criação das instituições para atendimento da PCD terem sido pautadas pela tutela, de cunho caritativo e assistencialista, foi por meio destes locais que houve a possibilidade de fortalecimento da luta e do reconhecimento do segmento. Segundo Silva (2016), com a maior politização do tema, a datar da década de 1960, ocorreram mudanças de paradigmas que levaram em consideração a deficiência como produto das barreiras, não sendo culpa do indivíduo, é uma característica da condição humana.

Todavia, a partir do processo de redemocratização do país, por meio da Constituição Federal de 1988, as demandas começaram a ser atendidas pelo Estado, sendo visto como responsável por garantir a igualdade as pessoas com deficiência. Diversas leis e decretos versam sobre o acesso educação, saúde, transporte, acessibilidade, trabalho, inclusão, entre outros. Esse processo teve significativa participação dos movimentos nacionais das Pessoas com Deficiência (FERREIRA, 2013). Frente as questões apresentadas, faz-se necessário tecer uma breve evolução das políticas públicas para pessoas com deficiência conforme o quadro abaixo:

**Quadro 3:** Trajetória das políticas públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil

ANO	POLÍTICAS PÚBLICAS
1880 e 1960	Introdução do sistema Braille
1989	Lei nº 7.853 - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
1990	Lei nº 8.112 - Determina a reserva de cargos nos concursos públicos.
1991	Lei nº 8.213 - Estabeleceu a reserva de 2 a 5% dos cargos nas empresas com 100 ou mais empregados para beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência habilitadas profissionalmente.
1996	Lei nº 9.394 - Estabelece recursos pedagógicos específicos para cada aluno com deficiência nas diretrizes e bases da educação nacional para alunos.
1999	Decreto nº 3.298 que regulamentou a Lei nº 7.853 e instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
2000	Lei nº 10.048 - Prioridade de atendimento às pessoas que especifica.
2000	Lei nº 10.098 - Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
2002	Lei nº 10.436 – Reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras
2005	Lei nº 11.126 - Direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
2008	Lei Complementar nº 1.038 - Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
2009	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
2010	Lei nº 12.319 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
2012	Lei nº 12.764 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
2015	Lei Brasileira de Inclusão - nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Fonte: Elaboração da autora.

A partir da década de 1980 e redemocratização do país, houve a necessidade de modificação nas políticas voltadas para pessoa com deficiência. Dessa vez, dando foco ao

protagonismo desse segmento, onde foram criados mecanismos para coordenar, criar, debater e executar as políticas foram desenvolvidos. Em 1989 foi criada a Lei nº 7853, que dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, mas passou a ser instituída em 1993. A CORDE foi incumbida por implementar a Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência<sup>4</sup>. O referido órgão foi importante porque deu visibilidade a PCD no âmbito federal e agiu em concomitância com os movimentos sociais. Nesse contexto também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), formado também por pessoas do próprio movimento (MAIOR, 2015).

No que tange à pessoa com deficiência, pode ser verificado também alguns avanços conquistados no enfrentamento da questão social. A nível internacional tem-se a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, um importante marco normativo aprovado pela ONU. As Conferências Nacionais<sup>5</sup> dos Direitos da Pessoa com Deficiência, organizadas pelo CONADE e pela CORDE, enfatizaram o tema na conjuntura brasileira. Tanto a Convenção quando as deliberações das Conferências I e II, trouxeram avanços conceituais e incorporações de novas terminologias pelos quais o movimento reivindicou. No Brasil, a Convenção foi ratificada como emenda constitucional e as Conferências deliberaram as políticas públicas (SDH, 2010).

A partir das Conferências, em 2011 foi implementado em território nacional o Plano Nacional de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência “Viver sem Limite”, que tinham o intuito de implantar e implementar, no quadriênio de 2011 a 2014, as normas e diretrizes definidas pela Convenção, com a “[...] finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.” (SILVA, 2016, p. 49).

Ferreira (2013) reitera que em 2012, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência publicou documento para analisar as medidas adotadas pelo governo brasileiro em resposta às 1ª e 2ª Conferências:

Quanto à I Conferência, o documento fala das demandas da sociedade civil, do número de pessoas presentes e da aprovação de 265 propostas. Porém, em momento algum avalia os desdobramentos destas propostas no cotidiano da vida de seu público-alvo. Quando trata da II Conferência, o texto especifica os três eixos temáticos debatidos. Dedicou especial atenção à Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, salientando os esforços governamentais para impulsionar a inclusão deste grupo. Depois, detalha cada proposição deliberada na II

<sup>4</sup> Política instituída através do Decreto 3.298/99 (Lei nº 7853/89). Esta política responsabilizou os órgãos e as entidades do poder público a assegurar às pessoas com deficiência o exercício pleno de seus direitos.

<sup>5</sup> Por volta da década de 1990 e de 2000, os conselhos e os movimentos sociais organizados passaram a realizar as conferências nacionais, com o apoio do Estado. Esses espaços com representações da sociedade civil e do poder público conferiram debate de propostas de políticas públicas específicas (SDH, 2010).



Conferência, especificando os passos para o cumprimento das expectativas. Neste sentido, atribui ao Plano Viver sem Limites a responsabilidade de organização e aporte financeiros necessários para a implementação das políticas defendidas. (FERREIRA, 2013, p. 55).

Com base na referida Convenção Internacional, também foi criada a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 2015), resultado de avanços e conquistas legais do segmento. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, como também é conhecida a lei, trouxe mudança de paradigma<sup>6</sup> sobre o significado de deficiência e assegurou mudanças nas áreas da educação, trabalho, cultura e lazer. A 3ª e 4ª Conferências Nacionais, ocorreram em 2012 e 2016 respectivamente. A 3ª Conferência teve como tema central “Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Novas perspectivas e desafios”, com objetivo verificar, discutir, avaliar a implementação da Convenção. Já a 4ª Conferência, com o tema “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: A transversalidade como radicalidade dos direitos humanos”, trouxe o debate das políticas de forma mais ampla (SDH, 2010).

Torna-se imprescindível relatar os espaços de debates, as leis, as convenções e conferências porque foi também a partir dessas argumentações que as políticas também foram subsidiadas. No que se refere a política social para as pessoas com deficiência têm-se o Benefício de Prestação continuada (BPC), que garante um salário mínimo a pessoa idosa e com deficiência que não podem suprir as suas necessidades básicas e nem as ter supridas pelos seus familiares; o Sistema de Cotas (Lei nº 8.213/91) no mundo do trabalho; a legislação de acessibilidade (Lei n.º 10.098); a oferta de órteses e próteses no Sistema Único de Saúde (SUS); e a implementação da Educação Inclusiva (XAVIER, 2015; SILVA, 2016).

No Amazonas, a Política Estadual de Atenção a Pessoa com Deficiência foi instituída pela Lei nº 3.432 de 2009, e tinha como órgão operacionalizador a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPED), mas foi extinta em 2019 pelo governo estadual vigente, antes disso, em 2015, houve uma tentativa de excluir a secretaria. A pasta foi incorporada à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), e isso foi visualizado como um verdadeiro retrocesso. No âmbito do município de Manaus, a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência, foi instituída através da Lei Municipal nº 1170 de 2009.

Nesse dinamismo, as políticas públicas são um instrumento fundamental para a promoção de ações governamentais, com intuito de concretização dos direitos e intervir na realidade social

---

<sup>6</sup> Anteriormente era tomada como culpa por quem a possui sendo uma atribuição da passou, passou a ser entendida como consequência da falta de acessibilidade da sociedade como um todo (BRASIL, 2015).

da pessoa com deficiência. Dessa forma, expressando o compromisso firmado entre Estado e a sociedade, a política pública deve ter como finalidade a correção das desigualdades vivenciadas historicamente pela PCD. É sob o domínio das políticas públicas e sociais, que ocorre a viabilização de direitos e da cidadania. Nesse sentido, o Estado assume um papel imprescindível na garantia dos Direitos. Todavia, não podemos compreender essa importância sem fazer uma relação das crises enfrentadas no cenário econômico e contrarreformas que desresponsabilizam o Estado do seu papel.

A partir da década de 1980, ocorre a ascensão do neoliberalismo, onde há uma ênfase na necessidade de reduzir o papel e forma de intervenção do Estado. “Por este motivo, dá-se a transferência da responsabilidade das políticas públicas aos governos subnacionais” (ALMEIDA; PAULA, 2014). De acordo com Rothen e Santana (2018, p. 14) “o neoliberalismo advogava uma livre-economia, sustentada por livre iniciativa, liberdade de escolha, ênfase no mercado e pelo chamado governo mínimo”. Neste sentido, a intervenção do Estado sob as políticas públicas são um empecilho para o desenvolvimento de um Estado neutro. A estratégia no Brasil, foi realizar uma contrarreforma com base na escassez de recursos e contenção de gastos sociais (BEHRING, 2008).

A pesquisa desenvolvida por Carvalho (2002) explica que a chamada “reforma do Estado”, adveio de impasses econômicos gerados no decorrer da década de 1980, no processo de modernização econômica do país. A chamada “reforma” estava integrada ao avanço do capitalismo monopolista no Brasil, com a oportunidade de um sistema econômico nacional direcionado a acumulação de capital interno e externo, e a participação do Estado de forma ampla como balizador das forças produtivas nacionais com as mundiais. Segundo o autor:

Os constrangimentos ao desenvolvimento econômico representados pela dívida externa, e o insucesso das políticas de estabilização implementadas na América Latina, particularmente no Brasil, faziam concluir ser necessária a adoção de medidas de estabilização e ajuste que implicassem não apenas o ajuste do balanço de pagamentos – como mecanismos de produção de superávits que remunerariam e amortizariam o capital emprestado –, mas também reformas institucionais e econômicas internas ‘em termos de eficiência e alocação de recursos’ (CARVALHO, 2002, p. 38)

Por conseguinte, a ideia de “reforma” foi uma estratégia política de ajustamento às exigências do capitalismo mundial, construção de condições que permite novos dinamismos de acumulação de capital. Nesse ínterim, o Estado se apresenta como esfera mediadora do desenvolvimento econômico, concebendo os padrões capitalistas nas relações sociais (CARVALHO, 2002). Acontece que o sentido das reformas que ocorreram no Brasil não teve um

viés social democrático a exemplo do ocorreu no Welfare State, até porque o Brasil não vivenciou o Estado de Bem-Estar Social e sim um conjunto de ações públicas e privadas (MATHIS, 2011; BEHRING, 2008). A pesquisa desenvolvida por Montañó e Duriguetto (2010) vai além e asseveram que:

A chamada “reforma do Estado”, funda-se na necessidade do grande capital de liberalizar – desimpedir, desregular – os mercados. Assim, concebe-se como parte do *desmonte* das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, tal reforma deixa claro que seu caráter não é de “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo-institucional, apenas no plano político-burocrático, mas está articulada à reestruturação do capital em geral – tem sim um caráter político, econômico e ideológico que visa alterar as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade, construídas no interior de um “pacto social-democrata”, no período pós-guerra, e que formaram o “regime de acumulação fordista-keynesiano”. Tem por objetivo esvaziar diversas conquistas sociais, trabalhistas, políticas e econômicas desenvolvidas ao longo do século XX e, portanto, no lugar de uma “reforma” configura um verdadeiro processo de (contra) reforma do Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 2003)

Assim, o termo contrarreforma adotado por Behring (2008) remete ao real sentido das reformas, pois nesse contexto elas não têm o viés progressista e sim um caráter regressivo em que houve: flexibilização das relações de trabalho, privatizações, desmonte das políticas públicas, perda e/ou restrição dos direitos sociais constitucionais. Sobretudo a partir dos anos de 1990, com advento do neoliberalismo para atender a lógica do capital, esse momento configura-se como uma “[...] contrarreforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país [...]” (MOTA, 1995 e 2000; apud BEHRING, 2008). Mathis (2011) situa que o amplo programa de reformas, proposto pelo Governo Fernando Henrique de Cardoso, no período de 1995 a 2002, reordenou as políticas públicas que passaram a ser norteadas por três eixos: emprego, programas universais e programas emergenciais de pobreza.

Nessa conjuntura, Ferreira (2013) afirma que ações que o Estado destinou às pessoas com deficiência compactuavam com a perspectiva de benemerência e práticas assistencialistas, apenas quando as reivindicações do referido segmento foram incluídas na agenda internacional foi que o Estado modificou o atendimento as demandas das pessoas com deficiência, através de políticas sociais e públicas mais robustas. Esse processo ocorreu desde o período de redemocratização política do Brasil em 1988, com formulação de direitos e medidas de proteção social.

Para Xavier (2015), a proteção social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, se direcionou à universalização da cidadania. A Assistência Social ganha o status de política

pública<sup>7</sup>, integrando a Seguridade Social, tendo por objetivo garantir a proteção social das famílias, da criança e adolescentes, dos idosos e dentre esses o segmento populacional das pessoas com deficiência. A autora ainda corrobora que:

[...]a assistência social à pessoa com deficiência, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo SUAS, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos. (2015, p. 37).

Desta forma verifica-se a importância das ações da Assistência Social, pois contribui com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas ao serviço de convivência e seu fortalecimento de vínculos familiares, com apoio da rede socioassistencial. E proporciona alcance aos serviços de outras políticas públicas, entre elas no âmbito da educação, trabalho, saúde, transporte especial e outros programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação (XAVIER, 2015). De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Art. 1º, Lei nº 8.742/1993).

A lei tem como objetivo concretizar a proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Nesse contexto, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) materializa o conteúdo da LOAS, promovendo maior efetividade nas ações, onde organiza os serviços, programas, projetos e benefícios por níveis de proteção, definidos como: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade) (BRASIL, 1993). É importante destacar que, em 2006, foi aprovada a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de regular a gestão do trabalho no âmbito do SUAS (BRASIL, 2007).

A Assistência Social, sem dúvidas, foi um importante marco legal no que concerne aos direitos alcançados pelas pessoas com deficiência, e também faz jus o seu destaque visto que transversa outras políticas sociais. Fonseca (2013) destaca que a atenção a pessoa com deficiência, no interior da política de Assistência Social, demanda entender como a os benefícios, serviços e programas são trazidos, organizados e geridos no SUAS para esse público-alvo. O caminho

---

<sup>7</sup> Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), aprovada com vistas a conferir efetividade as orientações da Constituição Federal de 1988 e da LOAS.

percorrido pela Assistência Social mostra vulnerabilidades, mas também potencialidades mediante os entraves enfrentados na implementação e consolidação dessa política no Estado brasileiro.

Na trajetória socio-histórica da assistência social, não se pode deixar de citar o BPC que foi o primeiro mínimo constitucional voltado a idosos e pessoas com deficiência, e é um dos aspectos mais relevantes da política de assistência social porque foi “[...] processador de inclusão dentro de um patamar civilizatório que dá ao Brasil um lugar significativo em relação aos demais países que possuem programas de renda básica, principalmente na América Latina [...] (BRASIL, 2004, p. 34).

Nesse sentido, finalizamos ressaltando que a trajetória de luta das pessoas com deficiência descreve sucessivos estigmas enfrentados em suas vidas, marcadas pela discriminação, invisibilidade e desigualdade. Segundo Maior (2017) o desafio na contemporaneidade é o cumprimento da lei, com políticas de Estado, ações concretas e permanentes, provisão de acessibilidade em todas as áreas, fiscalização, responsabilização dos agentes públicos e da sociedade pelos atos de discriminação no cotidiano, o reflexo disso é o vislumbrado na falta de acesso às políticas públicas e seus pormenores. Entre o real e o ideal, o Brasil ainda precisa avançar em muitos aspectos para garantir todos os direitos a essas pessoas.

Cabe ainda frisar que em consonância com os avanços e conquistas obtidos pela pessoa com deficiência, é necessário que também ocorra engajamento na esfera acadêmica no que diz respeito a dar visibilidade à temática e, além disso, materializar pesquisas no âmbito de Serviço Social que reflitam a realidade da PCD. Por esse motivo, os debates são pertinentes porque mostram como o referido segmento populacional está posto nas expressões da questão social.

O tópico a seguir tem o intuito de gerar uma reflexão acerca de como os periódicos, que são produtos de pesquisa, sobretudo da pós-graduação *stricto sensu*, são peças fundamentais para disseminação da informação e dão relevância às temáticas menos difundidas. Nesse intento, primeiramente, foi preciso tecer certas considerações do que vem a ser esse veículo de comunicação e seus desdobramentos, para então propiciar considerações a respeito das produções de conhecimento do Serviço Social e sua relação com a PCD, em específico nos periódicos.

### **1.3 Os periódicos da área de Serviço Social: avanços e contrapontos**

Os estudos levantados por Miranda e Pereira (1996) esclarecem que o periódico é um dos principais produtos da comunidade científica, cujo o objetivo compreende a difusão de “[...]”

notícias científicas em um veículo de divulgação do conhecimento que se origina das atividades de pesquisa.” (p. 375).

O desenvolvimento dos periódicos ocorreu através de um longo percurso até assumir sua configuração atual. Freitas (2006) recapitula que anterior ao surgimento dos periódicos científicos, as notícias sobre a ciência eram veiculadas por meio de folhetins e jornais cotidianos. O conhecimento era exteriorizado por meio de correspondências entre os cientistas que, posteriormente, a partir do século VXII vão engendrar as publicações científicas as quais eram voltadas para um público maior, mas mantendo sua especificidade.

A saber,

Os periódicos foram, desde seus primórdios, importantes canais de publicação de notícias científicas. No século XIX, expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta. (FREITAS, 2006, p. 54)

Anteriormente, o que existia eram as publicações de notícias científicas, mas o periódico expandiu-se e é constituído por uma diversidade de artigos, resumos, revisões de literatura e produtos de pesquisa que dão visibilidade a ciência. Como transmissor de comunicação das produções de conhecimento, o periódico cumpre também a função de validar e institucionalizar o conhecimento de novas disciplinas e campos de estudos, além de ser um meio para reconhecimento e ascensão do cientista (MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Tomar essa dimensão notória só foi possível porque havia a necessidade de tornar a comunicação mais eficiente, rápida e dinâmica para o público com interesse em descobertas científicas. Assim sendo, os periódicos científicos representaram a expansão de canais direcionados a comunicação científica, em substituição aos já conhecidos meios tradicionais como livros, correspondências e comunicação oral (MIRANDA; CARVALHO, COSTA, 2018).

Nesse sentido, na conjuntura brasileira<sup>8</sup> o periódico surge em meados do século XIX, assim como em grande parte dos países europeus e americanos, como propagador da ciência e de assuntos relacionados a produção de obras, livros, realização de cursos e textos científicos (FREITAS, 2006).

---

<sup>8</sup> Os jornais literários foram os primeiros periódicos a publicar ciência no Brasil, a exemplo do Gazeta do Rio de Janeiro que foi o primeiro periódico impresso no Brasil. Traziam artigos científicos com observações de experimentos, gráficos, tabelas e formas. Além de noticiar a produção de obras, produção de livros e textos científicos (FREITAS, 2006).

Segundo o entendimento de Miranda, Carvalho e Costa (2018) com a evolução dos periódicos científicos tornou-se missão desses veículos a propagação dos resultados de pesquisas e de experiências, em particular dos programas de pós-graduação, esperando-se manter a qualidade e preservação do conhecimento para consultas futuras, bem como tornar público e gerar maior alcance às pesquisas pela sociedade.

No decorrer do processo destacado, muitos avanços ocorreram no campo dos periódicos científicos. Na América Latina e no Brasil podem ser citadas, no início dos anos de 1980, as criações da base Literatura Latino-Americana e do Caribe em Informação em Ciências da Saúde; em meados do final dos anos 1990 surge o Programa SciELO com intuito de dar visibilidade e qualidade aos periódicos, por isso que a partir de 2005 esses veículos lograram bastante notoriedade mediante a plataforma, que organiza as revistas científicas em formato eletrônico, armazena, dissemina a informação e publica indicadores que revelam o seu uso e impacto (GARCIA; NOGUEIRA; SARMENTO, 2018; GARCIA, 2009).

É necessário dar ênfase as Instituições de Ensino Superior (IES) e aos institutos de pesquisa, no Brasil, que praticamente revolucionaram o acesso à informação ao modernizar e agilizar o alcance às pesquisas publicadas em periódicos por meio de bases nacionais e internacionais, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) (MIRANDA; CARVALHO; COSTA, 2018).

Em relação a agência de fomento, que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), necessita-se salientar que tem o objetivo expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A agência, que busca avaliar a qualidade dos programas de pós-graduação por meio de métricas que assegurem a excelência acadêmica dos programas, gera resultados obtidos de suas avaliações os quais também dão suporte para a formulação de políticas voltadas para expansão, redução de assimetrias e fomento à pesquisa (BRASIL, 2022).

Com isso, em 1990, no arcabouço da CAPES surge o Portal de Periódicos com o intuito de fortalecer a pós-graduação no Brasil, a partir da iniciativa do MEC que desenvolveu o programa para bibliotecas de IES. Segundo informações do site da CAPES, o Portal de Periódicos é qualificado como um dos maiores acervos virtuais de produções científicas do Brasil. Nesse Portal estão reunidos e disponibilizados conteúdos produzidos no país e também os assinados com editoras internacionais. São cerca de 49 mil periódicos com texto completo e 455 bases de conteúdos diversos (BRASIL, 2022).

No cenário contemporâneo, apesar dos visíveis avanços ainda existem e persistem diversos desafios. Os estudos de Garcia, Nogueira e Sarmento (2018) refletem que houve

progressos significativos na esfera de periódicos científicos no Brasil, mas paira sob uma problemática que se agrava com o decorrer do tempo que é a questão do financiamento a esses veículos de comunicação. Foi a partir da década de 1970 que o financiamento público da pesquisa foi mantido através da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas as regras para obtenção de apoio das agências de fomento estão maiores e os periódicos que se adequam as exigências é ífero.

As problemáticas em relação ao que foi posto estão relacionadas a obstáculos como o custo de publicação, no que se refere a revisão ortográfica, a diagramação e normalização, a divulgação aos leitores, se estendendo também aos periódicos eletrônicos por causa dos gastos com editoração, conectividade, apoio técnico e até mesmo o arquivamento. Há ainda o tensionamento direcionado aos docentes e discentes para publicação de pesquisas que muitas das vezes foram desenvolvidas em condições inadequadas e são avaliadas com base em requisitos referentes a captação de recursos para subsidiar suas pesquisas e a qualificação da produção científica (GARCIA; NOGUEIRA; SARMENTO, 2018).

Na intrínseca relação entre a CAPES e as produções de conhecimento inerentes da pós-graduação, é importante compreender como essas produções científicas estão solidificadas e são propagadas através dos periódicos e, mais, como o processo de avaliação desse veículo de comunicação corrobora para produção do conhecimento científico. Nessa perspectiva, cabe citar o Qualis Periódico que é utilizado como instrumento para subsidiar o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* realizado pela CAPES, desde a década de 1970 (GARCIA, 2011).

A utilização do sistema Qualis Periódicos permite a classificação e a consulta ao Qualis das áreas de conhecimento, assim como também são divulgados os requisitos usados para classificações de periódicos. Segundo as informações oficiais da Plataforma Sucupira, o Qualis Periódicos:

É um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos;  
Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise de qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos;  
A função do QUALIS é exclusivamente, para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito de avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022, n.p).

Além disso, o sistema é fundamentado nas informações que são fornecidas por meio do módulo Coleta da Plataforma Sucupira e tem a finalidade de atender o processo de avaliação da



CAPES; os resultados são disponibilizados sob a forma de lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação das suas produções. No que concerne à sua classificação, são listados e classificados os periódicos que receberam produção no ano-base e foram comunicados pelos Programas de Pós-Graduação no Coleta da Plataforma Sucupira (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022).

A classificação é elaborada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação e seguem os critérios estabelecidos previamente pela área de aprovados do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), que visam ponderar sobre os periódicos e sua relevância para a área definida. Em relação aos critérios gerais e específicos, são utilizados em cada área de avaliação da CAPES. Assim sendo, o Serviço Social dispõe de seus próprios requisitos de avaliação, bem como as outras áreas possuem os seus. Para mensurar a qualidade da produção está é classificada em estratos de forma indireta, ou seja, o Qualis verifica a qualidade dos artigos partindo da análise de qualidade dos periódicos científicos, além de outras categorias de produção (Artística, por exemplo) (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022).

A atualização dos periódicos científicos acontece de maneira contínua. Os dados a seguir demonstram a periodicidade de atualização:

Nas Classificações de 2010-2012 e 2013-2016, os veículos receberam classificações em estratos indicativos de qualidade A1, mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - peso zero; Na Classificação de 2017-2020, os veículos poderão ser classificados nos seguintes estratos: A1, mais elevado; A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4; C - peso zero. (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022).

A classificação dos periódicos por estratos designa a qualidade das publicações científicas e a avaliação faz parte da construção do conhecimento científico, através disso é viável oportunizar incentivos para traçar estratégias e tomar decisões sobre os rumos da ciência e aperfeiçoamento das instituições que as produzem. A avaliação vem tornando-se crucial devido a fatores como a considerável ampliação de publicações científicas, a publicação por mera publicação sem levar em conta o valor particular do trabalho, a questão de as linhas de pesquisa focarem nas produções dos artigos e em seus índices numéricos em detrimento da formação crítica de pesquisadores (FRIGERI; MONTEIRO, 2014)

Ainda sobre o mecanismo de avaliação de periódicos, Gabardo; Hachem; Hamada (2018) elucidam que

Do surgimento dos procedimentos de avaliação da CAPES até 1998, a produção científica dos programas era apenas contabilizada numericamente, não havendo distinção qualitativa entre os artigos científicos. Como as publicações eram em grande quantidade, tornou-se inviável analisar cada artigo individualmente para aferir sua relevância e impacto. Adotou-se, então, um mecanismo de classificação dos periódicos,

pressupondo-se que a revista avaliada asseguraria a qualidade da publicação. Tal pressuposição era assumida como meramente formal, mas necessária, haja vista a dificuldade de se atribuir um conceito de comparação material entre artigos de conteúdo científico. Ademais, a ansiedade de parte da comunidade científica brasileira por integrar-se aos padrões estadunidenses implicava a busca por algum mecanismo de medição comparativa que, ao menos, iniciasse um processo de aproximação com os países de língua inglesa e suas empresas certificadoras (GABARDO; HACHEM; HAMADA, 2018, p. 146 e 147).

O Qualis tornou-se uma ferramenta importante na regulação dos veículos de divulgação das produções de pesquisas brasileiras. Os docentes e discentes buscam as publicações de melhor classificação, pois isso influencia no resultado da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Com isso, as universidades públicas e privadas também se beneficiam e criam mecanismos de impulsionamento aos pesquisadores para que publiquem as suas pesquisas nos periódicos mais bem avaliados e qualificados. (GABARDO; HACHEM; HAMADA, 2018)

Cabe ressaltar a afirmativa de Garcia (2011) ao retratar que desde a implantação da avaliação aos programas de pós-graduação pela CAPES até os dias atuais, a agência muito contribuiu para a expansão da pós-graduação, mas que os programas se viram esgotados com o volume de informações que são enviadas anualmente a CAPES, além do atendimento a rigorosidade que o agência estabelece, acarretando no dispêndio de tempo e energia, bem como no emprego de esforços homéricos dos coordenadores de pós e das comissões de avaliação.

Esse modelo de avaliação proposto pela CAPES, em que se é atribuída nota aos programas de pós-graduação por meio de produtos alcançado, tratando-se da produção bibliográfica em periódicos, traz diversos desafios e exigências ao Serviço Social.

A partir do exposto ir ao encontro da temática sobre as produções acadêmicas no âmbito do Serviço Social e, sobretudo, a produção dos periódicos na área, solicita trazer uma discussão introdutória em relação a interlocução do Serviço Social ao marxismo, o processo de reconceituação, a ampliação da pós-graduação e a vinculação como área de conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas.

Os estudos de Garcia e Fernandez (2018) apontam que o processo de expansão da formação profissional está intrinsecamente ligado ao movimento histórico da sociedade em que a profissão se inscreve. Portanto, analisar o Serviço Social para além de profissão e como uma área de conhecimento significa localizá-lo no “[...] contexto de relações mais amplas, constitutivas da sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações, em suas múltiplas dimensões” (GARCIA E FERNANDEZ, 2018, p. 263).

É importante compreender o contexto da década de 1960 e o Movimento de Reconceituação na América Latina, que foi um importante demarcador. Em 1964, no processo de autocracia burguesa, o Brasil vivenciava um momento histórico de grande repressão onde os movimentos sociais estavam em efervescência nas ruas em lutas reivindicando a volta do regime democrático. Várias categorias se unem a essa luta e este ambiente tensionado leva o Serviço Social a repensar todo o seu arcabouço teórico-metodológico, a sua prática profissional e a sua postura ético-política (YAZBEK, 2018)

Dessa forma, entre as décadas de 1960 e 1970 há um momento de reflexão sobre a profissão que se circunscreveu em três grandes ciclos heterogêneos: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e o Movimento de Intenção de Ruptura. Dentre as vertentes do movimento de reconceituação a intenção de ruptura se torna emblemática porque é quando o Serviço Social vai em direção ao rompimento do conservadorismo, seguindo rumo a uma perspectiva crítica, questionadora, alinhada com os interesses da classe trabalhadora e começa a maturar uma produção de conhecimento crítica (NETTO, 2005; 2008).

Iamamoto (2014) explica que durante esse período o Serviço Social se beneficiou do movimento de lutas pela democracia no Brasil, com reforço das batalhas operárias que arrojaram a crise da ditadura militar entre 1964 e 1984. Esse contexto, que exigiu novas posturas profissionais ressignificou os campos de ensino, da pesquisa e da própria organização política dos assistentes sociais. Com isso, os fundamentos do Serviço Social brasileiro foram inspirados “[...] na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Guerra (2011) salienta que o Serviço Social consolidou sua maturidade intelectual por meio de uma vertente crítica, na difusão da tradição marxista e do pensamento marxiano com vistas a questionar a visão tecnicista e instrumental da profissão. Prates (2018) ratifica o pensamento da autora ao salientar que a reaproximação das obras clássicas, de Marx e Engels, além de outros marxistas como Gramsci, Lukács entre outros, gerou impactos na pesquisa e consolidação do Serviço Social. Todo esse debate, pautado teoricamente pela tradição marxista, norteia o projeto acadêmico-profissional de Serviço Social (IAMAMOTO, 2014).

Esse contexto ocasionou modificações na formação em nível de pós-graduação, pois nesse período ocorreu estruturação, normatização e institucionalização dos cursos, criação de programas de diversificadas áreas, ampliação de fomento, adoção de sistema de avaliação, em

que as diretrizes permanecem vigentes, com as devidas atualizações, até os dias de hoje (GARCIA; NOGUEIRA, 2017).

Destarte, as contribuições de Yamamoto (2008) asseguram que o impulsionamento à pós-graduação girou em torno da aprovação da revisão curricular, em 1979, que foi encaminhada a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) - atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) - permeada de criticidade, o que impôs aperfeiçoamento profissional da categoria.

Silva e Carvalho (2007) ressaltam que durante esse percurso, ocorreu uma intensificação no interior da profissão nos anos 1980 e 1990, quando se almeja a constituição do Projeto Profissional cujo intuito era fincar o compromisso do Serviço Social com a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária, visando apoio as classes mais populares que são sujeitos desse processo. O projeto ainda hegemônico, se desenvolveu em meio a avanços e recuos, pois a profissão se situa no âmbito das relações sociais e sofre as determinações impostas em cada conjuntura.

Entretanto, apesar dos impasses, foi identificada muita ascensão no Serviço Social brasileiro: ocorreu salto qualitativo na formação profissional e surgiram novas alternativas de intervenção; houve inserção do Serviço Social na área universitária e avanço das produções acadêmicas e da pós-graduação; verificou-se avanço da participação dos profissionais em atividades relacionadas a pesquisa e produção de conhecimento, o que levou o Serviço Social ser considerado área específica de conhecimento pelo CNPq e pela CAPES, situada no campo das Ciências Sociais Aplicadas; assim como a consolidação da ação dos assistentes sociais na esfera das políticas públicas de caráter social; e participação na luta por inclusão da profissão em conselhos de gestão direcionados ao controle social nas políticas públicas (SILVA; CARVALHO, 2007; SPOSATI, 2007).

Nesse contexto, importantíssimo, é primordial tratar dos progressos significativos no campo da pós-graduação e da pesquisa, então Prates (2013) elucida que são nos meandros das mudanças nos caminhos do Serviço Social que, em 1972, foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação em âmbito privado, nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo (PUCSP) e do Rio de Janeiro (PUCRJ), em nivelamento de mestrado. Os programas de pós-graduação se expandiram nos anos subsequentes com evidência nas universidades federais e estaduais. O primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina foi criado em 1981 pela PUCSP.

Salienta-se que o reconhecimento da área de Serviço Social pela CAPES e CNPq como espaço específico da pesquisa foi uma conquista que gerou oportunidades de financiamento para o Serviço Social e incluiu os pesquisadores da área no quadro de pesquisadores do CNPq (SPOSATI, 2007). A referida autora ressalta ainda que:

O vínculo entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou, por sua vez, a capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico dessa ‘nova’ perspectiva de análise do real (SPOSATI, 2007, p. 17 e 18).

Nessa esteira de pensamento, Gracia e Fernandez (2018) afirmam que essa inclusão não se tratou apenas de um procedimento burocrático e administrativo, mas denotou o reconhecimento e luta da profissão, bem como “[...] status acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sociotécnica do trabalho [...] (2018, p. 264).

É nesta conjuntura, de amadurecimento teórico, metodológico e político da profissão, consolidação da pós-graduação e da pesquisa, que é criada a primeira revista em Serviço Social, em 1979. O Serviço Social passou por todas as transmutações de forma consciente, com a finalidade de dar visibilidade ao seu trabalho criou seus próprios meios de comunicação científica dentro das suas possibilidades financeiras e técnicas.

A Revista *Serviço Social e Sociedade* é considerada a primeira revista de circulação nacional na área de Serviço Social, e uma das mais importantes revistas do Brasil e da América Latina (GALDINO, 2016). O periódico publicado pela Editora Cortez, em São Paulo, e destinada ao público de professores, profissionais, pesquisadores e estudantes da área, inicia a empreitada de produções de conhecimento veiculadas nesse tipo de condutor de comunicação. Prates (2013) destaca que para as produções de conhecimento serem transmitidas e mediadas pelos profissionais e professores a criação da revista *Serviço Social e Sociedade* foi substancial na disseminação de produções a partir da década de 1980.

Nesse percurso, a reforma curricular, ocorrida em 1982, abrangeu a pesquisa como uma das exigências da formação profissional pois se reconheceu a indispensabilidade de uma ação investigativa que reflita em um exercício profissional mais concreto. Na mesma época, em 1987, foi criado o Centro de Documentação em Pesquisa, Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) que alavancou a produção de conhecimento da área, a socialização dessas pesquisas foi efetivada por meio dos Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS e dos cadernos da ABESS, compreendida entre os anos de 1986 e 1998 (PRATES, 2013). Esses cadernos foram substituídos pela revista

*Temporalis*, que está associada à ABEPSS “[...] cuja produção privilegia o debate acerca de temas relacionados diretamente a profissão, onde se incluem e debatem seus fundamentos e a sua relação com o ensino e o trabalho profissional” (PRATES, 2013, p. 214 e 215).

A autora supracitada, aborda que as pesquisas e os debates profissionais, nos anos 1980, se pautavam nas discussões metodológicas, nos paradigmas das ciências sociais, nos fundamentos, na produção de conhecimento e intervenção em Serviço Social. Nos anos 1990, as produções intelectuais, já condensadas pela tradição marxista, orbitam em temáticas como cidadania, produções que discutem legislações e políticas públicas, universalização de direitos em contraponto às propostas neoliberais, e debates sobre os impactos econômicos, privatizações e contradições derivadas da globalização. As tendências nas produções intelectuais, das últimas décadas, vêm acompanhando as demandas da sociedade.

Nos estudos realizados por Silva e Carvalho (2007), em que se compreende um levantamento de produções de conhecimento entre os anos de 2001 a 2003 (incluindo livros, coletâneas, artigos em periódicos, trabalhos publicados em anais) junto à CAPES, verificou-se eixos temáticos de maior ocorrência:

Serviço Social – Formação Profissional/Trabalho do Assistente Social/Prática Profissional; Trabalho/Restruturação; Produtiva/Globalização; Infância/Juventude/Família; Segurança Social – Saúde; Gênero/Violência; Ética/Cultura/Política/Democracia/Diversidade; Política Social/Políticas Públicas/Gestão/Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos; Movimentos Sociais/Processos Organizativos/Associativismo/Sujeitos Sociais/Conselhos/Controle Social; Educação (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 210)

Simionato (2014) alude que a bibliografia produzida pelo Serviço Social se debruça sobre temas que expõe o agudizamento da fragmentação do social e engendra conhecimentos que consubstanciam a formação crítica de quadros intelectuais, contribuindo significativamente ao enfrentamento de culturas dominantes em tempos que o conservadorismo ameaça retroceder.

Desta forma, as produções de conhecimento se sobressaem nesta pesquisa, sobretudo as que estão dispostas em periódicos, um dos produtos finais das investigações científicas originais, sejam oriundas da pós-graduação ou do fazer profissional. Nessa sucessão de acontecimentos históricos que o Serviço Social vivenciou, frente as diferentes perspectivas teóricas-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, cabe apresentar e analisar as revistas que são hoje um importante documento da comunicação científica e trazem as temáticas ora explicitadas.

Segundo o Relatório do Qualis Periódicos (CARVALHO, 2019) concernente a área 32<sup>9</sup>, as suas produções destacam:

potencialidade para apreensão das expressões da questão social, em suas múltiplas determinações, o que inclui a formação de recursos humanos capazes de analisar e intervir qualificadamente na realidade social, no intuito de dar visibilidade às desigualdades e potencializar as diversas formas para o seu enfrentamento. A produção da área contempla mediações significativas com o Estado, com as políticas sociais, com os direitos humanos, os processos e movimentos sociais, entre outros temas correlatos, cuja apreensão se faz com ênfase em conteúdos qualitativos (CARVALHO, 2019, p. 2).

As contribuições dos periódicos de Serviço Social são fundamentais porque fundamentam as produções acadêmicas e direcionam os profissionais da área e de áreas congêneres, nos mais diversificados campos e espaços sócio-ocupacionais onde são elaborados os seus processos de trabalho (CARVALHO, 2019). Apesar da proposta de pesquisa apresentada, verificamos a partir de investigação realizada na Plataforma Sucupira (2022) e com base nos periódicos definidos no quadriênio 2013-2016<sup>10</sup>, que estavam vinculados a área de conhecimento de Serviço Social o quantitativo de 796 revistas, sendo, 16 periódicos A1, 35 periódicos A2, 111 periódicos B1, 91 periódicos B2, 130 periódicos B3, 133 periódicos B4, 133 periódicos B5, e 147 periódicos de classificação C. Queremos destacar neste capítulo, as revistas A1 e A2 que são o foco do estudo, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Quadro 4:** Revistas vinculadas a área de Serviço Social

ISSN	Título da Revista	Classificação
1434-1816	Archives Of Women's Mental Health	A1
1678-4464	Cadernos De Saúde Pública	A1
0102-311X	Cadernos De Saúde Pública (Ensp. Impresso)	A1
1678-4561	Ciência & Saúde Coletiva	A1
1413-8123	Ciência E Saúde Coletiva (Impresso)	A1
1661-8564	International Journal Of Public Health (Online)	A1
0140-6736	Lancet (British Edition)	A1
1982-0259	Revista Katalysis	A1
1414-4980	Revista Katálysis (Impresso)	A1
2317-6318	Serviço Social & Sociedade	A1
0101-6628	Serviço Social & Sociedade	A1
1072-4745	Social Politics	A1
1938-3207	American Journal Of Clinical Nutrition	A2
1777-5884	Annales De Géographie (Paris)	A2
1474-0583	Archives Européennes De Sociologie	A2
2176-9575	Argumentum (Vitória)	A2
1794-4724	Avances En Psicologia Latinoamericana	A2

<sup>9</sup> Área 32 é referente a área de conhecimento em Serviço Social, na sua classificação pela CAPES.

<sup>10</sup> A Plataforma Sucupira reitera em nota, no portal eletrônico, que as informações disponíveis se referem as classificações das revistas consolidadas do Triênio 2010-2012 e Quadriênio 2013-2016. O novo modelo do Qualis Referência ainda está em fase de reformulação pelas Áreas de Avaliação (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2022).

1471-2458	Bmc Public Health (Online)	A2
1983-8239	Caderno Crh (Online)	A2
0103-4979	Caderno Crh (Ufba. Impresso)	A2
0145-2134	Child Abuse & Neglect	A2
0011-5258	Dados (Rio De Janeiro. Impresso)	A2
0252-8584	Economia Y Desarrollo	A2
0101-7330	Educação & Sociedade (Impresso)	A2
1806-9592	Estudos Avançados (Usp)	A2
1806-9584	Estudos Feministas	A2
1678-4758	História, Ciências, Saúde (Online)	A2
0104-5970	História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)	A2
1573-3475	Journal Of Family And Economic Issues	A2
1552-678X	Latin American Perspectives	A2
0094-582X	Latin American Perspectives	A2
1932-6203	Plos One	A2
1807-0310	Psicologia & Sociedade (Online)	A2
2178-2865	Revista De Políticas Públicas Da Ufma	A2
0104-8740	Revista De Políticas Públicas (Ufma)	A2
0034-8910	Revista De Saúde Pública (Usp. Impresso)	A2
2238-3786	Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea	A2
1414-8609	Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea	A2
2178-8987	Ser Social	A2
1415-6946	Ser Social (Unb)	A2
1677-9509	Textos & Contextos (Porto Alegre)	A2
1514-6871	Trabajo Y Sociedad	A2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da Plataforma Sucupira (BRASIL, 2022).

Observa-se no quadro que 16 revistas são internacionais e 26 nacionais<sup>11</sup>. Todavia, existem as revistas dos Programas de Serviço Social, que necessitam de certa evidência. De acordo com os estudos de Prates (2013), são: a) Revista Textos e Contextos da Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), b) Revista Em Pauta (UERJ), c) O Social em Questão (PUCRJ), d) Praia Vermelha (UFRJ), e) Serviço Social e Realidade (UNESP), f) Serviço Social em Revista (UEL), g) Teoria Política e Social (UFPB), h) Libertas (UFJF).

Destaca-se ainda as revistas vinculadas aos programas de pós-graduação em políticas sociais ou políticas públicas que estão intrinsecamente ligadas ao Serviço Social, sendo: a) Revista Argumentum (UFES), b) Revista Gênero (UFF), c) revista Oikos (UFV), d) revista Políticas Públicas (UFMA), e) revista Ser Social (UNB), f) revista Sociedade em Debate (UCPEL) (PRATES, 2013). A autora salienta a importância dessas revistas para o fortalecimento da produção de conhecimento crítico em cunho nacional e internacional.

Na última avaliação quadrienal, ocorrida em 2017, a produção bibliográfica em periódicos da área 32 representou 45% da produção total dos programas de pós-graduação, considerando além dos parâmetros já estabelecidos e qualidade, outros aspectos como a bases de indexadores

<sup>11</sup> Foram contabilizados periódicos repetidos e também os que foram registrados como online e impresso, o que significa que há uma alteração na quantidade de periódicos, na quadrienal 2013-2016.



e pertinência do conteúdo à área de conhecimento, levando em conta a centralidade de temas em Serviço Social, Política Social, Políticas Públicas, Economia Doméstica, Família e Consumo (CARVALHO, 2019).

Retomando as discussões sobre a avaliação e estratificação das revistas, cabe abrir parênteses sobre o Novo Qualis Referência<sup>12</sup> 2017-2020, que ainda não está publicado na Plataforma Sucupira, todavia:

Entre setembro e outubro as coordenações de área na Capes receberam instruções para iniciar o processo da avaliação do chamado Novo Qualis. As novidades no modelo avaliativo já vinham sendo testadas desde o ano passado, como o uso parcial de indicadores bibliométricos e o conceito de “área mãe” do periódico. O objetivo aqui é evitar que o mesmo periódico seja avaliado em diversas áreas do conhecimento em paralelo. Antes uma mesma revista poderia ter classificações distintas na área de história, por exemplo, e na área de filosofia, de educação, de arquitetura, etc. Agora cada periódico terá apenas uma classificação feita pela área considerada “mãe”. Para a definição dessa vinculação a Capes considera a origem de área predominante dos autores que publicaram na revista no período avaliativo em questão (ARAÚJO, 2020, p. 7).

Segundo Perez (2020), a nova proposta foi alvo de muitas críticas e controvérsias, principalmente, em relação aos critérios que seriam utilizados pelas diferentes áreas para avaliar seus periódicos. O Qualis Periódico que avalia a produção intelectual dos programas de pós-graduação exerce uma influência decisiva na nota dos programas.

Os contrapontos em relação a nova proposta de avaliação, que ainda não é oficial, são vários: 1) se ocorrer a alteração do sistema de avaliação, poderá retroagir sobre o quadriênio anterior e muitos artigos que foram bem avaliados poderão não mais ser; 2) se o Qualis utilizar a mesma medida para avaliar os periódicos nacionais e internacionais, de certo, os periódicos brasileiros ficariam com notas inferiores, pois seus índices de citação são menores que a maioria dos periódicos estrangeiros, se tornando menos apazível aos pesquisadores e isto poderia prejudicar a pesquisa brasileira, acarretando, possivelmente, o redirecionamento das linhas de pesquisa, de acordo com as predileções das revistas internacionais; 3) nessa mesma linha de pensamento, pesquisadores brasileiros competiriam com a gama pesquisadores do mundo todo, o que sobrecarregaria os pesquisadores brasileiros, professores que lidam com ensino, extensão e até gestão nas universidades (PEREZ, 2020).

Outro ponto que Perez (2020) salienta é que se a qualificação de revistas estrangeiras for maior, privilegiaria os autores e programas que já estão introduzidos no âmbito internacional, o

---

<sup>12</sup> Sobre a avaliação do novo Qualis, foi publicado em 10 de setembro de 2021, a Portaria Nº 145 da CAPES, e consolida as disposições sobre Qualis Periódicos, seus objetivos e finalidade (BRASIL, 2021).

que comprometeria os programas com recursos mais limitados e restritos a internacionalização. A sobrevivência das Ciências Humanas, área que certamente sofreria os maiores impactos devidos aos inúmeros ataques sofridos, ficará comprometida se caso for avaliada pela mesma métrica aplicada às outras áreas.

O processo de avaliação de periódicos não é inerte, passa por diversas alterações, de forma contínua, e vai requerer das Áreas de Conhecimento, da pós-graduação e dos pesquisadores, docentes e discentes que estão na linha de frente desse encadeamento, esforços para se adequar aos ditames da CAPES. Por isso, Garcia, Teixeira e Sarmiento (2018) enfatizam que é preciso constituir políticas editoriais mais resistentes dentro da universidade que fortaleçam e qualifiquem o corpo técnico para gerir os periódicos, assim terão mais garantias de suas condições de trabalho.

No levantamento realizado para averiguar as revistas que são classificadas no Qualis estratos A1 e A2, pode-se verificar que o quantitativo de revistas vinculadas a área de Serviço Social, e sobretudo as que tem associação aos Programas de Pós-Graduação da área e de áreas afins, é muito expressivo (PATAFORMA SUCUPIRA, 2022). No entanto, nas discussões já pautadas por Garcia, Nogueira e Sarmiento (2018), no Qualis de 2016 a quantidade de periódicos nos maiores estratos ainda que seja menor, a quantidade de artigos concentrados nesses estratos revelou-se em um volume bem maior. Apesar disso, os periódicos bem avaliados vêm enfrentando dificuldades no que diz respeito a sua periodicidade de manutenção e indexação nas bases internacionais, assim com outras problemáticas já acentuadas referentes a mercantilização vertiginosa da área editorial, os cortes orçamentários do setor público, a crescente exigência por produções acadêmicas que expressem qualidade. Em resumo, há muitas barreiras a serem enfrentadas pela área.

A produção de conhecimento em Serviço Social é imprescindível para o adensamento de conceitos, amadurecimento teórico da profissão, e principalmente o desvendamento de uma realidade marcada pelo capitalismo (PRATES, 2014). O relatório da área 32 evidencia que, o conhecimento produzido pelo Serviço Social está intrinsecamente articulado em temas como expressões da questão social (desigualdade, pobreza e outras) em âmbito nacional, regional e local. Aprofunda estudos críticos sobre as políticas sociais e públicas (educação, saúde, assistência).

Dentre os principais destaques desenvolvidos pela pós-graduação, estão temáticas como: trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação, análise de políticas, análise de programas sociais (GARCIA; NOGUEIRA; FORTE, 2017). Todavia,

existem temas que ainda são poucos visíveis e é o caso das discussões que envolvem a Pessoa com Deficiência, conforme explicitaremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### AS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O (NÃO) LUGAR NO DEBATE SOBRE DEFICIÊNCIA

Correlacionar a temática sobre a Pessoa com Deficiência e as produções de conhecimento em Serviço Social faz com que, de antemão, tenhamos de refletir sobre as particularidades do processo sócio-histórico no qual a profissão se construiu. Decerto, o Serviço Social passou por múltiplas transformações desde suas bases até a configuração atual, mas foi a partir da formação de sua identidade social latino-americana, firmada na Teoria Social Crítica, na Economia Política e no enfrentamento político ao autoritarismo imposto pelos Estados ditatoriais, que o Serviço Social fecundou a sua produção de conhecimento (SPOSATI, 2007).

Claro que esse processo não pode ser desvinculado da realidade social, por isso é basilar compreender que ela é imanente ao conhecimento e à produção de conhecimento, isto porque estão relacionados ao desenvolvimento da sociedade, mediante seus determinantes sociais e históricos, a sua produção e acumulação na sociedade capitalista. Ou seja, o contexto sócio-histórico influencia a produção de conhecimento e incide diretamente nas suas especificidades, e uma delas é o Serviço Social (GALDINO, 2016).

Em se tratando disso, Cantalice (2013) expõe que ao analisar as literaturas que tratam sobre a produção de conhecimento em Serviço Social no Brasil observa-se, como fora retratado no capítulo anterior desta pesquisa, que este movimento é relativamente recente e se consolidou desde a criação da pós-graduação na área das Ciências Sociais e de Serviço Social. A inauguração dos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas referidas áreas possibilitou a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento.

Esse contexto, que foi influenciado pelo legado da tradição marxista, tornou possível o fortalecimento da pesquisa acerca do caráter de sua intervenção, dos seus procedimentos e sua formação; a ampliação do diálogo interdisciplinar com outros saberes; a constituição de uma certa intelectualidade na área que direcionou a prática profissional por meio de um projeto ético-político coletivo (SPOSATI, 2007; YAZBEK, 2009).

Todo esse percurso consolidou o Serviço Social com área de produção conhecimento “[...] que se inscreve num momento singular e fértil, pois a profissão tem sido cotidianamente desafiada a decifrar e intervir junto às atuais configurações sociais processada a partir das intensas transformações societárias [...]” (CANTALICE, 2013, p. 129). Nesta perspectiva, segundo a

referida autora, foi que a pós-graduação se fortaleceu como tática pela profissão em um espaço para o exercício da pesquisa, de reflexão crítica e do aperfeiçoamento intelectual da profissão, o que é essencial para a explicação da realidade social e formação de competências instrumentais que auxiliam a prática do assistente social em seus lugares de atuação na contemporaneidade.

Todavia, mediante a síntese de ideias expostas, Silva (2007) enfatiza que é necessário concretizar os assuntos que são abordados nas universidades e nos grupos de pesquisa com os diversos espaços de intervenção profissional. Essa interrelação entre os centros que produzem conhecimento e os profissionais das variadas organizações é importante para que a pesquisa em Serviço Social investigue minuciosamente temas que são cabíveis à profissão, aos assistentes sociais e aos usuários utilizando a realidade para produzir conhecimento, não se pode haver ruptura entre a pesquisa e o fazer profissional.

É nessa contextura que as produções científicas sobre a Pessoa com Deficiência encontram (ou talvez não) o seu lugar no Serviço Social. Dessa forma, o presente capítulo pretende no primeiro momento, verificar o quantitativo de produções científicas em periódicos Qualis A1 e A2 referente a área de Serviço Social, as principais tendências temáticas e as que retratam sobre a pessoa com deficiência; averiguar se está temática foi debatida nos periódicos entre os anos de 2011 e 2021; bem como analisar se no escopo dessas produções científicas ocorre interrelação entre a temática de PCD e as políticas públicas. As discussões iniciais, originadas por meio de pesquisa documental, dão procedência ao aprofundamento e reflexão sobre as produções contemporâneas do Serviço Social.

## **2.1 Os Periódicos que retratam a Pessoa com Deficiência**

A princípio, faz-se necessário, antes de tratarmos das análises dos periódicos, discutirmos alguns elementos referentes. É importante destacar que os periódicos que explicitam a temática sobre a Pessoa com Deficiência estão vinculados em várias áreas de conhecimento. Com base nos dados fornecidos pela Plataforma Sucupira (2022), encontram-se revistas no âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, é imprescindível destacar as revistas que estão associadas a área de avaliação do Serviço Social, ressaltando as que são específicas da área e que dão visibilidade a produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais.

A produção de conhecimento crítico em Serviço Social nunca é realizada sem questionamentos contraditórios ou desafios. As temáticas trabalhadas pela área envolvem refrações da questão social e diversas polêmicas. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares da

ABEPSS (1996) salientam que o assistente social deve possuir uma postura investigativa pois é a dimensão constitutiva da profissão, além de ser condição central da formação profissional, subsidia a produção de conhecimento e sistematiza a teoria com a prática do exercício profissional.

O assistente social deve procurar desvelar a realidade que lhe é posta, principalmente, quando se trata das expressões da questão social. E por tratar disso, a deficiência pode ser considerada como uma dessas expressões porque possui relação direta com a lógica produtiva do sistema capitalista. Nesse contexto há um percurso longo pautado na discriminação e opressão vivenciadas pela pessoa com deficiência, decorrente de um sistema produtivo que visa a acumulação de lucro e conjectura que os sujeitos sejam ideais e úteis à lógica de produção (CUNHA, 2021).

Buscando descortinar essa lógica é necessário elaborar pesquisas que fomentem o debate sobre a PCD, pois a temática ainda possui uma tímida produção. Dito isto, os Periódicos podem ser instrumentos essenciais para dar visibilidade e materialidade para algumas discussões. E em relação a esses veículos de comunicação, o quadro a seguir apresenta os periódicos classificados em Qualis A1 e A2 que foram analisados nesta pesquisa para encontrar as produções que abordassem a temática PCD:

**Quadro 5:** Panorama Geral do Periódicos analisados entre os anos 2011-2021

<b>PERIÓDICOS QUALIS A1</b>		
<b>REVISTA</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>VÍNCULO INSTITUCIONAL</b>
Serviço Social & Sociedade	1979	Editora Cortez
Katálysis	1997	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
<b>PERIÓDICOS QUALIS A2</b>		
<b>REVISTA</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>VÍNCULO INSTITUCIONAL</b>
Argumentum	2009	Programa Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Ser Social	1995	Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)
Textos e Contextos	2002	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Em Pauta	1993	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ)
Políticas Públicas	1995	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental nos arquivos de revistas on-line.

A revista *Serviço Social & Sociedade*, é a primeira revista de circulação nacional na área do Serviço Social. O periódico nasceu na conjuntura do final do regime militar no Brasil, quando

o Estado autoritário estava sendo questionado por movimentos sociais e populares e o clamor por liberdade democrática urgia. Com isso, a revista foi importante ao movimento de renovação do Serviço Social porque promoveu a diversidade e democracia das formas de expressão e das linhas de pesquisa dos profissionais da área. Suas áreas de interesse são: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Serviço Social, Ética, Ciência Política, Políticas públicas, Saúde. Tem periodicidade quadrimestral e é vinculada a Cortez Editora, é um periódico online de acesso aberto e gratuito. A revista opera exclusivamente pela plataforma eletrônica SciELO que utiliza o Open Journal System como suporte de gerenciamento eletrônico e publicação de periódicos científicos (CORTEZ EDITORA, 2022).

Em relação a revista *Katálysis*, a mesma se destina à publicação de artigos científicos originais sobre temas relevantes do âmbito de Serviço Social. Publica produções científicas, de natureza acadêmica, que sejam atuais e relacionadas ao Serviço social, abrangendo áreas temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública. A revista tem periodicidade quadrimestral, indexada, de circulação nacional e internacional, veiculada em países de língua portuguesa e hispânica (KATÁLYSIS, 2022).

Sobre a revista *Argumentum*, o periódico da área de Serviço Social, cujo caráter é acadêmico e interdisciplinar, tem o propósito de publicar pesquisas, artigos e discussões sob os eixos temáticos Política Social, Estado e Sociedade, bem como suas diversas interações. Atualmente, suas publicações são quadrimestrais (ARGUMENTUM, 2016)

A revista *Ser Social* é um periódico é direcionado à publicação de trabalhos científicos nacionais e internacionais sobre assuntos de relevância atual no âmbito da Política Social, Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. As edições da revista são precedentemente definidas pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social/Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (SER/ICH/UnB), em que se focaliza uma unidade temática. Temas livres também são publicados, além de trabalhos sobre a temática específica do fascículo. Os trabalhos são publicados em português, espanhol, inglês e francês. Sua periodicidade é semestral (SER SOCIAL, 2022)

No concerne ao periódico *Textos e Contextos*, a revista tem na questão social seu eixo articulador e tem o objetivo a construção de conhecimento em Serviço Social e seus campos, com ênfase nos eixos relacionados a políticas sociais, direitos humanos e processos sociais e o trabalho e a formação em Serviço Social. Direciona-se a comunidade acadêmica e profissionais da área de Serviço Social e áreas afins. A periodicidade da revista é semestral e desde sua criação foi

veiculada em formato eletrônico, tornando-a a primeira revista eletrônica do Brasil (TEXTOS E CONTEXTOS, 2022).

A revista “*Em Pauta*” é um espaço de debate e divulgação da produção acadêmica decorrentes de pesquisas científicas, ensaios, resenhas, traduções e expressões culturais relacionadas a teoria social e a realidade contemporânea. As temáticas publicadas pela revista giram em torno das áreas de concentração Políticas Sociais e Trabalho, as quais integram o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (Mestrado e Doutorado). O periódico afirma-se como um veículo editorial sincronizado com os processos sociais que condensam a realidade brasileira, latino-americana e internacional. Sua periodicidade é semestral e pode ser acessada em 3 idiomas, português, inglês e espanhol (EM PAUTA, 2022).

Sobre a revistas “*Políticas Públicas*”, é um periódico acadêmico que se destina à publicação de trabalhos científicos, de forma livre e gratuita, elaborados por pesquisadores nacionais e internacionais, com o objetivo de viabilizar e disseminar a produção de conhecimento no que concerne sobre o avanço teórico e prático das Políticas Públicas. As suas formas de chamada ocorrem através de Dossiê temático, em que são predefinidos o período e o tema; e por meio de Fluxo Contínuo, em que ocorre o recebimento de artigos e ensaios estabelecidos no campo temático das Políticas Públicas. Sua periodicidade é semestral (POLÍTICAS PÚBLICAS, 2022).

Os periódicos mencionados fazem parte da gama de produções de conhecimento advindas do Serviço Social, e é um espaço destinado as mais variadas publicações de pesquisadores, profissionais, docentes, discentes, as quais contêm artigos, resenhas, ensaios, resumos, trabalhos de eventos e todas a produções referente ao Serviço Social e as áreas de conhecimentos afins. Essas revistas, lançadas nos períodos compreendidos entre as décadas de 1970-1990 e nos anos 2000, revelam o contínuo amadurecimento teórico da profissão no decorrer de sua trajetória histórica.

Nessa conjuntura, se dá uma atenção especial a consolidação da pós-graduação no Brasil na área de Serviço Social:

alguns estudos já publicados, a exemplo de Netto (1996), Kameyama (1998) e Carvalho e Silva (2005), bem como os dados atuais da CAPES/MEC (2020), sinalizam dois aspectos interessantes da nossa área: a nossa “jovem” tradição na produção de conhecimento, considerando que a implantação das primeiras pós-graduações data dos anos 1970, e o avanço de pesquisas e da produção de uma literatura própria e inscrita no campo crítico. Desse modo, o crescimento significativo que a área de Serviço Social vem demonstrando na expansão de pós-graduações consubstancia culturalmente uma vertente crítica na profissão (Cantalice, *et al.*, 2021, p. 112)



Os anos 1970 foram significativos porque demarcaram o início da produção intelectual do Serviço Social, avanço no campo da pesquisa e laboração de literatura própria sob o prisma da tradição marxista, com embasamento crítico. Mas são os anos 1990 que marcaram o amadurecimento da profissão, em que os programas de pós-graduação apresentam comprometimento com o desenvolvimento de elaborações teóricas associadas à pesquisa e à produção de conhecimento. Com isso, um verdadeiro legado de produções e publicações foi concebido no interior da profissão, fortalecendo o seu conjunto de obras literárias (CANTALICE, et al., 2021).

Sendo assim, de acordo com o Documento da Área 32: Serviço Social, em meados de 1998 a área de Serviço Social contava com 10 programas de pós-graduação, 10 mestrados e 04 doutorados. Já no início dos anos 2000 evidencia-se uma ampliação considerável da pós-graduação, passando a ter 34 programas, 34 mestrados e 15 doutorados em 2016. Atualmente, são contabilizados 36 programas de pós-graduação com 20 doutorados (CARVALHO; SANTANA; STAMPA, 2019).

As considerações tecidas sobre a pós-graduação são obrigatórias para entendermos o contexto das produções científicas em periódicos. Nessa perspectiva, uma vez que já fizemos a aproximação teórica com o assunto abordado, foram realizadas consultas ao Qualis-Periódico da Plataforma Sucupira (2022) e selecionados os periódicos vinculados a área de Serviço Social que estão avaliados pela CAPES com Qualis A1 e A2, conforme os critérios de inclusão definidos na metodologia dessa investigação.

É possível observar no quadro que a Serviço Social & Sociedade é uma das revistas mais antigas a serem analisadas na presente pesquisa. Em comparação a temporalidade de criação das outras revistas, observa-se um salto para as décadas de 1990 e 2000. Não podemos afirmar que é um lapso em razão dos critérios de inclusão e exclusão da presente pesquisa, todavia, é necessário destacar que das revistas analisadas não encontramos nenhuma vinculada ao Norte. É válido ressaltar que a região possui sete estados, mas apenas três oferecem o mestrado acadêmico em Serviço, sendo o Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Em relação ao universo total dos artigos produzidos pelos sete periódicos entre os anos 2011-2021, foram encontrados 2.982 artigos, destes 2.948 (98,86%) trabalham temáticas diversas, e apenas 34 (1,14%) trabalham a temática PCD. Dos 10 artigos encontrados nos periódicos Qualis A1, 4 (40%) estão vinculados a revista Serviço Social & Sociedade, outros 6 (60%) estão vinculados na revista Katálysis. No que concerne aos 24 artigos encontrados no

Qualis A2, 2 (8,33%) estavam inseridos na Argumentum, 12 (50%) na Ser Social, 6 (25%) na Textos e Contextos, 4 (16,67%) na Revista de Políticas Públicas. Destaca-se que apesar da Revista Em Pautas estar nos critérios de análise, durante os últimos 10 anos, não trabalho a temática PCD, conforme apresenta a discriminação anual da produção de conhecimento no quadro a seguir:

**Quadro 6:** Quantitativo de periódicos da área de Serviço Social avaliados como Qualis A1 e Qualis A2 por ano

<b>PERIÓDICOS QUALIS A1</b>											
<b>KATALISYS</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	27	25	30	26	23	42	40	42	52	65	57
Temática PCD	1	1	0	1	2	0	1	0	0	0	0
<b>SERVIÇO SOCIAL &amp; SOCIEDADE</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	40	35	35	37	35	28	30	27	29	31	28
Temática PCD	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1
<b>PERIÓDICOS QUALIS A2</b>											
<b>SER SOCIAL</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	35	22	23	32	32	54	37	28	21	20	26
Temática PCD	0	0	11	0	0	0	1	0	0	0	0
<b>TEXTOS &amp; CONTEXTOS</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	31	30	32	30	32	32	32	33	33	34	30
Temática PCD	0	0	1	0	0	0	2	0	0	2	1
<b>EM PAUTA</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	18	22	24	19	22	29	30	30	31	31	28
Temática PCD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	32	95	41	73	47	92	53	138	52	75	55
Temática PCD	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0
<b>ARGUMENTUM</b>											
Ano de publicações	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produções	44	40	34	40	42	48	44	67	52	60	48
Temática PCD	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental nos arquivos de revistas on-line.

Os números apontados demonstram que as produções científicas que retratam a pessoa com deficiência são muito inferiores se considerarmos o universo de produções dos periódicos pesquisados. Os estudos levantados Wolf e Imperatori (2021) em sua investigação de mesmo caráter elucidaram que o quantitativo encontrado durante o período de 2003 e 2019 foi de 33 publicações. Corroborando com dados das autoras citadas, a pesquisa em tela debruçou-se nas obras produzidas entre 2011 e 2021, em que se constatou um leve aumento, quase imperceptível, de produções em relação a temática.

Nesse contexto, podemos tratar sobre a visibilidade da pessoa com deficiência a partir das próprias reflexões que são tecidas sobre a inclusão desse segmento no debate contemporâneos. Segundo Barros (2014), a atualidade revela que discutir a inclusão da pessoa com deficiência, principalmente no que tange sobre a redução das desigualdades sociais e seu acesso a direitos, é relevante em uma sociedade que ainda caminha a passos lentos para materializar o que as políticas públicas e as legislações preconizam, e que ainda deixam essa parcela da população distante da participação social.

Assim sendo, entende-se que incluir significa também democratizar os espaços para que todos participem deles, com o estabelecimento de ações que garantam a igualdade de acesso aos direitos e visam proporcionar o reconhecimento aos que são considerados minorias na sociedade. Por isso, as discussões sobre a inclusão da pessoa com deficiência é uma temática exige atenção da sociedade e deve ser atrelada a ações políticas de intervenção do Estado (DINIZ, 2007).

Todas essas discussões ganham mais destaques se também forem traçadas dentro das comunidades que produzem conhecimento assim como também pelos profissionais que trabalham com a PCD e com políticas públicas transversais a esse segmento. Mediante esse pressuposto engendrar pesquisa e conhecimento sobre a PCD torna-se essencial para mostrar a realidade e os pormenores que envolvem a pessoa com deficiência.

As revistas do quadro 6 demonstram as tímidas discussões que foram forjadas em um lapso temporal de 10 anos, e nesse conglomerado de produções salienta-se que de todas as revistas pesquisadas a *Em Pauta* não apresentou nenhuma produção científica que retratasse a temática investigada, o que nos chama atenção pelo seu volume de publicações e também pela área de concentração de temáticas estarem ligadas a Políticas Sociais e Trabalho.

Em síntese, após visualizarmos o panorama quantitativo de produções científicas pertencente a cada periódico, torna-se impreterível traçarmos análises sobre as temáticas que foram abordadas nas revistas, com vistas a situar os debates sobre a pessoa com deficiência e compor reflexões pertinentes aos conteúdos identificados. Com esse intuito, o tópico subsequente aborda o escopo das produções científicas mesclado aos estudos formulados acerca dessas produções.

## **2.2 As principais temáticas nos periódicos Qualis A1 e Qualis A2 entre os anos de 2011 e 2021**

Ao passo que verificamos o percurso da produção de conhecimento em periódicos relacionados ao Serviço Social, também identificamos todas as produções científicas que foram

desenvolvidas entre 2011 e 2021 nas revistas que foram selecionadas, aplicando o refinamento àquelas produções circunscritas a pessoa com deficiência. É interessante observar o que foi produzido durante essa linha temporal, e além disso interpelar as produções que trazem a realidade dos sujeitos em questão. Por isso, saber o que existe no interior das 34 produções selecionadas nos oferece subsídios para tecer análises, inferências e considerações sobre o objeto de estudo.

Para alcançar a proposta explicitada, recorreremos a revisão de escopo em cada produção científica. Sobre isso, Cordeiro e Soares (2019) consideram que esse tipo de metodologia tem a finalidade de reunir vários tipos de evidências e demonstrar como elas foram produzidas. Segundo as autoras citadas, a revisão de escopo tem o objetivo de analisar a extensão e natureza das produções, elucidar conceitos de uma determinada área, verificar a relevância e a viabilidade para realização de uma revisão sistemática (mais aprofundada), identifica os hiatos na literatura existente sobre a temática e também serve como ferramenta para assimilar como a pesquisa é direcionada em uma determinada área. Ou seja, a revisão de escopo “[...] pode tanto auxiliar o revisor a examinar evidências emergentes, quando a produção científica é recente e/ou incipiente, quanto examinar como as pesquisas estão sendo conduzidas [...]” (CORDEIRO; SOARES, 2019, p. 2).

Desse modo, os resumos dos escopos das produções acadêmicas quem contêm a temática sobre pessoa com deficiência foram sistematizados nos quadros que se seguem. Para facilitar a leitura e entendimento das análises tecidas, os periódicos **Qualis A1** que possuem um número menor de produções científicas, foram desmembrados dos demais periódicos **Qualis A2** e demonstrados em um único quadro, como pode ser notado:

**Quadro 7:** Levantamento de artigos e resumos da Revista Serviço Social & Sociedade e Revista Katálysis que abordam a temática Pessoa com Deficiência

QUALIS A1			
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE			
Nº	Ano	Título do Artigo	Resumo
1	2013	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas: Estudo de caso em Aldeias Guaranis	O artigo apresentou uma avaliação de impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas das aldeias Bororó e Jaguapirú (etnia Guarani-Kaiowá), localizadas em Dourado-MS, em que foram submetidas a estudos de caso. Nesse sentido, ocorreu aplicação de questionário e entrevista com indígenas com deficiência que são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Constatou-se falha no processo de inclusão dos indígenas com deficiência em programas da assistência social; ausência de desenvolvimento de programas no seio da PNAS que valorizem e respeitem as particularidades do referido segmento; e que o benefício não é o solucionador das problemáticas em que a população pesquisada está inserida, porém contribui para a melhoria das condições de vida dos beneficiários indígenas e de suas famílias.

2	2014	Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: limitações do processo	O artigo teve como objetivo a análise dos resultados do processo de avaliação da pessoa com deficiência requerente do BPC, posterior a implantação do modelo de avaliação baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Houve análise estatística de 1.404 requerimentos de BPC no período compreendido entre 2006 e 2012, em que foi evidenciado nos resultados da pesquisa que a exclusão de PCD ao acesso do benefício é estrutural e constante.
3	2019	Trabalhador com deficiência e Previdência Social	O artigo analisa a aposentadoria do trabalhador com deficiência que é segurado pelo Regime Geral de Previdência Social. Os autores salientam a regressão de direitos conquistado, no contexto de contrarreformas em curso vinculadas às estratégias do capital para restringir o acesso da pessoa com deficiência aos benefícios previdenciários. Os apontamentos dos dados estatísticos da pesquisa revelaram que existe uma disputa pelo fundo público e tensionamento à Previdência Social em relação a concessão do benefício ao trabalhador com deficiência.
4	2021	Deficiência como expressão da questão social	O artigo tece reflexões sobre a deficiência considerando-a como uma das expressões da questão social. Na concepção das autoras, as desvantagens sociais são fruto das percepções que são geradas em relação aos corpos produtivos e úteis à produção capitalista, nessa perspectiva as pessoas com deficiência acabam sendo inseridas na lógica em que se busca correção dos seus corpos, assim como passam por processo de exclusão do mercado de trabalho e da própria sociedade. Nesse contexto, a consolidação da Proteção Social é vista como forma de assegurar a participação social das PCDs.
<b>KATALYSIS</b>			
<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Resumo</b>
5	2011	O hiato do direito dentro do direito: os excluídos do BPC	O artigo retrata o processo de seletividade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), desde a concepção da assistência social como direito constitucional até a elegibilidade dos beneficiários, levando em consideração a efetividade no gerenciamento dessa demanda. Assim sendo, a pesquisa analisa a evolução da legislação definidora de critérios de elegibilidade e, principalmente, o indeferimento do benefício aos que recorreram à assistência social. Verifica também os efeitos da evolução da cobertura do BPC sobre o gasto social e destaca o papel central da justiça na garantia dos direitos da cidadania. Nessa perspectiva, a pessoa com deficiência é retratada porque faz parte do grupo social que tem direito ao BPC e os resultados da pesquisa demonstraram a alta demanda e concessão do benefício para este segmento populacional, em comparação aos idosos.
6	2012	Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS	O artigo concebe a ideia de mínimo social, instituída pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em que considera a sobrevivência como requisito padrão para a assistência social ser prestada. Na análise das autoras as definições da LOAS são consideradas inconstitucionais, segundo a Constituição Federal, porque a assistência será prestada a quem dela necessitar. Desse modo, o artigo é articulado em dois itens: no primeiro foram analisados o conceito de deficiência sob a luz da Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, associado pela Constituição Federal e os impactos na LOAS em relação a prestação do benefício aos deficientes; o segundo item versa sobre o papel dos peritos na avaliação do acesso à assistência social, mediante o entendimento do mínimo social. Foi evidenciado que os mínimos não são suficientes para proteger as necessidades das pessoas com deficiência.
7	2014	¿Qué significa atravesar un proceso de rehabilitación? Dimensiones culturales y sociales en las experiencias de	O artigo teve como objetivo a análise de experiências de pessoas com deficiência motora sobre a reabilitação em relação às dimensões culturais e sociais. As entrevistas que foram realizadas com 39 pessoas com deficiência motora, acima de 50 anos e moradores da Grande

		los adultos con discapacidad motriz del Gran Buenos Aires <sup>13</sup>	Buenos Aires. A pesquisa focou na percepção dos indivíduos sobre a incapacidade e anormalidade no processo de reabilitação, aborda a reconstrução da percepção do corpo em relação ao ambiente físico e as condições socioeconômicas do tratamento médico.
8	2015	Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico social	O artigo tece reflexões sobre a avaliação médico-social da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da LOAS. Foi analisado o processo de trabalho de assistentes sociais e médicos peritos de Agências da Previdência Social, de Fortaleza-CE. As entrevistas realizadas com os profissionais revelaram que a realidade, em relação aos procedimentos de avaliação, demonstra ausência de regularidade no entendimento do modo de avaliar o requerente ao BPC. A pesquisa responde as indagações referentes a centralidade dada ao paradigma biomédico nas avaliações da PCD — com foco na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) — e as repercussões dessas práticas e noções, no que diz respeito a como elas materializam o acesso e garantem o direito ao benefício para pessoa com deficiência.
9	2015	Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012	O artigo analisa resultados do processo de avaliação da pessoa com deficiência, os quais são requerentes do Benefício de Prestação Continuada, com base na CIF, a partir da caracterização dos requerentes em relação às incapacidades que foram diagnosticadas. A pesquisa foi realizada mediante acesso aos requerimentos arquivados na Agência da Previdência Social (APS) de Assis Chateaubriand, no Paraná, em que foram analisadas doenças e/ou deficiências agrupadas (CID-10) no período de 2006 a 2012. Foi constatado que ocorreu aumento do quantitativo de requerimentos indeferidos com as mudanças de avaliação, ocorrida em 2007. Com isso, os autores concluíram que as alterações na legislação que define o modelo de avaliação médica e social da incapacidade impactara negativamente no acesso aos direitos sociais pela PCD.
10	2017	Discapacidad, autonomía y reconocimiento intersubjetivo en el Sistema Nacional Integral de Cuidados <sup>14</sup>	O artigo estuda a geração de condições de autonomia e reconhecimento para pessoas em situação de dependência mediada pela deficiência, na esfera do Sistema Nacional de Atenção Integral, uma política pública implementada no Uruguai. Dessa forma, foram analisadas as concepções que se materializaram nas discussões institucionais e na vivência cotidiana dos sujeitos envolvidos, por meio de entrevistas. A pesquisa também problematizou, de forma teórica, sobre as implicações das formas de reconhecimento e potencialidades de autorreferência para as pessoas com deficiência, além de discutir a forma de implementação do Sistema Nacional de Atenção Integral através do programa de Assistência Pessoal.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental.

Com base no quadro, podemos verificar que no grupo de produções científicas **Qualis A1** concentram dois periódicos que possuem produções com tempo variados. A revista *Serviço Social e Sociedade*, dispõe de obras dos anos 2013 a 2021. Observa-se, através dos resumos dos artigos, uma concentração de produções que dialogam com a Política Nacional de Assistência Social, com enfoque voltado aos benefícios assistenciais, principalmente Benefício de Prestação

<sup>13</sup> Tradução do Título: O que significa passar por um processo de reabilitação? Dimensões culturais e sociais nas experiências de adultos com deficiência motora na Grande Buenos Aires.

<sup>14</sup> Tradução do Título: Deficiência, autonomia e reconhecimento intersubjetivo no Sistema Nacional Integral de Cuidados.

Continuada (BPC), em que são abordados seu acesso, os critérios de avaliação para inclusão da pessoa com deficiência, crítica a seletividade mediante os mínimos sociais estabelecidos, bem como os indeferimentos recorrentes e até mesmo o processo de trabalho do assistente social atuante na assistência social.

Outro foco das produções pesquisadas remete-se aos estudos sobre a pessoa com deficiência e o seu acesso a aposentadoria pela Previdência Social. Nos chama atenção também sobre a compreensão da pessoa com deficiência como uma expressão da questão social, onde também se enfatiza a Proteção Social por meio das políticas sociais e sua atuação como forma de garantir os direitos da PCD.

Quanto a revista *Katálysis*, o período temporal compreende obras de 2011 a 2017 e, com base no conteúdo, percebemos as mesmas discussões sobre Assistência Social em relação à pessoa com deficiência. Nesse conjunto de temas abordados, também verificamos duas produções de cunho internacional, com pesquisas realizadas na Argentina e no Uruguai que retratam sobre reabilitação da PCD e suas formas de reconhecimento e potencialidades.

Evidenciando que as produções ora explicitadas apresentam similaridade e dialogam com a política de Assistência Social e o acesso ao BPC, entendemos que é necessário esclarecer sucintamente o contexto de conquistas e desafios impostos à pessoa com deficiência e como a Assistência Social se tornou o principal demarcador de direitos para a PCD, pois é uma política transversal que transpassa por outras políticas voltadas a esse segmento. Primordialmente, temos que considerar que essa política pública é responsável por atender a quem dela necessitar, configurando-se como direito do cidadão e dever do Estado.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, quando se há um reconhecimento de direitos sociais, ocorreu a ampliação de políticas públicas que resultaram na organização de ações que constituem o Sistema de Proteção Social brasileiro sendo composto por Saúde, Previdência Social e Assistência Social, também conhecido como tripé da Seguridade Social. A Seguridade Social, construída sobre a lógica do seguro social é a mesma que estrutura os direitos da previdência em todos os países capitalistas (BOSCHETTI, 2009). Sobre isso Boschetti (2009) disserta que:

Foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e re-estruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencionar compõe um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência) (BOSCHETTI, 2009, p. 8).

Nesse contexto, a assistência e a previdência constituíram um âmbito de proteção que não limita a lógica de produção e reprodução capitalista, o que aflora as desigualdades sociais mais do que as reduz. Por esse olhar, a Assistência Social que teve suas bases construídas no caráter filantrópico, caritativo, assistencialista e de benemerência social adquire na contemporaneidade o caráter de direito com a incumbência de enfrentar as desigualdades sociais (MOTA, 2007). Contudo é importante considerar que essa política é tida como onerosa ao Estado, dado o contexto neoliberal que vivenciamos e a consequência se expressa pela redução do financiamento<sup>15</sup> da política, o que impossibilita o funcionamento pleno do Sistema Único de Assistência Social.

Cabe salientar que a assistência social como política pública atende as demandas do referido seguimento populacional, lhes assegurando renda. No entanto, reconhecemos que a política de Assistência Social se apresenta com características focalizada e burocráticas, marcada pelo autoritarismo, próprio da administração pública brasileira (SPOSATI *et. al*, 2014).

Corroborando com o que foi debatido nas produções analisadas, em que se verificou crítica dos autores em relação as dificuldades impostas à pessoa com deficiência e seu acesso ao BPC, as mudanças de critérios e a forma como esse processo é conduzido, trazemos essa discussão para a atualidade. Em 2021 foi sancionada, pelo Presidente da República em exercício, a Lei nº 14.176 que estabelece novos critérios<sup>16</sup> para acesso ao Benefício de Prestação Continuada, entre outras mudanças (BRASIL, 2021)

Tais critério foram vistos por entidades que atuam no tripé da Seguridade Social e pelos movimentos sociais da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, que são beneficiárias, com um verdadeiro retrocesso no campo dos direitos sociais. Conforme série lançada pelo CFESS — “Assistente social, explica pra gente! Será mesmo que a nova lei do BPC amplia o benefício?” — sobre as mudanças ocorridas, a nova lei não amplia o acesso dos sujeitos, pelo contrário limita e exclui tais segmentos, indo na contramão dos seus Estatutos e dos parâmetros amparados no modelo biopsicossocial para avaliação da deficiência (CFESS, 2021).

Outro assunto pertinente e que não foi identificado nas discussões mais recentes é referente ao Auxílio Inclusão para a pessoa com deficiência, também instituído pela Lei nº 14.176. O Auxílio Inclusão prevê um repasse de meio salário mínimo como incentivo às pessoas com deficiência que ingressam e permanecem no mercado. Foi veiculado que a medida estimula a

---

<sup>15</sup> Pontuamos a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, em que foi instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, impactando diretamente na Assistência Social (BRASIL, 2016).

<sup>16</sup> O que muda para a **pessoa com deficiência**? Será preciso comprovar o comprometimento da renda com gastos no cuidado à saúde e o grau da deficiência! Ou seja, dois critérios! Para piorar, a lei altera o modelo de avaliação biopsicossocial e deixa em aberta a possibilidade de realização apenas da avaliação biomédica sobre a deficiências nas funções e estruturas do corpo, que não considera os aspectos sociais da deficiência (CFESS, 2021).



autonomia da PCD e sua atuação no mercado de trabalho, já que o auxílio oferece apoio no caso de desemprego, fazendo com que o sujeito tenha mais “segurança” para trabalhar de maneira formal (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Todavia, ao fazermos leituras sobre o auxílio inclusão, na própria lei, identificamos que é uma tentativa de enfraquecer o BPC e gerar inseguranças a pessoa com deficiência, visto que existem diversas contradições em relação ao auxílio, uma vez que o trabalho em tempos de contexto neoliberal, é instável, precarizado, volátil, excludente, não oferece garantias e não atende as particularidades dos indivíduos. Com isso, esse segmento populacional, além de ter seu direito expropriado, também teria que lidar com diversas barreiras para acessar e permanecer no mercado de trabalho. Ademais, para aprofundar esse debate caloroso é vital maiores reflexões.

Diante de todos os desafios encontrados na materialização da política pública de assistência social torna-se ainda mais árdua a tarefa de garantir que indígenas com deficiência consigam acessar os benefícios assistenciais, como fora sinalizado em uma das produções científicas analisadas, pois é uma população que está entre os segmentos mais vulneráveis<sup>17</sup> conforme a PNAS (BRASIL, 2004). Sousa e Costa (2018), trazem à baila que a formação da sociedade brasileira reforçou situações de submissão étnica e expropriação dos povos indígenas, reforçando os estereótipos sociais que rondam esses sujeitos.

Sobre isso, Maciel e Kaingang (2020), expressam em seus estudos que o atendimento das necessidades sociais e culturais dos indígenas ainda é bastante limitado. Todavia, a PNAS visou inovar e universalizar igualdade aos que demandam da assistência social, sendo um importante instrumento para viabilizar a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Mas as ações concretas da política de Assistência Social ainda necessitam percorrer um longo caminho para concretizar ações mais contundentes aos coletivos indígenas, considerando suas particularidades. Segundo Maciel e Kaingang (2020):

É importante que se tenha estudos avançados na temática com a efetiva participação dos indígenas, para compor a política indigenista. Ainda pautado nos Programas Sociais com critérios de risco social é que estes povos encontram assistência para terem acesso a direitos mínimos, como, por exemplo, a alimentação. Cabe salientar também, a relevância de um trabalho intersetorial entre órgãos que atuam nas temáticas indígenas no intuito da ampliação das políticas específicas para esta população assim como experiências de educação permanente que sensibilize as equipes de profissionais que atua na assistência social, ao atendimento culturalmente diferenciado (MACIEL; KAINANG, 2020, p. 2).

---

<sup>17</sup> [...] a política de assistência social atua com outros segmentos sujeitos a maiores graus de riscos sociais, como a população em situação de rua, indígenas, quilombolas, adolescentes em conflito com a lei, os quais ainda não fazem parte de uma visão de totalidade da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2004, p. 24).

Em meio as mudanças ocorridas, como a orientação técnica sobre “Trabalho Social com Famílias e Indígenas na Proteção Social Básica<sup>18</sup>”, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2016 norteou, ainda que com algumas ressalvas, uma atuação diferenciada aos indígenas. Sousa e Costa (2018) mencionam que o atendimento aos povos indígenas no que concerne à assistência social ainda é permeado de contradições, uma vez no contexto contemporâneo de desmonte de políticas sociais a efetivação dos direitos torna-se desafiadora.

Com vistas a tornar o atendimento mais diferenciado e equitativo, em 2020 o CNAS determinou em sua Resolução nº 20 os procedimentos que devem ser adotados no acesso de famílias pertencentes a Povos Indígenas aos benefícios e serviços ofertados no âmbito da Rede Socioassistencial. Seu artigo 3º determina que:

A inclusão de famílias pertencentes a Povos Indígenas nos serviços e benefícios oferecidos pela Rede Socioassistencial deve observar o direito à autodeterminação desses povos, no sentido de decidirem sobre suas prioridades de desenvolvimento, devendo o Estado brasileiro garantir a participação livre, consentida e informada em políticas públicas que eventualmente impactem seu desenvolvimento econômico, costumes, instituições, práticas e valores culturais, bem como as terras e territórios que ocupam, independente de sua situação jurídica (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Para Sousa e Costa (2018), a operacionalização das políticas sociais e públicas requer que haja uma atenção para a dinâmica da realidade, com identificação pormenorizada do território e das famílias que ali habitam e usufruem do espaço coletivo. Verifica-se que a política de assistência social se materializa através dos trabalhos sociais desenvolvidos com as famílias, mas o poder público ainda precisa compreender que para existir garantias é necessário fechar as lacunas existentes, ou ao menos minimizá-las, para promoção efetiva da política.

Seguidamente, após os apontamentos sobre as produções científicas identificadas nos periódicos do estrato Qualis A1, coletamos e examinamos os conteúdos dos periódicos **Qualis A2**. Estes apresentam um maior número de produções então, nesse sentido, teceremos nossa análise por meio de quadros discriminados por revistas, a fim de possibilitar maior entendimento sobre o exposto:

**Quadro 8:** Levantamento de artigos e resumos da Revistas Argumentum sobre a temática Pessoa com Deficiência

QUALIS A2			
ARGUMENTUM			
Nº	Ano	Título do Artigo	Resumo

<sup>18</sup> O documento contém orientações teóricas e técnicos para apoiar as equipes de referência do SUAS, principalmente, as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com famílias e comunidades indígenas.

11	2019	Caminhos e perspectivas do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal	O artigo tem como objetivo apresentar a trajetória do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal. Se estrutura na história do associativismo e o seu fortalecimento e desafios a partir da década de 1980 e 1990, para então apontar o associativismo das pessoas com deficiência no DF e particularidades existentes neste movimento, como sua importância na luta dos direitos da pessoa com deficiência no Distrito Federal.
12	2021	O direito educacional na perspectiva da Educação Inclusiva: um estudo sobre atendimento educacional especializado	O artigo tem como objetivo verificar o Atendimento Educacional Especializado na garantia de direito educacional da educação inclusiva. Se estrutura na construção histórica da educação inclusiva, no atendimento educacional especializado, por se tratar de um resultado de pesquisa, evidencia os caminhos metodológicos, e dentre os resultados, se verifica que o atendimento vem sendo realizado, mas que há muito entraves na efetivação.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental.

O periódico *Argumentum*, possui apenas duas obras, com a temporalidade de 2019 e 2021, cujos temas perpassam a temática do associativismo como importante movimento social para a pessoa com deficiência. Além disso, outra produção científica discorre sobre a educação inclusiva para pessoa com deficiência, a qual tem o objetivo de tornar igualitária e garantir o direito à educação

Em se tratando do associativismo, Schaefer (2019) elucida que estas organizações tiveram papel fundamental nos movimentos de luta pelos direitos e no Brasil estas instituições surgiram na década de 1960-1970, época em que modelo social se contrapõe ao modelo biomédico, portanto o associativismo relaciona-se com a construção da cidadania vislumbrada como uma conquista. O movimento das PCDs se formou e se fortaleceu a partir do surgimento dessas associações que prestavam serviços a pessoa com deficiência visando estimular a autonomia e críticas as práticas puramente assistencialistas, nesse âmbito foi possível compartilhar as dificuldades em comum que fizeram com que essas pessoas debatessem sobre suas situações, traçando reivindicações políticas e ações que concretizassem os seus direitos.

Cabe salientar que o associativismo das pessoas com deficiência foi uma significativa etapa no percurso de organização das pessoas com deficiência, anteriormente restrita a ações caritativas. O processo de associações culminou no “movimento político das pessoas com deficiência” na década de 1970, dando ênfase as primeiras organizações<sup>19</sup> instituídas e direcionadas por pessoas com deficiência que viriam a se solidificar nos anos 1980, em contraponto às associações que prestavam serviços a esse público. O contexto em que a PCD se

<sup>19</sup> Nesse percurso em que se debate o associativismo cabe enfatizar a diferença entre *entidades para deficiente* e *entidades de deficientes*, em que as primeiras são voltadas a ações a PCD sob o viés de tutela, sem participação ativa desses sujeitos. A segunda denominação busca caracterizar o protagonismo e a identidade da pessoa com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010; MAIOR, 2017).

tornou um ativo agente político foi suscitado a partir acontecimentos em que a sociedade estava imersa à época: do regime militar, processo de redemocratização do país e promulgação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promovido pela ONU em 1981(LANNA JÚNIOR; MARTINS, 2010).

Para Maior (2017), o caminho pavimentado por diligências da sociedade civil foi capaz de criar leis, políticas e órgãos com encargo de promover a defesa dos direitos desse segmento. Esse grande movimento foi se fortalecendo por meio da realização de encontros nacionais, reuniões, manifestações que tornaram públicas a realidade vivenciada pela PCD, e nos dias atuais em que verifica um contínuo desmonte das políticas públicas e derrocada das ações do Estado as lutas pelos direitos dependem do fortalecimento das associações de pessoas com deficiência.

A produção científica debatida retrata o movimento político em que a pessoa com deficiência esteve envolvida e seus reflexos na atualidade. Nesses mesmos moldes, convém explicitarmos sobre outro assunto analisado em um dos artigos, que versa sobre a Educação Inclusiva. Compreende-se que a educação é um direito essencial para o desenvolvimento do indivíduo, além de proporcionar meios necessários para construção de uma sociedade mais justa, livre e transformadora, a educação contém a capacidade de aprender, não apenas para adaptar, mas para modificar, intervir e recriar a realidade (FREIRE; 2016 *apud* CUNHA; THOMASI, 2020). Desta forma, convém evidenciar o que a Constituição Federal de 1988 estabelece sobre esse direito em seu Art. 205º: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em se tratando disso, a LBI (nº 13.146 de 2015) também defini em seu Artigo 27º que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, n.p.).

A principal norma brasileira da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – Lei nº 9.394 de 1996), aponta em seu Art. 59º como devem ser atendidos os educandos com deficiência prevendo: currículos, métodos, técnicas, recursos para o acompanhamento da pessoa com deficiência; capacitação adequada para professores atenderem de forma especializada o educando de nível médio e superior, e da educação regular; educação especial para o trabalho visando dar condições adequadas para os que não revelarem capacidade

de inserção ao trabalho, bem como para aqueles que apresentarem habilidades em outras áreas seja artística, intelectual e psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais disponíveis no respectivo nível de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, orienta que a educação inclusiva é um paradigma constituído na concepção de direitos humanos e equidade ao contextualizar circunstâncias históricas de exclusão dentro e fora do contexto escolar. Sendo assim, ao reconhecer as dificuldades que o sistema de ensino enfrenta em que se evidenciam necessidades de confronto a práticas discriminatórias e criação de alternativas de supera-las, a educação inclusiva incumbe-se de debater na sociedade contemporânea o papel da escola na superação da lógica da exclusão. Além disso no viés da educação inclusiva em que vislumbra a construção de sistemas educacionais inclusivos em que “[...] a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008).

Como observado, as normas<sup>20</sup> e a política trazem um apanhado de diretrizes e intentos que aludem um sistema educacional inclusivo. Todavia, o direito à educação na perspectiva inclusiva revela impasses que dificultam sua plena efetivação, é o que os estudos de Cunha e Thomasi (2020) demonstram ao citarem que os impasses estão relacionados a: estrutura física do ambiente que não engloba as especificidades da pessoa com deficiência, ausência de profissionais instrutores e intérpretes (Libras e Braile), falta de apoio técnico e pedagógico, ausência de salas com recursos para auxiliar o aprendizado, entre outros. Complementam ao afirmarem que “[...] não há o pleno atendimento dos anseios dos cidadãos no que concerne à política educacional, visto que o Estado não disponibiliza satisfatoriamente os meios para se atingir a universalidade de ensino.” (CUNHA; THOMASI, 2020, p. 27).

A política de educação dentro da lógica capitalista é demarcada por contradições, uma vez, que sua função social consiste na adequação dos sujeitos para o mercado de trabalho, no entanto, tanto as condições objetivas dos estudantes e suas famílias, como nas próprias infraestruturas das instituições escolares, se apresentam de maneira precária e tem gerado tanto a infrequência escolar, como a saída dos sujeitos das instituições escolares. (FRIGOTO, 2001). Dentro esta lógica, a política de educação é excludente duplamente em relação a PCD, pois seja qual for o prisma, tanto da inclusão ou da educação especial, o direito a educação não consegue abarcar com equidade a PCD em suas particularidades.

---

<sup>20</sup> Não se pode deixar de citar a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), documentos que influenciaram na formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Outros debates sobre Educação e a pessoa com deficiência foram gerados na revista *Textos e Contextos*. O periódico possui obras do período de 2013 à 2021 e contempla as seguintes temáticas: Acessibilidade, a desmistificação da pessoa com deficiência, o acesso das PCDs as políticas de Assistência Social e Educação, como pode ser visualizado no quadro 9:

**Quadro 9:** Levantamento de artigos e resumos da Revistas Textos e Contextos sobre a temática Pessoa com Deficiência

TEXTOS E CONTEXTOS			
Nº	Ano	Título do Artigo	Resumo
13	2013	Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea	O artigo tece uma análise sobre a deficiência com enfoque na política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. Demonstra-se que no interior das relações sociais são produzidas interdições que não viabilizam a participação da pessoa com deficiência. Nesse sentido, as condições da PCD e o seu lugar simbólico e concreto dentro da sociedade são discutidas na pesquisa, bem como as reflexões em volta do conceito de acessibilidade universal e a própria configuração de uma política de acessibilidade são tidas como pano de fundo para a construção de uma realidade social mais democrática e que abarque as diferenças.
14	2017	Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes	O artigo retrata o conceito de diversidade humana no interior das relações da sociedade de classes, em que as diferenças humanas são mediadas por relações de exploração e desigualdade. Na lógica capitalista os comportamentos, a produtividade e a estética são padronizadas e esses processos sociais necessitam de enfrentamento mediante estratégias coletivas de resistência para que a vida humanada seja repleta de possibilidades. Assim sendo, as pessoas com deficiência estão inseridas nesse contexto em que a sociedade está carregada de preconceitos, discriminação e inúmeras barreiras que as desqualificam. Porém, os grupos, como o das pessoas com deficiência que são resultados de processos sociais, têm potencial teórico, político e também oferecem possibilidades de mediações interventivas.
15	2017	O circuito familista na Política de Assistência Social	O artigo analisa a configuração contemporânea da Política de Assistência Social a partir da investigação sobre como o Estado e as famílias dividem as responsabilidades de provimento das necessidades básicas dos indivíduos e de combate às privações, vulnerabilidades e riscos sociais. Nesse contexto, a obra aborda a constituição da assistência social e busca traços do familismo durante essa trajetória. Ao se discutir a assistência social como política de seguridade social aborda-se a família, mas também os subgrupos temáticos tais como crianças, pessoa e idosa e com deficiência, que se relacionam com a instituição familiar.
16	2020	Políticas para pessoa com deficiência e as contribuições de Freire e Montessori	O artigo versa sobre o atendimento das pessoas com deficiência, através de inferências de algumas contribuições históricas a partir da pedagogia sugerida por Paulo Freire e Maria Montessori. O estabelecimento de uma relação entre a pedagogia de Freire e a política educacional para as pessoas com deficiência, defende que todas as pessoas da sociedade acessem a educação. Em se tratando da pedagogia de Montessori, relaciona-se com a inclusão das pessoas com deficiência, pois seus estudos se voltaram a educação de crianças com deficiência intelectual.
17	2020	Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência	O artigo trata sobre a aposentadoria do trabalhador com deficiência no contexto da contemporaneidade, a partir dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Nesse sentido, a deficiência é analisada pelos autores com resultado de uma produção da sociabilidade regida sob a ótica do capital no Brasil, um país periférico, dependente, marcado pela superexploração do trabalho e com políticas

			sociais agudizadas pela focalização e seletividade. Verifica-se na obra que os indeferimentos ao acesso do trabalhador com deficiência ao benefício da Previdência Social são expressivos em relação às concessões.
18	2021	Educação inclusiva: um desafio constante no sistema capitalista	O artigo propõe-se a debater sobre a educação como modelo de sociedade do capital, partindo da experiência de atuação na área do ensino superior público. Sendo assim, a obra levanta discussões sobre o modelo de educação e a inclusão no campo da educação, temáticas assinaladas por diversos conflitos. Os autores realizaram apontamentos sobre as barreiras de acesso e do desenvolvimento de medidas que possibilitam condições mais favoráveis de acessibilidade aos estudantes com deficiência do ensino superior.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental.

Nesse viés, sem o intuito de exaurir assuntos já abordados, destacaremos sobre a pessoa com deficiência com enfoque na Acessibilidade<sup>21</sup>, tema pertinente e presente na atualidade. A princípio, distinguir acessibilidade de acesso é o ponto inicial para entendermos a perspectiva de inclusão:

Uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca a algum objetivo. Acesso parece significar o processo para atingir algo. O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, pode-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares (MANZINI, 2005, p. 31)

O conceito de acessibilidade remete a ações mais palpáveis que condicionem o exercício dos direitos por parte da pessoa com deficiência. Está definição também pode ser verificada no Art. 3º da LBI (2015):

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [...] (BRASIL, 2015).

Em todo decorrer da referida lei a acessibilidade está presente e é uma máxima que incute debates, pois não parece que seja possível que a PCD exerça sua plena capacidade e autonomia quando não há promoção de acessibilidade, onde seja expressa nas suas variadas faces. A

<sup>21</sup> A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define a acessibilidade através da norma NBR 9050/2020. Esta norma define critérios técnico e parâmetros técnicos em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos que proporcionem condições de acessibilidade de maneira independente e segura a maior quantidade possível de pessoas independente de suas características físicas, idade, limitações de mobilidade e percepção (ABNT, 2020).

acessibilidade só poderá ser promovida através do uso do desenho universal e quando houver supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, em tecnologias diversas, quando existentes (BRASIL, 2022).

Baseando-se nesta assertiva, destaca-se por meio dos estudos de Manzini (2005) que a acessibilidade e o acesso têm sido interpretados como requisito para que a inclusão social ocorra, o que nem sempre é possível porque a inclusão deve ser percebida, mensurada e interpretada com base no próprio meio social em que a pessoa com deficiência está inserida e não apenas com as condicionalidades inerentes da acessibilidade.

Para aguçar esta discussão, remetemo-nos ao que Sasaki (2003) denota sobre a inclusão: é um processo onde a diversidade humana, composta por raça, etnia, gênero, nacionalidade, deficiência, orientação sexual, etc, é inserida nos sistemas sociais de maneira que atenda a toda essa diversidade e conta ainda com a participação dessas próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. Dito isto, a acessibilidade deve estar relacionada às políticas de inclusão, pressupondo que a sociedade respeite, compreenda e atenda às necessidades de todos que a compõe, dentre eles as pessoas com deficiência.

Trilhando o caminho das produções científicas em questão, nos deparamos com o periódico *Ser Social*. Esta revista merece destaque das demais pesquisadas, uma vez que é o único periódico, até o presente momento, que apresenta uma edição temática especial sobre pessoa com deficiência e que possui a maior quantidade de produções científicas concentradas no ano de 2013. Dentre os conteúdos presentes nas publicações localizam-se a história da proteção social a pessoa com deficiência, as formas de organizações e o protagonismo das PCDs, a política de Assistência Social também é debatida novamente, bem como a trajetória sócio-histórica da pessoa com deficiência em seu processo de inclusão e exclusão:

**Quadro 10:** Levantamento de artigos e resumos da Revistas *Ser Social* sobre a temática Pessoa com Deficiência

SER SOCIAL			
Nº	Ano	Título do Artigo	Resumo
19	2013	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós-Constituinte	O artigo parte da discussão em torno da passagem do conceito de deficiência de uma perspectiva estritamente biomédica para sua compreensão no âmbito das relações de desigualdades impostas por contextos sociais com barreiras a corpos com impedimentos.
20	2013	Proteção social e atenção à pessoa com deficiência: comentários a um artigo	O Artigo tem como objetivo de tecer comentários sobre a temática da pessoa com deficiência. Estruturado na caracterização das pessoas com deficiência e nos desafios na proteção social de pessoas com deficiência
21	2013	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós-Constituinte	O artigo aborda uma análise da temática da deficiência e suas mudanças conceituais e rebatimentos para a proteção social. Estruturado na interlocução dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil (editorial).



22	2013	“Corpos jovens com impedimentos” fora da Escola	O artigo destaca o debate sobre a proteção social a pessoa com deficiência no Brasil pós constituinte, elencando as compreensões de deficiência e as desigualdades que perpassam o acesso a escola.
23	2013	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós-Constituinte	O artigo apresenta alguns elementos para o debate em torno da proteção social a pessoas deficientes no Brasil. Se estrutura a partir da discussão em torno da passagem do conceito de deficiência de uma perspectiva estritamente biomédica para sua compreensão no âmbito das relações de desigualdades impostas por contextos sociais com barreiras a corpos com impedimentos.
24	2013	Representações e significados da deficiência nos livros didáticos de Ciências do PNL D 2007	O artigo descreve e analisa o discurso formativo dos livros didáticos de ciências deram as pessoas com deficiência a luz das recomendações do MEC para avaliação dos livros didáticos. Os achados apontaram uma utilização instrumental e utilitarista da pessoa com deficiência.
25	2013	Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência	O artigo destaca a participação dos movimentos sociais da sociedade civil organizada das pessoas com deficiências na formulação das políticas sociais. Estruturado na história e contextualização da proteção social as pessoas com deficiência, o protagonismo das pessoas com deficiência no reforço do controle social para a garantia de direitos.
26	2013	Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura	O artigo destaca as questões de acessibilidade relacionadas às políticas públicas no Brasil, em particular do Plano Nacional de Cultura (PNC). Estruturado no contexto sócio-histórico das políticas públicas voltadas à cidadania e à cultura, a fim de compreender os limites e possibilidades do cumprimento da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, ambos previstos na meta 29 do PNC.
27	2013	SUAS, BPC e pessoas com deficiência: análise a partir de municípios fluminenses	O artigo tem como objetivo de avaliar o processo de construção da Assistência Social e o acesso das pessoas com Deficiência ao Benefícios da Prestação Continuada (BPC) em 21 municípios fluminenses. Se estrutura na discussão histórica da Assistência Social como um direito, a relação da deficiência a Assistência Social e o BPC, por meio dos resultados da pesquisa, foi possível evidenciar o perfil e número de beneficiários, como as contradições no acesso ao benefício da Assistência Social.
28	2013	As novas políticas da deficiência	O artigo se trata de uma resenha da obra de Oliver Michel Barnes, que aborda sobre a deficiência. Contendo as seguintes partes, a história das concepções que envolve a deficiência e como a deficiência é tratada pela sociedade, e por fim como a deficiência é colocada como um problema dentro da lógica capitalista.
29	2013	Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes	O artigo consiste em apresentar uma entrevista com a temática da deficiência e políticas sociais, com a entrevista de Colin Barnes, sociólogo marxista, uma das importantes contribuições para guinada política e teórica na superação da compreensão de deficiência em uma visão capacitista.
30	2017	Trajatória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social	O estudo tem como objetivo de analisar trajetória histórico-social do processo de exclusão e inclusão das pessoas com deficiência, da pré-história à sociedade contemporânea, considerando os diversos continentes. O estudo evidencia os processos de eliminação, exclusão, preconceito e processos de conquistas de direitos pela evolução das leis nacionais e internacionais de inclusão social.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental.

Nota-se que mesmo que as discussões sejam recorrentes, principalmente no que diz respeito a Assistência Social, as produções de conhecimento sobre a temática são relevantes pois são um instrumento de análise do Serviço Social. Sobre isso, Siqueira (2018) traçou um vasto

estudo sobre as produções em periódicos de Serviço Social, de 2005 e 2015, que debatem a política de Assistência Social e identificou as tendências teórico-políticas presentes nestas publicações, e se faz necessária essa discussão porque no contexto atual de crise do capital e da ferrenha regressão de direitos oferece possibilidade para a defesa dos direitos sociais conquistados e também desafios ao Serviço Social e seu Projeto Ético-Político.

Dito isto, nas produções científicas analisadas que discutem a referida política apresentaram diferentes graus de críticas em relação à Assistência Social, demonstrando o percurso sócio-histórico dessa política relacionando com a pessoa com deficiência, no entanto o foco majoritário dessas produções se restringiu ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), revelando as dificuldades de acesso da PCD ao seu direito.

As publicações do último bloco de periódicos relacionam a pessoa com deficiência e sua interlocução com a educação inclusiva, debate já explanado anteriormente. Mas destacam-se ainda as discussões sobre sexualidade e reprodução como direito da pessoa com deficiência e acessibilidade cultural desses sujeitos, temas poucos visualizados durante o levantamento desta investigação. A seguir, pode-se verificar o detalhamento das publicações:

**Quadro 11:** Levantamento de artigos e resumos da Revistas Políticas Públicas sobre a temática Pessoa com Deficiência

POLÍTICAS PÚBLICAS			
Nº	Ano	Título do Artigo	Resumo
31	2013	Sexualidade e reprodução como direitos das pessoas com deficiência intelectual e suas interfaces com as políticas públicas nacionais de educação e saúde: lacunas e possibilidades	O artigo tem como objetivo discutir as políticas públicas em curso no país, nos setores da Educação e da Saúde, destinadas a pessoas com deficiência intelectual, no marco dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir da problemática das DST/ Aids. Estruturado a partir da discussão dos direitos sexuais e reprodutivos, da sexualidade e deficiência intelectual no cerne das políticas de educação e saúde.
32	2018	Exame vestibular: providências relativas à inclusão de candidatos com deficiências	O artigo tem como objetivo investigar as normativas que orientam os processos seletivos de três universidades públicas brasileiras, a fim de identificar os esclarecimentos prestados aos candidatos com deficiência quanto à inscrição, realização e correção das provas. Foi estruturado nas perspectivas da educação inclusiva no acesso de pessoas com deficiência no ensino superior. Os resultados evidenciaram restrições na oferta de atendimento especializado aos vestibulandos com deficiência em conformidade com as recomendações e normativas educacionais vigentes.
33	2018	Do direito cultural das pessoas com deficiência	O artigo tem como objetivo apresentar as pautas da cidadania cultural das pessoas com deficiência junto à política nacional de cultura. A estrutura compreende elementos textuais e teóricos sobre deficiência, acessibilidade cultural e pessoas com deficiência, políticas culturais e acessibilidade cultural para pessoas com deficiências com particularidades do Brasil.
34	2019	Implementação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas nos institutos federais brasileiros	O artigo tem como objetivo analisar as estratégias de implementação da Política de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) nos Institutos Federais brasileiros, a partir da política formulada. A estrutura compreende sobre a perspectiva histórica das políticas públicas e

			suas implementações, sobre as Políticas para Educação Inclusiva na Rede Federal de Educação e os resultados resultaram na análise crítica da política de acesso, seus desafios e avanços.
--	--	--	---

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Como observado, a revista *Políticas Públicas*, contempla obras de 2013 à 2018, que apresentam discussões diferenciadas das que foram abordadas nos periódicos anteriores, como o debate sobre sexualidade e reprodução sexual da PCD. Segundo Maia e Ribeiro (2010), a presença de pensamentos preconceituosos sobre a sexualidade da pessoa com deficiência é bastante presente uma vez que diversos mitos estão arraigados na sociedade:

[...] o que prevalece nos discursos de leigos, familiares e da comunidade é a generalização de idéias preconceituosas a respeito da sexualidade de pessoas com deficiência como se essa fosse sempre atípica ou infeliz. Essas idéias são baseadas em estereótipos sobre o deficiente mantidos por crenças errôneas que o colocam como alguém incapaz e limitado [...] (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 160).

Quando se fala em deficiência, habitualmente se constrói a concepção de que está é um fator que limita o indivíduo, caracterizando-o como limitado e imperfeito se comparado às demais pessoas. Essa perspectiva ignora a condição humana e as características peculiares das pessoas com deficiência, principalmente das pessoas com impedimento de longa prazo de natureza intelectual (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Nessa ótica, Ferraz e Netto (2018) afirmam que as políticas públicas afirmativas de educação sexual e reprodutiva propiciam suporte às pessoas com diversidade funcional, cabe ainda ao Estado prover medidas através de políticas que abranjam: orientação a população com deficiência, bem como suas famílias, acerca do exercício da sexualidade, conscientizando que é um aspecto importante para manutenção da saúde física e mental; informação a população sobre a autonomia e autodeterminação das pessoas com deficiência quanto as suas necessidades individuais, onde também está incluída as de cunho sexual e de reprodução; disponibilidade de atendimento mais efetivo às pessoas com deficiência, promovendo também a capacitação dos profissionais de saúde para lidar com as subjetividades de cada deficiência, no que concerne as suas formas de expressar a sexualidade; conscientização familiares, pais, escolas, educadores da relevância de uma política de educação sexual mais aberta, eficaz e transparente, com intuito de inculcar conhecimento às pessoas com deficiência no tocante aos métodos contraceptivos, a reprodução humana, as expressões da sexualidade, o planejamento familiar e responsabilidades; asseguramento de um sistema de distribuição de métodos contraceptivos para as PCD que possuem vulnerabilidade econômica

Dessa forma, se garante o exercício pleno efetivo do campo sexual e reprodutivos da pessoa com deficiência. Os debates discutidos também são preconizados na LBI:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I - casar-se e constituir união estável;
- II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória [...] (BRASIL, 2015).

Apesar da existência de marcos normativos, como exemplo da LBI (2015), em âmbito nacional, e da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, na esfera internacional, que possuem o objetivo de reforçar a proteção e as garantias fundamentais a pessoa com deficiência, necessita-se de ações mais efetivas no que diz respeito ao asseguramento da vida sexual e reprodutiva da PCD, sobretudo engendrar a quebra de tabus e preconceitos que rondam essa temática.

Por fim, queremos destacar a importância das palavras-chaves de um artigo. De acordo com a ABNT (2021, p. 01) é uma “palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado”. Dessa forma, entendemos que os autores destacaram, o que para eles seriam a centralidade de suas discussões. O quadro a seguir apresenta as temáticas apontadas e quantas vezes se repetiram nos artigos analisados, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 1:** Palavras-chaves dos 34 artigos analisados

Nº	TEMÁTICAS	REPETIÇÕES	%
1	Acessibilidade	3	2,73%
2	Análise de conteúdo	1	0,91%
3	Assistência Social	3	2,73%
4	Atendimento Educacional Especializado	2	1,82%
5	Autonomia	1	0,91%
6	Avaliação médico-pericial	2	1,82%
7	Avaliação médico-social	1	0,91%
8	Avaliação social	1	0,91%
9	Benefício de Prestação Continuada	7	6,36%
10	Benefícios assistenciais	1	0,91%
11	Cidadania	2	1,82%
12	Cidadania cultural	1	0,91%
13	Corpos	1	0,91%
14	Cuidado	1	0,91%
15	Deficiência	5	4,55%
16	Deficiência intelectual	1	0,91%
17	Dialética dos grupos	1	0,91%
18	Direito à Educação	1	0,91%
19	Direitos	2	1,82%

20	Direitos sexuais e reprodutivos	1	0,91%
21	Direitos sociais	1	0,91%
22	Disabled person	1	0,91%
23	Distrito Federal	1	0,91%
24	Diversidade da condição humana	1	0,91%
25	Diversidade humana	1	0,91%
26	Docilização dos corpos	1	0,91%
27	Educação	1	0,91%
28	Educação Inclusiva	1	0,91%
29	Ensino Superior	1	0,91%
30	Exclusão	1	0,91%
31	Implementação	1	0,91%
32	Inclusão	1	0,91%
33	Inclusão Social	1	0,91%
34	Interdições sociais.	1	0,91%
35	Judicialização da assistência social	1	0,91%
36	Lei Orgânica de Assistência Social	1	0,91%
37	Livro didático	1	0,91%
38	Mínimo social	1	0,91%
39	Movimentos sociais	2	1,82%
40	Normalidade	1	0,91%
41	Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	1	0,91%
42	Pedagogia freiriana.	1	0,91%
43	Pedagogia montessoriana	1	0,91%
44	Perspectiva Inclusiva	1	0,91%
45	Pessoa com Deficiência	14	12,73%
46	Família	1	0,91%
47	Plano Nacional de Cultura	1	0,91%
48	Política cultural	1	0,91%
49	Política de acessibilidade universal	1	0,91%
50	Familismo	1	0,91%
51	Política Social	5	4,55%
52	Política educacional	1	0,91%
53	Políticas Públicas	5	4,55%
54	Povos Indígenas	1	0,91%
55	Previdência	1	0,91%
56	Seguridade Social	1	0,91%
57	Processo saúde e doença	1	0,91%
58	Proteção Social	1	0,91%
59	Reabilitação	1	0,91%
60	Reconhecimento	1	0,91%
61	Social evaluation of disability	1	0,91%
62	Questão Social	1	0,91%
63	Participação Social	1	0,91%
64	Social security	1	0,91%
65	Social Security medical evaluation	1	0,91%
66	Sociedade de classes.	1	0,91%
67	Dispositivo	1	0,91%
68	Trabalho	2	1,82%
69	Vestibular	1	0,91%
70	TOTAL	110	100%

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Com base nas palavras-chaves das produções científicas verificamos o foco das discussões tecidas. Além de “pessoa com deficiência” estar no cerne, por questões óbvias, outas

palavras também se destacaram como Assistência Social, BPC, Políticas Públicas, etc. Todavia, centralizando as discussões sobre pessoa com deficiência no cenário atual, notamos que em nenhuma produção de 2020 e 2021 foi discutido sobre a pandemia e os seus impactos a PCD. A ausência desse debate nos periódicos de Serviço Social (Qualis A1 e A2), que está baseada na pesquisa documental realizada, realça vácuos. Por isso, é imperioso trazer à baila o contexto da PCD no interior de um campo agudizado que foi o de uma pandemia global.

O cenário de instabilidade e restrição que o panorama pandêmico nos trouxe no ano de 2020, perdurando por 2021, fez com que as ações destinadas aos grupos mais vulnerabilizados passassem por vários recuos e retrocessos. A conjuntura caótica gerou impactos econômicos, políticos e sociais que foram aprofundados na realidade brasileira. As desigualdades se tornaram sobressalentes, com amplos contingentes em situação de pobreza e vulnerabilidade. Por esse motivo, compreende-se que nas circunstâncias agravadas a situação de precariedade da PCD asseverou-se (OLIVEIRA, 2021; DA SILVA, 2021).

Considerando o papel do Estado na operacionalização de direitos e garantias a todos, os interesses das Pessoas com Deficiência fazem parte da agenda governamental. De certa forma essas discussões sobre a atuação do estado diante de um cenário vulnerável, o acesso da PCD às políticas públicas e os impactos do não acesso na vida desses sujeitos tornam-se ainda mais pertinentes quando são tratadas dentro de contextos que escancaram as desigualdades sociais, como foi no contexto de pandemia de Covid-19<sup>22</sup>. Medidas de prevenção, atenção, execução de políticas públicas e a viabilidade de acesso aos serviços são essenciais diante de situações de emergência.

Nessa lógica, Martins (2020) esclarece que durante a pandemia ocorreu a mobilização de várias entidades, instituições e organizações voltadas para a pessoas com deficiência. Foram medidas que auxiliaram o combate ao vírus, mas que ao mesmo tempo são paliativas. Entende-se que essas ações correspondem a fragmentação das políticas e que possuem atuação excludente que dispara a desigualdade de acesso e na inacessibilidade dos serviços (FALEIROS, 2018; BEHRING e BOSCHETTI, 2006; BOSCHETTI, 2009).

O quadro a seguir difere da tabela posterior porque foi construído com base na percepção e breve análise da presente pesquisadora, no que concerne à identificação das principais políticas trabalhadas e temas em destaque nas produções científicas, conforme demonstrado:

---

<sup>22</sup> A Covid-19 é uma doença infecciosa transmitida através de vírus (SARS-CoV-2) e tem como característica a insuficiência respiratória. A patologia afeta o sistema imunológico e pode ocasionar desde sintomas leves até uma Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG. (OPAS/OMS)

**Quadro 12:** Análise das temáticas por título e escopo do artigo

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE			
Nº	TEMÁTICA 1 -	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
1	Assistência	Benefícios Assistenciais	Povos indígenas
2	Assistência	Benefícios Assistenciais	Perícia médica previdenciária
3	Previdência Social	Trabalho	Trabalhador com deficiência
4	Participação Social	Expressão da Questão Social	Deficiência
KATALYSIS			
Nº	TEMÁTICA 1	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
5	Assistência	Benefícios Assistenciais	Direitos Sociais
6	Assistência	Benefícios Assistenciais	Direitos Sociais
7	Acessibilidade	Reabilitação	Cultura Social
8	Assistência	Benefícios Assistenciais	Perícia médica previdenciária
9	Assistência	Benefícios Assistenciais	Avaliação social
10	Deficiência	Autonomia	Reconhecimento
QUALIS A2			
ARGUMENTUM			
Nº	TEMÁTICA 1	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
11	Associativismo	Cidadania	Lutas Sociais
12	Educação	Inclusão	Atendimento Educacional
TEXTOS E CONTEXTOS			
Nº	TEMÁTICA 1	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
13	Assistência	Acessibilidade	Direitos Humanos
14	Dialética	Diversidade Humana	Sociedade de Classes
15	Assistência	Seguridade Social	Família
16	Assistência	Educação	Cidadania
17	Assistência	Previdência	Trabalhador com deficiência
18	Educação	Inclusão	Sistema capitalista
SER SOCIAL			
Nº	TEMÁTICA 1	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
19	Proteção Social	Pessoa Com Deficiência	Brasil Pós-Constituinte
20	Proteção Social	Pessoa Com Deficiência	Assistência
21	Proteção Social	Pessoa Com Deficiência	Brasil Pós-Constituinte
22	Corpos	Educação	Inclusão
23	Proteção Social	Pessoa Com Deficiência	Brasil Pós-Constituinte
24	Conceitos de Deficiência	Livros didáticos	Representações e significados da deficiência
25	Movimentos Sociais	Protagonismo	Pessoa Com Deficiência
26	Acessibilidade	Ambiente	Cultura
27	Assistência	Benefícios Assistenciais	Pessoa Com Deficiência
28	Conceitos de Deficiência	Políticas Sociais	Conceitos de Deficiência
29	Deficiência	Políticas Sociais	Conceitos de Deficiência
30	Exclusão	Inclusão	Trajetória histórico-social
POLÍTICAS PÚBLICAS			
Nº	TEMÁTICA 1	TEMÁTICA 2	TEMÁTICA 3
31	Sexualidade	Educação	Saúde
32	Educação	Inclusão	Vestibular
33	Cultura	Pessoa Com Deficiência	Direitos Sociais
34	Assistência	Educação	Políticas Sociais

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Para encerrar este tópico, salienta-se que a tabela 1 e o quadro 12 apresentam as principais argumentações construídas nas produções científicas dos periódicos pesquisados. Também possibilitaram visualizar como as temáticas vem sendo desenvolvidas em relação a pessoa com

deficiência, quais os debates mais recorrentes e como se configuram na realidade. Parte-se do pressuposto que toda inquietação advém da realidade que nos é posta, portanto desvelá-la auxiliará na compreensão dos porquês, nos preenchimentos das lacunas e no fomento de possíveis soluções.

Dessa maneira, as reflexões expostas demonstram as necessidades existentes e latentes que estão presentes no seio da sociedade, ficando claro a nós que o período das obras demarca os avanços e conquistas das PCDs no Brasil. Tornou-se nítido, nas pesquisas das publicações analisadas, que a materialização dos direitos da pessoa com deficiência encontra-se ainda muito fragilizada em todas as esferas debatidas. Logo, é crucial ponderar que:

**Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015. Art. .8, grifo nosso).**

Mediante o exposto, as revistas e as produções de conhecimento que nelas estão contidas, ainda que de modo sutil, tem contribuído para o adensamento do debate transversal à PCD. Destarte, é pertinente que ocorra uma interrelação entre as temáticas abordadas sobre deficiência e o Serviço Social, por isso, no item a seguir será versado sobre o Projeto Ético-Político e as legislações da profissão e sua conexão com o objeto de estudo.



## CAPÍTULO III

### **A (IN) VISIBILIDADE DA TEMÁTICA SOBRE DEFICIÊNCIA NOS PERIÓDICOS DE SERVIÇO SOCIAL: RECONHECIMENTOS E PROPOSIÇÕES**

Não pretendemos aprofundar o assunto, mas é importante ressaltar que durante a análise dos artigos, verificamos a ausência de discussões sobre os impactos da pandemia na vida dessas pessoas. Apesar de não termos analisado artigos no ano de 2022, os impactos da pandemia na vida das pessoas com deficiência ainda permanecem obscurecidos e precisam ser desvendados, principalmente no cenário dos anos 2020-2021, o qual houve uma regressão de direitos em diversas áreas pelas contrarreformas realizadas por um governo que caminha em favor do negacionismo e exclusão das minorias.

É notório que a discussão promovida pelos Periódicos de Serviço Social ainda é tímida e necessita de novos olhares. Desta forma, é fundamental reconhecer que estamos em constante mudança e que o cenário contemporâneo tem enfrentado novos desafios. Por isso, acompanhar o movimento de todas as mudanças políticas, sociais e econômicas é imprescindível para analisar e propor estratégias e políticas coerentes para a Pessoa com Deficiência, bem como produzir conhecimento crítico acerca dos desafios vivenciados por este segmento populacional.

Nesse sentido, é importante reconhecer que, a aproximação do Serviço Social com vertentes críticas são fundamentais para um adensamento teórico em produções que envolvam a leitura dessa realidade. Isto posto, este capítulo objetiva apresentar de forma conceitual sobre os caminhos que levaram o Serviço Social a uma aproximação da teoria social crítica, e as proposições dessa perspectiva para construção do Projeto Ético-Político (PEP) da profissão. Em seguida, explicita interlocuções do PEP — constituído e expresso no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei nº 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 — com a Pessoa com Deficiência.

#### **3.1 Produção de conhecimento em Serviço Social sob o fundamento crítico: os caminhos que levaram a teoria social crítica.**

A produção de conhecimento crítico é resultado de um próprio amadurecimento da profissão. Os caminhos que levaram a esse fundamento foram marcados lutas e uma intenção e anseio por transformação. De acordo com os estudos desenvolvidos por Netto (2008), ao longo

de sua jornada o Serviço Social se deparou com diversas propostas teóricas metodológicas, marcadas por diversas correntes ideológicas, e projetos profissionais em confronto que promoveram um pano de fundo para uma discussão no nível teórico e ideológico em busca de um novo direcionamento.

Em termos históricos, a emergência do Serviço Social é demarcada na década de 1930, intimamente ligado a ações da Igreja Católica, como meio da qualificação do laicato, principalmente da parcela feminina atreladas aos setores privilegiados da sociedade, com a ideia de missão política de apostolado social junto as classes subalternas e com ênfase nas famílias operárias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). A profissão surge vinculada ao conservadorismo e como estratégia da burguesia para conter a luta da classe trabalhadora e, de acordo com Martinelli (2007), nasceu com uma identidade atribuída.

Ressaltamos também, que dentro desse período a profissão se consolida dentro do enfrentamento ao liberalismo e ao comunismo, enxergado como males do mundo e como um interventor das expressões da questão social, desse modo a profissão vê-se cooptada pelo Estado e o empresariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). No entanto, no decorrer das décadas, buscou caminhos em direção à cientificidade, com aproximações de perspectivas tanto na formação e o trabalho voltadas a dimensão interventiva dos assistentes sociais brasileiros. A entrada nesse caminho não foi tão simples.

Conforme a análise de Netto (1991), a tradição marxiana e sua interlocução com o Serviço Social brasileiro ocorreu de modo tardio. O autor ressalta que as primeiras aproximações ocorreram de modo errôneo e com equívocos, pois até a década de 1980 não se tinha uma leitura direta da teoria social de Marx. Ainda, de acordo com seus estudos, explica que:

A crise do Serviço Social tradicional – já emergente na entrada da década de 1960 – é precipitada pela “modernização conservadora” implementada pela ditadura burguesa que se instaura a partir de 1º de abril de 1964. A curto prazo essa “modernização conservadora” redimensionará os espaços abertos do Serviço Social, estimulando tendências profissionais; acima de tudo, inscrevendo realmente a formação profissional no circuito da sua universalidade “refuncionalizada” e desatando políticas sociais descaradamente favorecedoras ao grande capital, a ditadura acabará por laicizar o Serviço Social (NETTO, 1991, p. 86).

Nesse cerne, queremos situar as vertentes que perpassaram a profissão no sentido de explicitar suas influências na condução da produção de conhecimento. O recorte aqui supracitado, tem como ponto de partida, a década de 1960, quando se inicia o processo de reconceitualização do Serviço Social no Brasil.

O processo de renovação se situa em quatro condutores observando o movimento político, econômico e social que permeia tal processo. O primeiro consiste no amadurecimento de alguns setores da categoria profissional que ao se relacionarem com outros protagonistas de outras áreas profissionais passam a se mobilizar e articular para o adensamento de debates (NETTO, 2008).

O segundo condutor trata-se na relação com a Igreja católica, seja no distanciamento das bases do conservadorismo tradicional ou na aproximação da esquerda católica, ativa e militante. O terceiro, decorre na organização do movimento estudantil mobilizando no seio das escolas de Serviço Social e o quarto decorre da aproximação com dimensões teórico críticas e nacional populares (NETTO, 2008).

A aproximação com o marxismo no Serviço Social não ocorreu a partir dos manuscritos de Marx, mais de terceiros que compreenderam as análises do autor de modo errôneo, mas que foi incorporado ao debate da formação e do trabalho. “O marxismo sem Marx” (YAZBEK, 2019, p.65), vai deixar de fora das interpretações as múltiplas determinações sócio-históricas fundantes.

Nessa direção existem dois momentos que explica tal processo, o primeiro com a aproximação pela corrente marxista, considerados pela apreensão dos intérpretes do marxismo, situados no final dos anos de 1970 até o final dos anos de 1980 e o segundo momento do final dos anos de 1980 até os dias atuais.

Simionatto (2019) demarca que o ponto de partida foi o Movimento de reconceituação desencadeado na América Latina entre 1965-1975 que mobilizou romper com o tradicionalismo profissional norte americano e de afirmações de novas bases teóricas, políticas e éticas. Seus efeitos no Brasil têm alguns empecilhos dado o período ditatorial que influenciou a reconceituação e que também não permitiu que a corrente marxista se desenvolver. O que resultou em uma modernização do aparato técnico e científico, vinculado a matriz positivista.

A matriz positivista, dado o período de expansão da industrialização no país, vai se vincular ao Serviço Social no sentido de promover um profissional interventivo que corrobore com os interesses do Estado. A formação e o trabalho correspondem a uma “apreensão manipuladora, instrumental e imediata” da realidade (YAZBEK, 2019, p.57). Cabe ressaltar que mesmo o amadurecimento teórico existente hoje se oponha a esta matriz, não podemos desconsiderar que naquele momento, se apresentou como um caminho em busca de um novo direcionamento profissional vinculado exclusivamente ao pensamento doutrinário da Igreja Católica.

A partir dela houve outras ramificações como a orientação funcionalista, nessa direção se busca entender primeiro a uma parte para entender o todo, entendendo que cada um possui uma função na manutenção do todo. Essa perspectiva não busca explicar, mas ajustar para garantir o funcionamento. Outra corrente visualizada na profissão, é o pragmatismo. A sua influência no Serviço Social respalda o caráter imediato e prático profissional. Consiste na valorização da dimensão prática interventiva (YAZBEK, 2019).

A corrente estruturalista também é verificada em suas vertentes tanto no Serviço Social brasileiro, como no latino-americano, compreendendo que um todo só pode ser explicado a partir dos seus componentes e suas funções, para então compreender a realidade. Nesse sentido são identificados a aproximação dos teóricos, como Louis Althusser, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, em que influenciaram e influencia na análise de alguns estudos sobre as instituições totais e suas relações de poder (YAZBEK, 2019).

De certo que tais correntes destacadas pelas autoras representam caminhos no amadurecimento que a profissão percorreu e vem percorrendo para a apreensão da teoria social marxiana, que emerge no seio da profissão e apresenta alguns equívocos em direção da perspectiva crítica. Ao consideramos a quantidade de intérpretes do marxismo, entendemos a importância desta corrente para a produção de conhecimento a respeito da realidade. Sendo assim entendemos que o Marxismo “é um processo, em permanente construção, conservação e superação, de formulação de novas sínteses, a partir das contribuições e do movimento da própria história” (SIMIONATTO, 2019, p. 86).

Ainda de acordo com os estudos de Simonatto (2019), as respectivas aproximações o Serviço Social, tem provocado debate em seus variados meios, tanto na formação, como o trabalho. Ainda há que se considerar que dentro da história da profissão esse tipo de avizinhamo com a corrente marxista e marxiano representa o legado de mais de 50 anos do movimento de Reconceituação na América Latina e suas interlocuções permitiram ao Serviço Social uma mudança em todas as suas dimensões, teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa.

É imprescindível explicitar que, somente a partir da década de 1980 e o início dos anos 1990, que o Serviço Social passa a beber na fonte da teoria social de Marx, tendo como obra fundamental dessa aproximação o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica*, elaborado em conjunto por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho. Simionatto (2019) expõe que:

A pesquisa histórica desenvolvida por Yamamoto e Carvalho abriu caminhos inéditos no estudo do marxismo, nas investigações sobre a categoria trabalho, na atividade profissional enquanto trabalho do assistente social, mantendo-se como bibliografia obrigatória no campo de fundamentos do Serviço Social (SIMIONATTO, 2019, p. 91).

Desse modo, das contribuições para a profissão representa um novo direcionamento que se imprime nas bases do projeto ético- político profissional, como a Lei de regulamentação 8.662/1993, na elaboração de um novo código de ética profissional do assistente social de 1993 e posteriormente na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Sendo assim, o que se identifica a partir da década de 1980 e 1990, e a compreensão da profissão como especialização do trabalho coletivo, que se insere na divisão social e técnica do trabalho. Dentro desta perspectiva, a base histórica passa a ser essencial, reconhecendo as mediações que envolvem as relações sociais entre as classes sociais e o Estado (ABEPSS, 1996).

É primordial destacar que a formação profissional passa a ser pensada a partir de tais concepções: a primeira delas, que o Serviço Social se insere no âmbito das relações sociais de produção e reprodução da vida sociais, que intervém nas múltiplas expressões da questão social; a segunda concepção é a questão social enquanto objeto de trabalho do assistente social; a terceira, envolve o agravamento da questão social com características da reestruturação produtiva no Brasil marcadas pelas requisições postas pela lógica capitalista e organização das classes trabalhadoras, que rebatem no mercado profissional e por fim, pelo enfrentamento das expressões da questão social por meio das políticas públicas e sociais, compreendendo as mediações históricas, sociais e políticas (ABEPSS, 1996).

Nesse sentido, uma das atividades constitutivas que envolve a formação e o trabalho, é a dimensão investigativa, esta por sua vez requer subsidiar a produção de conhecimento da categoria que envolvem a realidade social e que auxiliam na intervenção profissional no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas.

A pesquisa sobre o viés crítico permite captar a realidade por meio de aproximações sucessivas. Prates (2012) expõe que a pesquisa social se constitui como tarefa fundamental do Serviço Social, uma vez que a partir dela dentro de uma análise crítica da realidade é possível realizar intervenções coerentes que possibilita a apreensão da realidade em que são inseridos, grupos, sujeitos, etc.

O Serviço Social enquanto trabalho, tem como objeto de estudo e trabalho a questão social e suas múltiplas expressões, e que para ser desveladas é necessário reconhecer as mediações que

se apresentam por detrás das expressões que se relacionam com o desenvolvimento do sistema capitalista no processo de produção e reprodução da vida social (ABEPSS, 1996).

Entendemos assim, que reconhecer o processo histórico do Serviço Social e sua aproximação com a teoria social marxiana, é essencial para analisar a temática da pessoa com deficiência no Brasil, uma vez que esta, é reconhecida como uma das expressões da questão social.

Identificar as conexões existentes são essenciais para não reproduzir estigmas e preconceitos que durante muito tempo foram associados a PCD. Vemos que a produção de conhecimento aliada a perspectiva marxiana, possibilita enxergar a PCD como um protagonista de sua própria história, que sua resistência é no cotidiano contra a lógica capacitista, padronizada e fortemente reproduzida na sociedade capitalista.

### **3.2 Os caminhos metodológicos nas produções sobre a pessoa com deficiência nos periódicos de Serviço Social**

A pesquisa de Marconi e Lakatos (2002) baseados nos estudos de Ander-Egg (1978) apontam que a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico. Por se tratar de um procedimento formal necessita de um método que propicie um pensamento reflexivo com rigor científico. Tal correlação permite a descoberta de novos saberes e fatos em qualquer área do conhecimento. Por isso, o caminho para se construir ou desenvolver uma pesquisa é imprescindível para conhecer uma realidade ou realizar aproximações parciais de uma realidade.

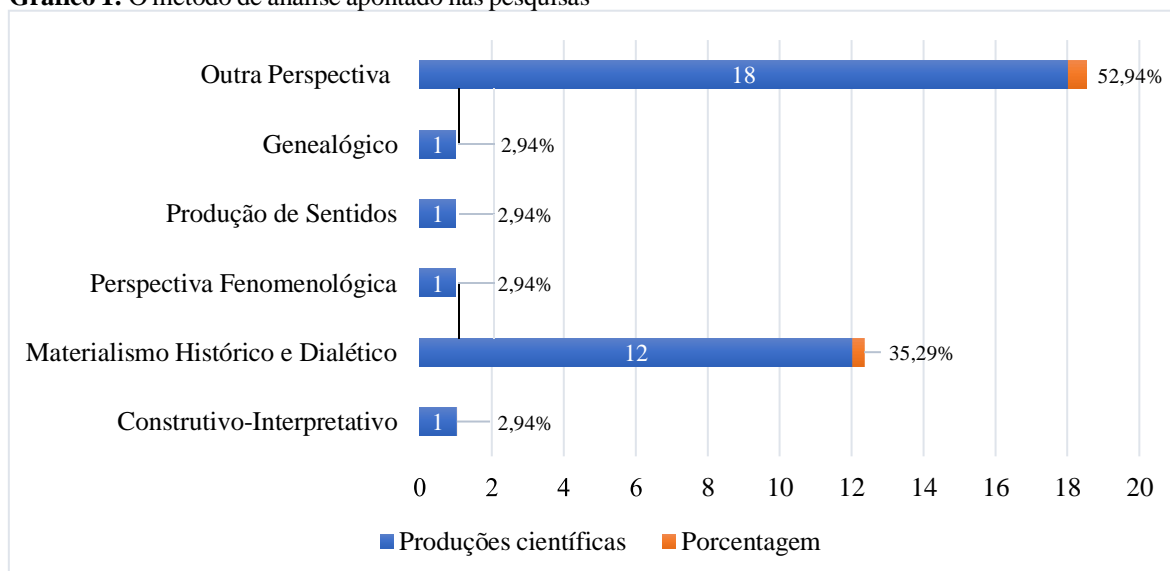
A finalidade da pesquisa é ‘descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos’, afirmam Selltiz et alii (1965:5). Estes métodos, mesmo que, às vezes, não obtenham respostas fidedignas, são os únicos que podem oferecer resultados satisfatórios ou de total êxito (MARCONI E LAKATOS, 2022, p.16).

A análise de Richardson (1999) fundamentada nas pesquisas de Hegenberg aponta que, parte dos estudos que envolvem esse processo confundem “metodologia” com “método”. Para o autor, “método é o caminho ou maneira para chegar a um determinado fim ou objetivo, distinguindo-se do conceito de metodologia, que deriva do grego *métodos* (caminho para se chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimento)” (p.22), “ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão, de modo refletido e deliberado” (ZANELLA, 2013, p.20).

Em relação as pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social, os estudos de Prates (2012) salientam a importância das investigações sociais, em especial aquelas que buscam desocultar as

expressões da questão social no cenário contemporâneo estejam fundamentadas em um método coerente aos valores coletivamente legitimados pela profissão. As produções científicas analisadas durante os anos 2011-2021 demonstram dois destaques em relação ao método apontado no escopo das pesquisas, conforme apresenta o gráfico:

**Gráfico 1:** O método de análise apontado nas pesquisas



Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

O método Materialismo Histórico-Dialético foi o mais mencionado nos artigos. De acordo com Behring e Boschetti (2016, p.39) este método “não se confunde com técnicas ou regras intelectivas como as que analisamos nos itens anteriores: é uma relação entre sujeito e objeto que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto”. Os estudos das autoras elencam que, o conhecimento nunca será absoluto ou unívoco, neste método é possível apreender múltiplas determinações sociais e históricas previamente determinadas, pois a análise de uma totalidade concreta (realidade) é complexa e contraditória.

Outro método identificado foi o método Construtivo-Interpretativo, proposto pelo psicólogo Dr. Fernando Luis González Rey. Os estudos de Rossato e Martínez (2018) este método é um procedimento complexo e dinâmico de produção de conhecimento onde todos os participantes (pesquisador e pesquisado) da pesquisa são envolvidos de forma ativa, pois compreende que o caráter construtivo e o caráter interpretativo embora distintos, são complementares. O método é baseado em três princípios da epistemologia qualitativa: 1) O caráter construtivo interpretativo do conhecimento, 2) A legitimidade do singular, e 3) A pesquisa como processo de comunicação dialógica (RIBEIRO; MORI, 2020).

A perspectiva fenomenológica também foi situada em um dos artigos. Tal perspectiva foi criada por Edmund Husserl (1859 – 1938), como uma crítica à ciência programática<sup>23</sup>. O método “consiste na descrição direta de nossa experiência como tal, como ela é, sem considerar a sua gênese” (YAZBEK, 2019, p. 74). Sendo assim, para os fenomenológicos, é necessário descrever o objeto para então assim compreende – lo.

Outra indicação de análise foi a teoria da produção de sentidos, conforme Scoz (2007), implica uma dimensão de complexidade que compreende a trajetória da vida dos sujeitos e que podem ser apreendidos a partir a sua narrativa. Por meio desse caminho, o pesquisador interage com o pesquisado e descreve tal qual a vida exposta pelo entrevistado, para identificar e analisar significados existentes.

O método genealógico também foi evidenciando, que consiste em investigar as causas a partir das questões afetivas, entendendo que, “não existe uma causa por si mesma, mas sim uma que está sendo movida pelo afeto, pela vontade de poder de cada um” (PEREIRA, 2017). Seu objetivo está em desmistificar a ideia de verdade absoluta, pois por detrás dela, há diversos ideais impregnados.

Em relação a categoria outros, é importante destacar que nem todos os artigos mencionavam o percurso metodológico trilhado para chegar ao resultado apresentado. Nesse sentido, optamos por evidenciar a escolha dos autores conforme destacado no escopo dos trabalhos. Todavia, mesmo que os autores não tenham mencionado o caminho adotado, observa-se que as pesquisas assumiram diferentes naturezas, sendo as mesmas de cunho: explicativas, descritivas e exploratórias, o que nos leva a uma possível interpretação do método adotado.

Por meio dos dados, é evidente outros métodos de pesquisa adotados que se difere da perspectiva crítica marxiana, uma das explicações para isso, são que, das produções levantadas apesar de estarem na área de Serviço Social, compartilham a autoria e coautoria com outras áreas, tais como, enfermagem, direito, filosofia, sociologia, teoria ocupacional, pedagogia, odontologia, comunicação social, jornalismo, economia, economia doméstica, administração e antropologia. Sendo assim, outras áreas de conhecimento, possuem metodologias e intencionalidades diferentes com base do seu processo formativo.

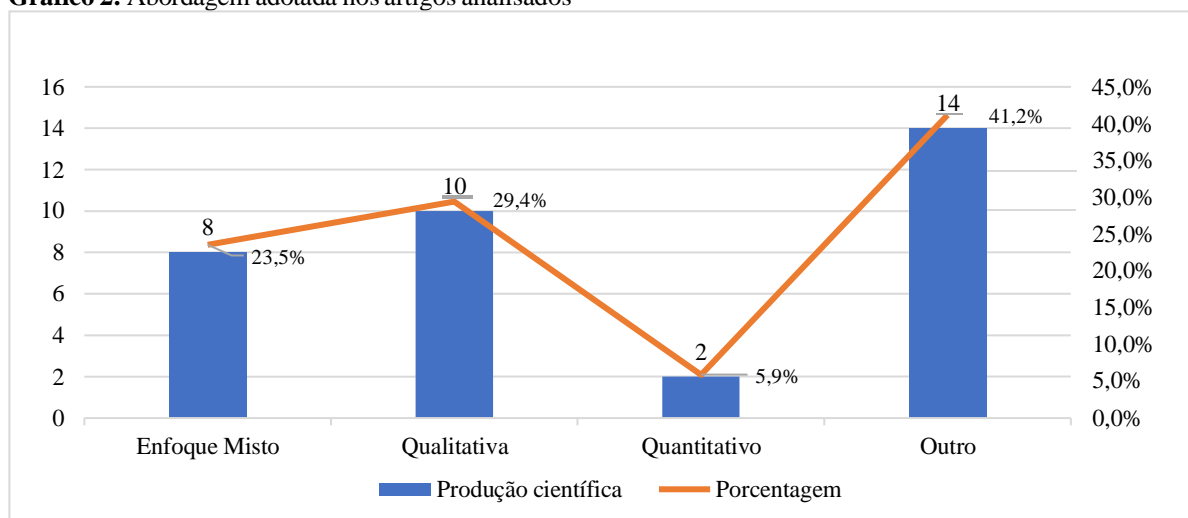
Quanto ao tipo de abordagens, foi possível verificar que nas produções tiveram mais destaque do que o método, conforme demonstra o gráfico a seguir:

---

<sup>23</sup> Criada no fim do século XIX, tem como tese o valor prático como critério de verdade, em suma, dentro dessa perspectiva para realizar uma ação ou uma intervenção é necessário ser realista, com objetivos claros a serem seguidos, sem improvisos, e que uma ação ou ideia só pode ser real e verdadeiro se poderem ser operados e com uma ação imediata na resolução de problemas. (YAZBEK, 2019).



**Gráfico 2:** Abordagem adotada nos artigos analisados



Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

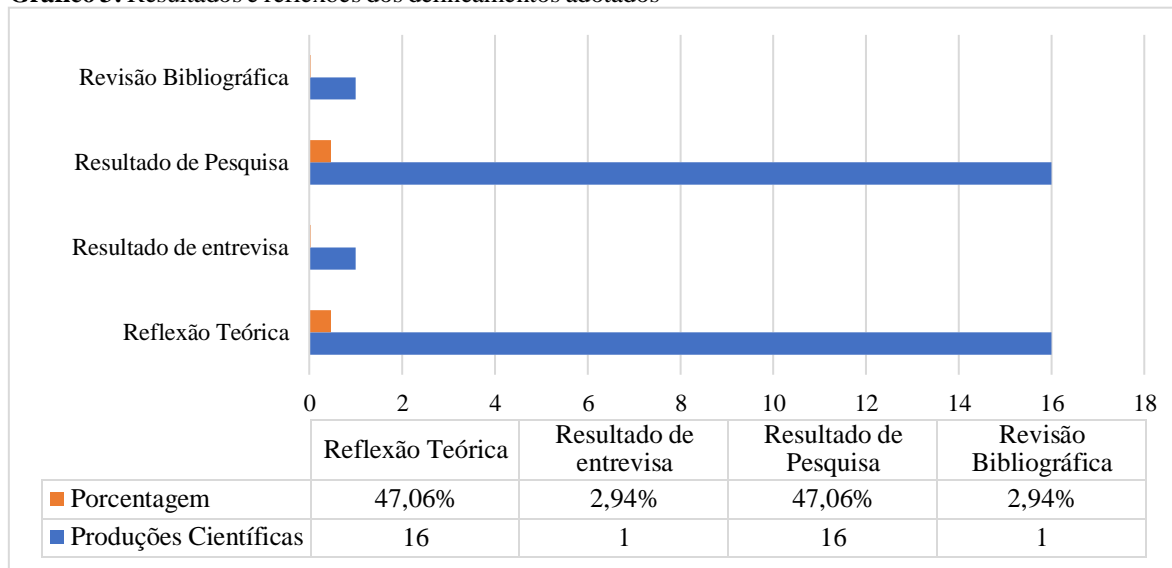
O gráfico demonstra que 58,8% (20) dos trabalhos analisados destacaram a abordagem utilizada. De acordo com estudos de Prates (2012, p.117) “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos”. Neste sentido, de acordo com o recorte das pesquisas, o gráfico demonstra que alguns autores optaram por trabalhar à articulação dos dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, o enfoque misto deve:

[...] valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se com outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária. Sem dúvida, sobre este tipo de pesquisa temos ainda muito a produzir em termos de teoria, no entanto, podemos instigar algumas problematizações (PRATES, 2018, p.123).

Essa é uma discussão antiga e polêmica em diversas áreas de conhecimento. Mas também existem autores que apontam a área Serviço Social é muito fechada e restrita em relação a outros métodos. Existem aqueles que ainda preferem ou trabalham com as abordagens de forma separada para fins didáticos. É válido ressaltar que existem diversos modos de fazer pesquisar e materializar a produção do conhecimento, não estamos excluindo nenhum dos saberes, mas buscamos evidenciar a importância de se escolher um método e abordagem coerente aos valores e princípios éticos e políticos da profissão Serviço Social.

No que concerne ao delineamento das pesquisas, o gráfico a seguir apresenta dados referentes aos resultados de pesquisa e reflexão teórica.

**Gráfico 3:** Resultados e reflexões dos delineamentos adotados



Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Observa-se no gráfico o termo “resultado de entrevista”. Por isso, é importante destacar que, em alguns periódicos existem artigos especiais, que podem ser resultados de uma entrevista com alguém com aprofundamento teórico sobre determinada temática, pode ser a descrição revisada de algum evento que abordou a temática da revista ou um memorial acerca de alguém que estude o objeto em questão. Dentre os trabalhos analisados, um deste é resultado de uma entrevista, sendo o artigo intitulado “Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes<sup>24</sup>”.

Nos trabalhos referentes aos resultados de pesquisa estavam à pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Destaca-se que nem todos os artigos deixam explícitos o delineamento adotado, no entanto, ao analisar o escopo do trabalho é possível observar os dados que foram estudados pelos autores. Registramos também que alguns trabalhos foram apontados como “Reflexão Teórica” e “Revisão bibliográfica” que consideramos a mesma fundamentação, mas optamos por registrar tal qual foi mencionado no artigo.

Conforme explicitado acima, estes foram os procedimentos metodológicos adotados nos 34 artigos analisados. Todavia, é importante apontar que a ausência da exposição desse percurso

<sup>24</sup> “Colin Barnes foi um dos fundadores do modelo social da deficiência (social model of disability), uma guinada teórica e política nos estudos sobre deficiência. De um campo biomédico e centrado nos impedimentos corporais, os estudos sobre deficiência alargaram olhares e perspectivas. Barnes, um sociólogo de inspiração marxista, tem uma autoridade teórica e existencial no campo – é também um cadeirante, o que faz dele um militante de ideias e ações” (DINIZ, 2013, p.237).

em alguns trabalhos, dentro da análise, resulta na dificuldade de entender os caminhos percorridos dos pesquisadores, bem como a finalidade da pesquisa, que podem contemplar o adensamento dos debates nas múltiplas dimensões da vida da pessoa com deficiência no sentido de contribuir para o protagonismo e o acesso as políticas, ou apenas conduzir um debate em que coloca a pessoa com deficiência apenas como um objeto posto a ser analisado.

Mediante as análises, percebe-se que partir das aproximações com a teoria crítica, em conjunto com os referenciais teóricos metodológicos das ciências sociais e humanas, construiu-se uma base para compreensão da deficiência a partir do modelo social. É precípua ressaltar que todos os artigos analisados estão vinculados a esse modelo, as produções dos anos 2011-2021 consideram o atual conceito de deficiência, levando em conta os determinantes externos e não apenas biológicos. Mas, uma crítica que pode ser traçada se refere ao uso de nomenclaturas antigas em algumas produções científicas como “deficientes” ou “portador de deficiência”, o que vai na contramão ao que o próprio segmento lutou para ser autodenominado: pessoa com deficiência.

Logo, pode parecer irrelevante para a sociedade o uso desta nomenclatura, porém está repleta de significados para a pessoa com deficiência, foi fruto de lutas, mobilização e articulação política. Em suma, dialoga com a representatividade. Dando prosseguimento às discussões, o próximo item abordará a aproximação do Projeto Ético-Político do Serviço Social com os conteúdos encontrados nas produções científicas das revistas.

### **3.3 Interloquções do Projeto Ético-Político Profissional e a pessoa com deficiência: algumas contribuições**

Para situar a relação das produções com o projeto ético-político do Serviço Social, é necessário reconhecer os processos históricos, políticos e sociais que demarcaram a profissão e que permitiram a profissão ter um novo direcionamento. Queremos, no entanto, pontuar que existem hoje diversas aproximações teóricas-metodológicas contrárias ao projeto amadurecido na década de 1990, mas aqui seguiremos em consonância ao projeto vinculado a perspectiva marxiana, materializados na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993), Código de Ética (1993) e Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) de (1996).

Barroco (2009) explica que o Serviço Social inicialmente se configura como uma profissão alicerçada e influenciada pelo conservadorismo moral e político que podem ser

verificadas no Código de Ética de 1947 e 1986<sup>25</sup> momento que se observava um movimento de rompimento na concepção tradicional. A autora expõe ainda, que se passaram trinta e oito anos dos códigos perpetuados dentro uma ética tradicional conservadora.

Ao final da década de 1980 a década de 1990, identifica-se avanços significativos no plano teórico – metodológico, ético- político e técnico-operativo que envolve com a aproximação a teoria social crítica, em meio a confluência com os movimentos sociais no Brasil de compromisso com os direitos, democracia e a compreensão de classe trabalhadora, que contribuiu qualitativamente para temas fundamentais de debate da formação e trabalho do assistente social. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Com isso queremos situar, o esforço da categoria profissional principalmente a partir da década de 1990, na materialização do projeto ético-político e na sua reafirmação de seu compromisso com uma nova sociedade, não excludente e com justiça social. Sendo assim por meio dos pilares que sustentam este projeto profissional, foi realizado uma pesquisa sobre as resoluções e publicações do Conjunto CFESS – CRESS e ABEPSS, no intuito de situar a temática no que vem sendo debatido na categoria profissional.

**Quadro 13:** Lei de regulamentação profissional nº 8.662

Competências profissionais	<p>II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</p> <p>III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</p> <p>V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</p> <p>VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais</p>
Atribuições profissionais	<p>I - Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</p> <p>II - Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;</p> <p>IV - Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental nos arquivos de revistas on-line.

A partir do quadro que envolve a Lei de regulamentação profissional do assistente social de 1993, podemos verificar que apesar de não mencionarem a pessoa com deficiência em seu texto, a que se considerar que o assistente social em seu cotidiano profissional dentre as suas competências e atribuições versam sobre orientações e encaminhamentos para diferentes grupos

<sup>25</sup> É importante situarmos que entre o primeiro código profissional de 1947 e o de 1986, também houveram outros códigos. Nos Códigos Profissionais de 1965 e de 1975, verifica-se a ênfase em perspectivas morais, mas passa a ser evidenciada a dimensão tecnicista do trabalho do assistente social, em virtude do próprio Movimento de Reconceituação que se instaura na década de 1960, buscando um novo direcionamento (BARROCO, 2009).

e segmentos da população a respeito do acesso as políticas públicas e sociais, em que se situam com a pessoa deficiência.

O CFESS (2019) evidencia que são dois pontos centrais que se relacionam com o trabalho do assistente social, o primeiro deles, no combate ao preconceito contra pessoa com deficiência, colocadas no seio do desenvolvimento da sociedade capitalista que produzem múltiplas desigualdades que envolve a pessoa com deficiência, e o segundo, consiste na relevância de tecer reflexões críticas “acerca da direção sociopolítica do trabalho profissional no cotidiano” (CFESS, 2019, p.18).

No código de ética profissional, dos onze princípios que norteiam o trabalho do assistente social, mas antes queremos elencar alguns elementos sobre as produções encontradas, dos autores e suas áreas de conhecimento.

Em relação ao perfil acadêmico dos 54 autores, 6 (11,11%) possuíam graduação, 15 (27,78%) contemplavam o mestrado e 33 (61,11%) possuíam doutorado, conforme demonstra a tabela:

**Tabela 2:** Área de maior titulação acadêmica dos autores dos 34 artigos

<b>NOME DO CURSO DE MAIOR TITULAÇÃO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Avaliação de Políticas Públicas	1	1,85%
Administração	4	7,41%
Antropologia	1	1,85%
Biociências e Saúde	1	1,85%
Ciências – Saúde Pública	2	3,70%
Ciências da Saúde	1	1,85%
Ciências Sociais	2	3,70%
Ciências Sociais - Antropologia	1	1,85%
Comunicação Social	1	1,85%
Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social	1	1,85%
Direito	1	1,85%
Educação	4	7,41%
Enfermagem Fundamental	2	3,70%
Etnologia e Sociologia	1	1,85%
Filosofia	1	1,85%
Geografia	1	1,85%
Memória Social e Bens Culturais	1	1,85%
Política Social	8	14,81%
Políticas Públicas	1	1,85%
Políticas Sociais e Cidadania	1	1,85%
Psicologia	1	1,85%
Saúde Coletiva	2	3,70%
Saúde Pública	2	3,70%
<b>Serviço Social</b>	<b>11</b>	<b>20,37%</b>
Sociologia	2	3,70%
Total	54	100%

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Observa-se na tabela que o maior destaque é justamente a área de conhecimento Serviço Social. Mas também aparecem áreas de diálogo com os valores e princípios da profissão. É importante destacar que, dos 34 trabalhos analisados, apenas 22 artigos possuem autores e coautores com graduação em Serviço Social. Apesar dos outros 12 artigos estarem nas Revistas de Serviço Social, os autores são de outras áreas de conhecimento como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 3:** Graduação dos autores e coautores não vinculados ao Serviço Social

Área de Profissão	Nº	%
Administração	2	3,70%
Ciências biológicas	2	3,70%
Ciências Sociais	3	5,56%
Comunicação Social	2	3,70%
Direito	4	7,41%
Economia	1	1,85%
Economia Doméstica	2	3,70%
Enfermagem	2	3,70%
Filosofia	1	1,85%
Jornalismo	1	1,85%
Odontologia	1	1,85%
Pedagogia	4	7,41%
Psicologia	1	1,85%
Sociologia	2	3,70%
Terapia Ocupacional	3	5,56%
Total	31	57,41%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Pesquisa Documental nos arquivos de revistas on-line e Curriculum Lattes vinculado ao CNPQ (2022).

Todavia, é importante destacar que apesar da área de primária de formação não estar vinculada ao Serviço Social, alguns escreveram em conjunto com assistentes sociais. Queremos relacionar os princípios fundamentais do Código de Ética profissional de 1993, apenas os artigos vinculados aos assistentes sociais e bacharéis em Serviço Social, que representam 23 (42, 59%) responsáveis pelos seguintes artigos:

**Quadro 14:** Títulos dos artigos que foram escritos por autores formados em Serviço Social

Nº	LISTAGEM DE ARTIGOS
1	Caminhos e perspectivas do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal
2	Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social
3	Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada: 2006 a 2012
4	Deficiência, autonomia e reconhecimento intersubjetivo no Sistema Nacional Integral de Cuidados
5	Proteção Social à Pessoa com Deficiência do Brasil Pós-Constituinte
6	Proteção social e atenção à pessoa com deficiência: comentários a um artigo
7	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós Constituinte
8	“Corpos jovens com impedimentos” fora da Escola
9	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós Constituinte
10	Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência
11	Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura
12	Suas, BPC e pessoas com deficiência: análise a partir de municípios fluminenses

13	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas
14	Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária:
15	Trabalhador com deficiência e Previdência Social
16	Deficiência como expressão da questão social
17	Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea
18	Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes
19	O circuito familista na Política de Assistência Social
20	Políticas para pessoa com deficiência e as contribuições de Freire e Montessori
21	Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência
22	Educação inclusiva: um desafio constante no sistema capitalista

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Para saber como os artigos estavam articulados aos princípios, além da leitura do escopo das produções, utilizamos palavras-chaves que compõem os 11 princípios. Destaca-se que essa interpretação é particular da presente pesquisadora, e compreender as intenções dos autores nem sempre será fiel ao que foi pensado originalmente por eles. Neste sentido, foi possível encontrar os princípios vinculados, de forma indireta, em 22 produções científicas dos periódicos. Para facilitar a compreensão elaboramos a tabela contendo os princípios trabalhados, conforme demonstra:

**Tabela 4:** Princípios do Código Ética do Serviço Social explicitados de forma indireta e direta nos artigos

PRINCÍPIO	Nº	%
I	22	100,00%
II	22	100,00%
III	22	100,00%
IV	21	95,45%
V	19	86,36%
VI	18	81,82%
VII	2	9,09%
VIII	2	9,09%
IX	10	45,45%
X	9	40,91%
XI	5	22,73%

Fonte: Sistematizado pela autora com base na Pesquisa Documental (2022).

Com fundamento nos dados obtidos, é possível observar que as 22 produções científicas estão vinculadas aos princípios I, II e III do Código de Ética, que são: *I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.*

Em relação aos princípios citados, entendemos que cabe ao assistente social uma intervenção que possibilite autonomia e emancipação aos seus usuários e isso é uma questão

importante para que haja empoderamento dos sujeitos e estes utilizem seus conhecimentos para buscarem os seus direitos, sejam livres, autônomos e capazes em qualquer situação. A consolidação da cidadania requer dos assistentes sociais luta pela democracia e pela cidadania, e isto pode ser vislumbrado mediante construção e efetivação das políticas que ampliam as condições de cidadania para os segmentos mais vulneráveis, dentre eles a pessoa com deficiência.

Sobre isto, podemos nos remeter ao que Amorim (2010) alerta sobre a cidadania exercida atualmente, imersa dentro da sociedade capitalista, em que se demonstra possibilidades e limites para a condição de ser cidadão. Isto porque, os indivíduos encontram-se numa conjuntura de extrema desigualdade econômica e social, mesmo com os direitos humanos “assegurados”, é uma sociedade excludente onde grande parte da população enfrenta diversas dificuldades para satisfazer suas necessidades mais básicas.

É importante salientar que a cidadania implica na condição de gozo de direitos, dentre eles os direitos sociais que visam compreender minimamente as demandas dos cidadãos através de políticas públicas e leis que o materializem. Todavia, o fato de os direitos sociais serem reconhecidos legalmente não garantem a sua efetivação, mas há de se reconhecer que isso favorece a luta para que se torne um dever do Estado (COUTINHO, 1999).

Nesse ínterim, o Estado no sistema capitalista é permeado por contradições pois, por um lado visa servir aos interesses das classes dominantes e por outro é chamado para atender as reivindicações da classe trabalhadora, por meio das políticas públicas (PEREIRA, 2008). Mediante o exposto, faz-se necessário reforçar que a promoção para o reconhecimento das diferenças individuais e o exercício da cidadania ocorre substancialmente por meio de políticas públicas (SILVA, 2016, p.206).

Em se tratando do princípio IV — *Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida* — entendemos que a democracia é fundamental dentro de uma sociedade para que condições mínimas sejam materializadas. Está posto no Art. 5º da CF/88, que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988), mas entendemos que há múltiplas desigualdades existentes que não nos torna iguais.

Por isso, não há como pensar em consolidar direitos com vistas a tornar uma sociedade mais igualitária e inclusiva fora de um Estado democrático. Em se tratando disso, Oliveira e Da Silva (2020) consideram que o modelo de inclusão não passa de um ajustamento da pessoa com deficiência à lógica burguesa, em que se perpetua na história as opressões em todos os espaços, como no trabalho, família, escola, espaços públicos, etc.



Barroco e Terra (2013) elucidam que a concepção de democracia tratada no princípio exposto “[...] supõe a ultrapassagem da ordem burguesa, ou seja, que difere da concepção liberal burguesa, pois se refere à socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida [...]” (BARROCO; TERRA, 2013, p. 75). Por isso, se requer do assistente social lutar cotidianamente pela participação política dos indivíduos, buscando amenizar e romper com o sistema capitalista, gerador de desigualdades.

Os princípios *V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;* e *VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.* Esses dois princípios trazem uma grandeza em seu interior.

Deve-se frisar que, em nossa atual conjunta, os seguimentos populacionais mais oprimidos como negros, mulheres, pessoa idosa, povos tradicionais, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência não gozam de equidade e justiça social. É por isso que o assistente social deve buscar condições de equidade para todos. Isto também está preconizado no Estatuto da Pessoa com Deficiência: “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Quanto a eliminação de todas as formas de preconceito, o assistente social precisa lutar junto ao segmento da pessoa com deficiência para eliminação de qualquer forma de preconceito, respeitando as particularidades de cada sujeito e compreendendo as diferenças. Não é uma luta fácil porque vivemos numa sociedade conservadora, preconceituosa e capacitista. Nesse sentido sinalizamos que o *Capacitismo* se refere à discriminação com pessoas com deficiência por considerá-las inferiores às pessoas sem deficiência. A opressão, o preconceito caracterizam esse termo e refletem no imaginário das pessoas de que a PCD é inábil para trabalhar, produzir, aprender, se divertir, ter sentimentos, etc. Essa vulnerabilidade se torna mais complexa quando são cruzadas com raça, cor, etnia, gênero, classe, idade. (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020) Nessa lógica, desmitificar a construção histórica empregada à PCD deve ser uma constante no trabalho do Assistente Social.

Dentre os princípios citados, foram observadas poucas interlocuções entre as produções científicas e estes: *VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;* *VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de*

*construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.* Estes princípios versam sobre a defesa de discussões democráticas, do diálogo e compreensão de diversas vertentes teóricas compatíveis com a perspectiva crítica do Serviço Social.

É necessário salientar que o princípio X — *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional* — visa salientar que o assistente social deve prezar pela qualidade dos seus serviços, atendimento das demandas de forma comprometida. Isto requer que o profissional também seja diligente quanto ao aprimoramento constante dos seus conhecimentos com o condão de articular a sua intelectualidade com o cotidiano de seu trabalho.

O princípio XI — *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física* — evidenciou caminhos em torno tanto do trabalho com a pessoa com deficiência, como também, na garantia do trabalho profissional do assistente social sem ser discriminado ou em discriminar por quaisquer que sejam suas questões.

Finalizamos a discussão dos princípios pontuando que durante a pesquisa, identificamos que os 12 artigos sem autores do Serviço Social também dialogam com o Código de Ética, mesmo que de maneira indireta. Sobre isso correlacionamos com o princípio IX que consiste na *“Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”* (BRASIL, 2012, p.24). Dessa forma, entende-se que todos os artigos versam sobre defesa da autonomia, emancipação, plena expansão dos indivíduos sociais e ampliação da cidadania, defesa dos direitos humanos e outros.

Diante das discussões apresentadas foi possível inferir que o PEP, de forma indireta, correlaciona o seu tripé — Código de Ética Profissional de 1993, Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, e Lei de Regulamentação Profissional (nº 8.662 de 1993) — com as análises do escopo das produções científicas. Com isso, dimensionamos a relevância de ter produção de conhecimento alinhada ao que se vem sendo defendido pela categoria desde a década de 1990.

Na contemporaneidade, percebe-se que a categoria profissional tem debatido sobre a pessoa com deficiência nas mais variadas produções. Mesmo de forma muito contida, nos periódicos de Serviço Social há incitação da temática sobre a Pessoa com Deficiência, o que demonstra compromisso, visibilidade e fortalecimento junto ao segmento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perquirir sobre alguma inquietação requer do pesquisador um olhar minucioso que vise desocultar aquilo que não está aparente. Nesta busca, o caminho cheio de revés mostra o quão desafiador é a realização de uma pesquisa. Esta investigação ocorreu em meio a diversas incitações: uma pandemia da Covid-19, redesenho do estudo apresentado, adoecimento físico e psíquico.

Mesmo nestas condições, a pesquisa foi realizada de modo qualitativo. De certo, serão necessários outros aprofundamentos tendo em vista que todo estudo possui suas limitações. No entanto, o estudo exposto respondeu a sua proposição alicerçada nos objetivos e nas questões centrais pensadas a partir de sua reconfiguração.

Dito isto, discorreremos aqui as questões que nortearam o estudo e suas respectivas considerações. A questão central da pesquisa era: “Quais são as produções científicas dos últimos dez anos em periódicos, da área de Serviço Social, relacionada a PCD no âmbito das políticas públicas brasileiras?” Entendemos que a produção de conhecimento em Serviço Social passou por amadurecimento teórico-metodológico, o que possibilitou a expansão da Pós-Graduação. À luz desses avanços, a pesquisa se solidificou na perspectiva crítica possibilitando adensamentos a respeito de temáticas sobre a realidade.

Nesse cerne, o conhecimento produzido tem se expressado também através de periódicos em que se verifica pesquisas desenvolvida nos cursos de *strictu sensu* (mestrado e doutorado) de Serviço Social. Então, retomando o questionamento, foram encontradas produções que retrataram a pessoa com deficiência em 6 veículos de comunicação da área, sendo: Serviço Social & Sociedade, Katálysis, Ser Social, Textos e Contextos, Argumentum, Políticas Públicas.

Tomando como referência a questão “Qual é o número de produções científicas em periódicos da área de Serviço Social que retratam e relacionam a PCD com as políticas públicas?” Percebemos 34 produções científicas nos periódicos pesquisados. Este quantitativo revelou o quanto é urgente que a temática seja mais debatida, pois no decorrer dos 10 anos pesquisados é ínfima a produção de conhecimento, o que nos fez crer que na pós-graduação esta temática tem tido pouquíssima relevância. Um dos nossos apontamentos que podemos tecer sobre isto consiste na escassez de pesquisa envolvendo a PCD no contexto da Covid-19, em que houve agudização das expressões da questão social e também nas mudanças ocorridas no acesso desse segmento a política pública de Assistência Social, traços marcantes de uma conjuntura em que há constantes desmanches de direitos.

Em se tratando da indagação “Qual é o conteúdo das produções e sua relação com as diretrizes do projeto Ético-Político Profissional?” Esmiuçamos o escopo das produções e foi verificado que as obras dialogam com o Projeto Ético-Político, indiretamente. Claro que essa análise é muito particular da pesquisadora, mas através da pesquisa documental foi possível averiguar correlação. Os debates construídos nas produções têm se articulado com: o reforço dos direitos da pessoa com deficiência, no seu acesso a cidadania e as políticas públicas, acesso a bens e serviços, combate a discriminação e preconceito, ênfase ao seu protagonismo, dentre outros.

E por último, a questão “Qual é visibilidade da temática no âmbito do Serviço Social brasileiro e seus rebatimentos nas políticas públicas?” Reiteramos que a maioria das produções (42,59%) são de assistentes sociais. Mesmo assim, outras áreas de conhecimento também debatem essa temática, na contemporaneidade. Todavia, como existe um vácuo de produções sobre a PCD no lapso temporal de 10 anos, a visibilidade é cerceada. Essa (in) visibilidade sobre a realidade da PCD implica negativamente na efetivação das políticas públicas.

Sendo assim, arremata-se essa investigação demonstrando que a produção de conhecimento sobre a pessoa com deficiência está aquém do que se espera e é necessário um aprofundamento na análise dessa ocorrência. Isto pode ser verificado também quando o levantamento realizado por meio de pesquisa exploratória revelou que grande parte dos artigos pesquisados estavam concentrados em 2013, momento em que o periódico *Ser Social* cria uma edição especial em alusão a PCD. Ao passo que ocorreu essa concentração de produções em uma única revista, outras deixam de publicar a temática como foi o caso da *Em Pauta*. Com isso, inferimos que os espaços dentro dos periódicos para debater a temática citada ou são limitados ou a própria Pós-Graduação não a visualiza.

A investigação também serviu para revelar que a maioria dos debates orbitaram em torno da Assistência Social, critérios de avaliação para acesso ao BPC, além de Educação Inclusiva. A categoria trabalho foi pouco percebida, assim como discussão de gênero, criança e adolescente com deficiência não tiveram expressões. Existem várias possibilidades para debater sobre a Pessoa com Deficiência, em suas diferentes faces.

Outro ponto pertinente observado durante a realização da pesquisa, refere-se sobre as dificuldades de se publicar em Qualis A1 e A2. Os critérios empregados aos mestrados e doutorandos muitas das vezes trazem desafios a uma publicação de grande porte e demonstram as barreiras que vão desde a dificuldade de incentivo na realização das pesquisas, até o enquadramento nos critérios dos periódicos e aceite dos mesmos.

As proposições dessa dissertação indicam que novos estudos, mais amplos e completos, devem ser realizados sobre a Pessoa com Deficiência e que haja fortalecimento dessa temática na Pós-Graduação para que se revelem novos direcionamentos. Sugere-se que a temática também seja mais discutida no interior da categoria profissional, que os aparatos jurídicos do Serviço Social, aqui falasse das Resoluções do CFESS (que não foram analisadas), sejam palco para novas discussões. Reforça-se que a produção de conhecimento não se restringe apenas a temas que já são amplamente discutidos, mas também aos que necessitam de olhares e análises mais aprofundados de pesquisadores e pesquisadoras propositivos.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf) Acesso em: 15 nov. 2022.
- ARGUMENTUM. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum> Acesso em: 10 out. 2022.
- AMORIM, Álvaro André de Amorim. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In: BOSCHETTI; Ivanete; NEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regiane Célia Tamaso (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ALMEIDA, Bruna Carvalho; PAULA, Sílvio Luiz de. O Papel da Avaliação de Políticas Públicas no Contexto dos Governos Locais. Planejamento e Políticas Públicas, Pernambuco, n. 42, jan./jun 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6738/1/PPP%20n42%20Papel.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual metodológica. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, ago. 1995. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1995000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008) Acesso: em 28 nov. 2022.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em : 28 nov. 2022.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (orgs). Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2013.
- BARROS, Karina Freire Barbosa. Inclusão de jovens com deficiência no mercado de trabalho: avanços e desafios na cidade de Manaus-AM. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4156>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação — Resumo, resenha e revisão — Apresentação, 2021. Disponível em: [http://plone.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/2021\\_ABNT6028Resumo.pdf](http://plone.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/2021_ABNT6028Resumo.pdf). Acesso em: 10 de out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e missão. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao> Acesso em: 10 de out. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 5 ed. Brasília: Edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n. 160)

BRASIL. DECRETO Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6949-25-agosto-2009-590871-publicacaooriginal-115983-pe.html> Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, nov. 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) . Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de jul. de 1991. Dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasil, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1999.

BRASÍLIA, 2012. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. Cortez Editora, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em : 28 nov. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível :

<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em : 28 nov. 2022.

CARVALHO, D. B. B; SANTANA, J. V; STAMPA, I. T. Documento de Área: Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

CARVALHO, Denise B. B. Relatório do Qualis Periódicos Área 32: Serviço Social. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Brasil, 2019. Acesso em: 25 out. 2022.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. A Reforma do Estado no Brasil. Campinas, 2002 Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16912> Acesso em: 25 out. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 5 ed. Brasília: Edições Câmara, 2015. (Série Legislação, n. 160)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS lança série sobre prejuízos da nova lei do BPC: Novos critérios da Lei 14.176/2021 dificultam acesso de pessoas com deficiência e idosas ao Benefício da Prestação Continuada. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasil, 1 jul. 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1822>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A PESQUISA QUALITATIVA: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod\\_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9\\_An%C3%A1lise%20documental.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf) Acesso em: 15 nov. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade. Revista Perspectivas**. São Paulo. nº 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CORDEIRO, Luciana; SOARES, Cassia Baldini. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 20, n. 2, p. 37-43, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1021863>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CUNHA, Léo. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38548>. Acesso em: 06 dez. 2022.



CUNHA, Marisa Nascimento; THOMASI, Tanise Zago. O direito à educação para as pessoas com deficiência: nuances e entraves. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 01–32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10627>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CFESS. **SERIE COMBATE AO PRECONCEITO**: discriminação contra a pessoa com deficiência. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DIAS SOBRINHO, J. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1221>. Acesso em: 28 out. 2022.

DE MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho; DE CARVALHO, Edirsana Maria Ribeiro; DA COSTA, Maria Ilza. O impacto dos periódicos na comunicação científica. **Biblos**, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7177>. Acesso em: 30 out. 2022.

DE MIRANDA, Dely Bezerra; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/636>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Envelhecimento e deficiência. Brasília: Anis, 2004 (Série Anis 36).

E SILVA, M. O. DA S.; DE CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, 11. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129>. Acesso em: 30 nov. 2022.

EM PAUTA. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>. Acesso em: 10 out. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência social. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FERREIRA, Gildete.; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. **SER Social**, v. 15, n. 32, p. 93–116, 2013. DOI: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v15i32.13036](https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13036) Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13036](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036). Acesso em: 28 nov. 2022.

FERREIRA, Gildete. **NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS**: um estudo sobre o protagonismo das pessoas com deficiência nas políticas sociais. Niterói-RJ, 2013. 84 p Dissertação (Mestrado em Política Social) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói-RJ, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14189>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FERRAZ, Carolina Valença; DA SILVA NETTO, Manuel Camelo Ferreira. A pessoa com deficiência e o exercício da parentalidade: o direito à reprodução e ao planejamento familiar sob

a ótica da diversidade funcional. *Revista Direito UFMS*, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/5158>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. A deficiência no interior da política de assistência social: um balanço sócio-histórico. *O Social em Questão*, v. 16, n. 30, p. 327-352, 2013. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Fonseca\\_16.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

FONSECA, Vítor da. *EDUCAÇÃO ESPECIAL: programa de estimulação precoce – uma introdução as ideias de Fuerstein*. 2. Ed. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1995.

FREIRE, Samanta Araújo. O deficiente e o mercado de trabalho: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5078/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Samanta%20Ara%C3%BAjo%20Freire.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 35, p. 54-66, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RRqQp5h4xm5FSn7dSK99gTG/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Qualis Periódicos: indicador da política científica no Brasil?. *Estudos de Sociologia*, v. 19, n. 37, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6266>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A PRODUTIVIDADE DA ESCOLA IMPRODUTIVA: um (re)exame das relações entre Escola e Estrutura Econômico- Social Capitalista**. 7.ed. Cortez, 2001.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. *Revista do Direito*, n. 54, p. 144-185, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12000>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GALDINO, Shellen Batista. **A Produção de Conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade. (Dissertação de mestrado) n f.** Programa de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. João Pessoa, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11716?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11716?locale=pt_BR). Acesso em: 29 nov. 2022.

GARCIA, Maria Lúcia T. Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social. *Argumentum*, v. 1, n. 1, p. 6-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7/9>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GARCIA, Maria Lúcia T. Produção de conhecimento “a quem e para que serve?” (TRAGTENBERG, 2010). *Argumentum*, v. 3, n. 1, p. 4-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1429>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; DE MORAES SARMENTO, Hélder Boska. Avaliação de periódicos científicos da área serviço social: Quadriênio 2013-2016. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 349-364, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/20590>. Acesso em: 17 nov. 2022

GESSER, Marivete., BLOCK, Pamela., MELLO, Anahi Guedes. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BOCK, Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (ORG). Estudos da Deficiência anticapacitismo e emancipação social, Editora CRV Curitiba, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição – São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 20. Resolução CNAS nº 20, Brasil, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-20-de-20-de-novembro-de-2020-289544277>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). Cidadania e Assistência Social. Você conhece o Auxílio Inclusão, voltado para pessoas com deficiência incluídas no BPC que ingressam no mercado formal? Tire suas dúvidas. Brasil: Governo Federal, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/voce-conhece-o-auxilio-inclusao-voltado-para-pessoas-com-deficiencia-incluidas-no-bpc-que-ingressam-no-mercado-formal-tire-suas-duvidas#:~:text=INCLUSÃO%20SOCIAL,Você%20conhece%20o%20Auxílio%20Inclusão%2C%20voltado%20para%20pessoas%20com%20deficiênc ia,Tire%20suas%20dúvidas!&text=Um%20estímulo%20à%20autonomia%20de,diversidade%20em%20seus%20quadros%20funcionais>. Acesso em: 13 nov. 2022.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. 2009. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em: 28 nov. 2022.

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 125-158, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141> . Acesso em: 19 nov. 2022

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003> . Acesso em: 10 dez. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 608-639, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt..> Acesso em: 19 out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 22. ed. São Paulo: Cortez, Celats, 2008.

KATÁLYSIS. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/>. Acesso em: 10 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANNA JUNIOR; MARTINS, Mário Cléber. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=21097>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MACIEL, Mariana Martins; KAINANG, Angélica Domingos. Política de Assistência Social para os Povos Indígenas. In: Blog Trajetórias de Educação Permanente no SUAS. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/04/22/politica-de-assistencia-social-para-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MAIA, Maurício. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. **REVISTA DA AGU**, v. 12, n. 37, 2013. p. 1 – 10. Disponível: [https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo\\_conceito\\_de\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_e\\_proibicao\\_do\\_retrocesso.pdf](https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf) Acesso em 28 nov. 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista brasileira de educação especial*, v. 16, p. 159-176, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30124>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MAIOR, Izabel Maria Madeira. Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência. **São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18197964-Breve-trajetoria-historica-do-movimento-das-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso em: 28 nov. 2022.

MAIOR, Izabel Maria Madeira. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MARTINS, Lília. A REPRESENTAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA. In: IDEASUS/FIOCRUZ. Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: Territórios Existenciais na Pandemia. 1 ed, v. 1. 2020. 61 p, p. 4-5. Disponível em: [http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro\\_Dialogos\\_sobre\\_Acessibilidade\\_Inclusao\\_e\\_Distanciamento\\_Social\\_1ed.pdf](http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro_Dialogos_sobre_Acessibilidade_Inclusao_e_Distanciamento_Social_1ed.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005. Disponível em: <http://fio.edu.br/site2013/images/NAU/001d-%20manzini%202005%20acessibilidade.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022

MATHIS, Adriana Azevedo. Nova Estratégia de Desenvolvimento Social: qual a contribuição para a efetivação dos direitos sociais. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2011. **Anais** [...] São Luiz/Maranhão, 2011. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/MESAS\\_TEMATICAS/QUESTAO\\_SOCIAL\\_E\\_DIREITOS\\_SOCIAIS\\_NA\\_AMAZONIA\\_E\\_NO\\_NORDESTE\\_BRASILEIRO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/QUESTAO_SOCIAL_E_DIREITOS_SOCIAIS_NA_AMAZONIA_E_NO_NORDESTE_BRASILEIRO.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

MINAYO, MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod\\_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf) Acesso em.: 28 nov. 2022.

DE MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho; DE CARVALHO, Edirsana Maria Ribeiro; DA COSTA, Maria Ilza. O impacto dos periódicos na comunicação científica. **Biblos**, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7177>. Acesso em: 19 out. 2022.

DE MIRANDA, Dely Bezerra; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/636>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, v. 5, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço social e seguridade social: uma agenda política recorrente e desafiante. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 20, p. 127-140, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164>. Acesso em: 19 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, Graffiline, 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 09 dez. 2021

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/view>. Acesso em: 28 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço social no Brasil pós- 64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. 2009. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressm.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf> Acesso em: 28 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. p. 76– 95. **Cadernos ABESS**, 1991. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-marxismo-e-seus-rebatimentos-no-servico-social->

jose-paulo-netto-joao-antonio-de-paula-201609020231020166010.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo – Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Marinalva Silva; DA SILVA, Maria do Carmo Lobato. O aprofundamento do capacitismo na pandemia. RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 6, n. 10, p. 259-272, 2021. Disponível em: <https://http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/813>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

ONU, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Resolução aprovada pela assembleia da Organização das Nações Unidas, 1975. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf) . Acesso em: 17 out. 2020.

PEREIRA, Potyara. Para maior compreensão da política social. In: PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara AP. Efeitos das mudanças no sistema Qualis/Capes sobre o serviço social: a experiência do periódico SER social/UnB. **Argumentum, Vitória**, v. 1, n. 1, p. 16-19, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8/10>. Acesso em: 17 out. 2022.

PEREIRA, Thiago Rodrigues. O método genealógico Nietschiano e sua aplicabilidade para a ciência do direito. p. 117 – 140. **Revista Interdisciplinar de Direito**. v. 15, n.12, jul/dez, 2017. Disponível em: [https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/o\\_metodo\\_genealogico.pdf](https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/o_metodo_genealogico.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

PEREZ, Olivia Cristina. O Novo Qualis Periódicos: Possíveis diretrizes, impactos e resistências. **Novos Debates**, v. 6, n. 1-2, 2020. Disponível em: <http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/08/12.F.OliviaCristinaPerez.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>. Acesso em: 10 out. 2022.

PRATES, Jane Cruz Prates. O MÉTODO MARXIANO DE INVESTIGAÇÃO E O ENFOQUE MISTO NA PESQUISA SOCIAL: uma relação necessária. In: **Textos e Contextos**. V.11, n.1. Porto Alegre: 2012. p.116 – 128. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O\\_metodo\\_marxiano\\_de\\_investigacao\\_e\\_o\\_enfoque\\_misto\\_na\\_pesquisa\\_social\\_uma\\_relacao\\_necessaria.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf) Acesso em: 28. nov. 2022.

RAMOS, Érika da Silva. **Eu vejo, tu vês, ele vê**: O corpo na percepção de Pessoas com Deficiência Física. Manaus/AM, 2021. 162 p Tese (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8182>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO; Luís Fernando Martins . MORI, Valéria Deusdará. Análise construtivo interpretativa dos processos subjetivos da rotina docente universitária. *Trab.En(Cena)*, v5, n1, pp. 181-195. 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/327118537.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2022.

ROSSATO, Maristela; MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. Contribuições da metodologia construtivo-interpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. **Revista Lusófona de Educação**. v. 40 n. 40. 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6442>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros. Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Mídia e deficiência. Brasília: andi/Fundação banco do brasil, p. 160-165, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA SOBRE DEFICIENCIA NA ERA DA.pdf?1473203540>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SCHAEFER, Márcia Inês *et al.* Associativismo de pessoas com deficiência em Santa Catarina. 2019. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215565>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SCOZ, Beatriz Judith Lima. Produção de Sentidos, Ensino e Aprendizagem. p.126 – 134. 2007. **Revista Psicopedagogia**. 24 (74). 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862007000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200004). Acesso em: 20 nov. 2022.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) - SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **História do Movimento Político Social das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 1 ed. Brasília, 2010.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc>. Acesso em: 10 out. 2022.

SER SOCIAL. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social). Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Otto Marques da. A Epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, Glaycekelle Gomes da Hora. **A OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**: uma análise orientada pela promoção, defesa e garantia de direitos. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5448> Acesso em: 22 nov. 2022.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et. al. **SERVIÇO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS: conhecimento e crítica**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019. p. 85 – 114.

SIQUEIRA, Lúcio William Mota. **AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA: um balanço de revistas do Serviço Social de 2005 a 2015**. 211 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós – Graduação em Política Social, Universidade de Brasília: Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32146>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SOUSA, Valdênia Lourenço De; COSTA, Frederico Jorge Ferreira. Política de assistência social e povos indígenas: limites e possibilidades para trabalho social com famílias. **Revista Dialectus, Fortaleza** (Ce), Ano 5, N. 13, P. 228-244, Ago./Dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/40125>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. 2009. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em : 28 nov. 2022.

TEXTOS E CONTEXTOS. Sobre o periódico, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass> Acesso em: 10 out. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **INTRODUÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, 1987. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod\\_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf) Acesso em: 28 nov. 2022.

UNESCO, Declaração de Salamanca. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **Brasília: Corde**, 1994. Disponível em: [https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo\\_conceito\\_de\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_e\\_proibicao\\_do\\_retrocesso.pdf](https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf) Acesso em: 22 nov. 2022.

XAVIER, Marcia de Azevedo Alves. **ASSISTÊNCIA SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre os programas e serviços ofertados à pessoa com deficiência nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS na zona leste e norte da cidade de Manaus**. Manaus, 2015. 84 p Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível : <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/w17733qX1V6pk9807jzK.pdf> Acesso em : 28 nov. 2022.



YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico – metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. in: GUERRA, Yolanda et. al. **SERVIÇO SOCIAL E SEUS FUNDAMENTOS: conhecimento e crítica**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019. p. 47 – 84.

WACHELESKI, Marcelo Paulo. **Cidadania e reconhecimento da Pessoa com Deficiência a partir dos Direitos Humanos**. Curitiba, 2018. 300 p Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62044/R%20-%20T%20-%20MARCELO%20PAULO%20WACHELESKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – QUADRO NORTEADOR DA SISTEMATIZAÇÃO GERAL DOS DADOS COLETADOS

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	Nº	Periódico	Ano	Qualis	Título do Artigo	Resumo	Método de Análise	Abordagem	Delineamento	Palavras Chaves
1	1	Argumentum	2019	A2	Caminhos e perspectivas	ada de 1980 e 1990,	ialismo Histórico e Dia	Qualitativa	sultado de Pesqui	Movimento social. Pessc
2	2	Argumentum	2021	A2	O Direito Educacional	o educacional espe	onstrutivo-Interpretativ	Qualitativa	sultado de Pesqui	Atendimento Educaciona
3	3	Textos e Contextos	2013	A2	Política de acessibilidade	lugar simbólico e	ialismo Histórico e Dia	Não apontado	Reflexão Teórica	Pessoa com deficiência.
4	4	Textos e Contextos	2017	A2	Dialética dos Grupos	humanada seja rep	ialismo Histórico e Dia	Não apontado	Reflexão Teórica	Diversidade humana. So
5	5	Textos e Contextos	2017	A2	na Política de	configuração	Genealógico	Qualitativa	sultado de Pesqui	Assistência social. Famí
6	6	Textos e Contextos	2020	A2	Políticas para pessoa	cional para as pess	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Pessoas com deficiência
7	7	Textos e Contextos	2020	A2	Previdência social, tra	apital no Brasil, un	ialismo Histórico e Dia	Enfoque Misto	sultado de Pesqui	Trabalho. Previdência Sc
8	8	Textos e Contextos	2021	A2	Educação inclusiva: un	educação, temática	ialismo Histórico e Dia	Qualitativa	Reflexão Teórica	Educação. Educação incl
9	9	Ser Social	2013	A2	Proteção Social à Pess	para sua compree	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Política social;
10	10	Ser Social	2013	A2	Proteção social e ater	turado na caracter	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Sem palavras chaves
11	11	Ser Social	2013	A2	Proteção Social à Pess	mentos para a proteçã	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Sem palavras chaves
12	12	Ser Social	2013	A2	“Corpos jovens com im	nstituente, elencar	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Sem palavras chaves
13	13	Ser Social	2013	A2	Proteção Social à Pess	de deficiência de	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Sem palavras chaves
14	14	Ser Social	2013	A2	Representações e sig	nações do ME	rpectiva Fenomenolog	Enfoque Misto	sultado de Pesqui	Análise de conteúdo, pe
15	15	Ser Social	2013	A2	Movimentos Sociais e	do na história e cor	ialismo Histórico e Dia	Enfoque Misto	sultado de Pesqui	Movimentos sociais, pol
16	16	Ser Social	2013	A2	Acessibilidade em am	ltadas à cidadania	Não apontado	Não apontado	sultado de Pesqui	Acessibilidade;
17	17	Ser Social	2013	A2	Suas, BPC e pessoas c	da Assistência Soc	ialismo Histórico e Dia	Enfoque Misto	sultado de Pesqui	Assistência Social, pess
18	18	Ser Social	2013	A2	As novas políticas da	epções que envolve	Não apontado	Qualitativa	Reflexão Teórica	Sem palavras chaves
19	19	Ser Social	2013	A2	Deficiência e Políticas	ólogo marxista, um	Não apontado	Qualitativa	sultado de entrev	Sem palavras chaves
20	20	Ser Social	2017	A2	Trajetória histórico so	como objetivo de	ialismo Histórico e Dia	Qualitativa	evisão Bibliográfic	pessoas com deficiência
21	21	Políticas Públicas	2013	A2	SEXUALIDADE E REPRO	problemática das	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Direitos sexuais e repro
22	22	Políticas Públicas	2018	A2	EXAME VESTIBULAR: prá	do nas perspectivas	Produção de Sentidos	Não apontado	Reflexão Teórica	Políticas Públicas, defi c
23	23	Políticas Públicas	2018	A2	DO DIREITO CULTURAL	xtuais e teóricos so	Não apontado	Não apontado	Reflexão Teórica	Acessibilidade; Pessoas
24	24	Políticas Públicas	2019	A2	IMPLEMENTAÇÃO DA Pó	ra compreende sob	Não apontado	Enfoque Misto	sultado de Pesqui	Política Pública. Implem

QUALIS A1

QUALIS A2

PORCENTAGENS

**SISTEMATIZAÇÃO GERAL**

MÉTODO - ABORDAGEM - DELINEAM

TEMÁTICA

## APÊNDICE B – QUADRO DE ANÁLISE DA INTERLOCUÇÃO COM O CÓDIGO DE ÉTICA

ARTIGOS ELABORADOS POR ASSISTENTES SOCIAIS		PRÍNCÍPIOS DIREITOS OU INDERETOS DO CÓDIGO DE ÉTICA											PRINCÍPIO
Nº	ARTIGO	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
1	e perspectivas do associativismo das pessoas com deficiência no Distrito Federal	1	1	1	1					1			I
2	Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação médico-social	1	1	1	1	1	1			1	1		II
3	Modelos de avaliação de requerentes ao benefício de prestação continuada	1	1	1	1	1	1			1	1		IV
4	Autonomia e reconhecimento intersubjetivo no Sistema Nacional Integrado de Proteção Social à Pessoa com Deficiência do Brasil Pós-Constituinte	1	1	1	1	1	1			1	1		V
5	Proteção social e atenção à pessoa com deficiência: comentários a um artigo	1	1	1	1	1							V
6	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós Constituinte	1	1	1	1								VI
7	"Corpos jovens com impedimentos" fora da Escola	1	1	1	1								IX
8	Proteção Social à Pessoa com Deficiência no Brasil Pós Constituinte	1	1	1	1	1	1	1		1			X
9	Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Políticas para as Pessoas com Deficiência	1	1	1	1	1	1			1			X
10	BPC e pessoas com deficiência: análise a partir de municípios fluminenses	1	1	1	1	1	1				1		TOTAL DE
11	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indígenas	1	1	1	1	1	1				1	1	
12	Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previdenciária: o caso do trabalhador com deficiência e Previdência Social	1	1	1	1	1	1		1	1	1		
13	Deficiência como expressão da questão social	1	1	1	1	1	1					1	
14	Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea	1	1	1		1	1						
15	Os Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Consumo	1	1	1	1	1	1						
16	O circuito familista na Política de Assistência Social	1	1	1	1	1	1				1		
17	Políticas para pessoa com deficiência e as contribuições de Freire e Montenegro	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	
18	Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência	1	1	1	1	1	1				1	1	
19	Educação inclusiva: um desafio constante no sistema capitalista	1	1	1	1	1	1			1			
20	<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	

## APÊNDICE C – QUADRO DE ANÁLISE DAS TEMÁTICAS POR TÍTULO

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	<b>QUALIS A1</b>							
2	SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE							
3	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>TEMÁTICA 1 -</b>	<b>TEMÁTICA 2</b>	<b>TEMÁTICA 3</b>		
4	1	2013	Os impactos dos benefícios assistenciais para os povos indí	Assistência	Benefícios Assistenciais	Povos indígenas		
5	2	2014	Benefício de Prestação Continuada e perícia médica previden	Assistência	Benefícios Assistenciais	Perícia médica previdenciária		
6	3	2019	Trabalhador com deficiência e Previdência Social	Previdência Social	Trabalho	Trabalhador com deficiência		
7	4	2021	Deficiência como expressão da questão social	Participação Social	Expressão da Questão Social	Deficiência		
8	<b>KATÁLYSIS</b>							
9	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>TEMÁTICA 1</b>	<b>TEMÁTICA 2</b>	<b>TEMÁTICA 3</b>		
10	5	2011	O hiato do direito dentro do direito: os excluídos do BPC	Assistência	Benefícios Assistenciais	Direitos Sociais		
11	6	2012	Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício as	Assistência	Benefícios Assistenciais	Direitos Sociais		
12	7	2014	¿Qué significa atravesar un proceso de rehabilitación? Dimen	Acessibilidade	Reabilitação	Cultura Social		
13	8	2015	Benefício de prestação continuada: perspectivas na avaliação	Assistência	Benefícios Assistenciais	Perícia médica previdenciária		
14	9	2015	Análise dos modelos de avaliação de requerentes ao benefíci	Assistência	Benefícios Assistenciais	Avaliação social		
15	10	2017	Discapacidad, autonomía y reconocimiento intersubjetivo en	Deficiência	Autonomia	Reconhecimento		
16	<b>QUALIS A2</b>							
17	ARGUMENTUM							
18	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>TEMÁTICA 1</b>	<b>TEMÁTICA 2</b>	<b>TEMÁTICA 3</b>		
19	11	2019	Caminhos e perspectivas do associativismo das pessoas con	Associativismo	Cidadania	Lutas Sociais		
20	12	2021	O direito educacional na perspectiva da Educação Inclusiva: u	Educação	Inclusão	Atendimento Educacional		
21	<b>TEXTOS E CONTEXTOS</b>							
22	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>TEMÁTICA 1</b>	<b>TEMÁTICA 2</b>	<b>TEMÁTICA 3</b>		
23	13	2013	Política de acessibilidade universal na sociedade contempor	Assistência	Acessibilidade	Direitos Humanos		
24	14	2017	Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana	Dialética	Diversidade Humana	Sociedade de Classes		
25	15	2017	O circuito familista na política de assistência social	Assistência	Segurança Social	Família		
26	16	2020	Políticas para pessoa com deficiência e as contribuições de f	Assistência	Educação	Cidadania		
27	17	2020	Previdência social, trabalho e pessoa com deficiência	Assistência	Previdência	Trabalhador com deficiência		
				QUALIS A1	QUALIS A2	PORCENTAGENS	SISTEMATIZAÇÃO GERAL	MÉTODO - ABORDAGEM - DELINEAM

Pronto   Acessibilidade: investigar